



***UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA***

**TRANSFORMAÇÕES NO *MODUS VIVENDI* DE VILA DARCY COM
A IMPLEMENTAÇÃO DA FLORESTA DE MAUÉS/AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Manaus – Amazonas – Brasil
2011

Ficha catalográfica, elaborada pelo Bibliotecário Flaviano Lima de Queiroz
Diretor da Biblioteca Central/UFAM – CRB 11º/250

N778b Talita de Melo Lira

Transformações no *modus vivendi* de Vila Darcy com a implementação da FLORESTA de Maués/AM/ Talita de Melo Lira. – Manaus: UFAM/ PPGSS, 2011.

145 f. : il. ; 31 cm

Orientadora: Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Dissertação (mestrado) – UFAM / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/ PPGSS, 2011.

1. Política Pública 2. Unidade de Conservação 3. Comunidades Tradicionais
I. Chaves, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues
II. Título

CDU 577.4:338.92(043.3)
CDD 363.7



TALITA DE MELO LIRA

TRANSFORMAÇÕES NO *MODUS VIVENDI* DE VILA DARCY COM A IMPLEMENTAÇÃO DA FLORESTA DE MAUÉS/AM.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Apresentada em 15 de Julho de 2011

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, presidente.
Universidade Federal do Amazonas.

Prof. Dr. Neliton Marques da Silva, membro.
Universidade Federal do Amazonas

Profª. Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues, membro.
Universidade Federal do Amazonas

Dedicatória

Aos meus pais,
o meu alicerce,
obrigada por acreditarem
nos meus sonhos e pela
força para realização deste
trabalho.

Eu amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo seu infinito amor e misericórdia, pois tem me sustentado a cada dia.

À minha família, que proporcionou as condições para que eu pudesse estudar, bem como pela motivação, compreensão e refúgio,

À minha orientadora Socorro Chaves, pelos sábios ensinamentos, apoio incondicional, competência nas orientações para a realização deste trabalho e principalmente, pela amizade. Eu aprendi muito com a senhora nesta caminhada, a senhora é um exemplo de vida para mim.

Aos amigos do Grupo Inter-Ação, minha segunda família, Silvana, Mayara, Rosinha, Marklize, Jéssica, Juliana, Lidianie e Vânia pela solidariedade, amizade, apoio e incentivo na pesquisa.

Às minhas pastoras Ruth Praia e Mônica Vital pelas orações, incentivo, confiança e por serem um referencial para minha vida.

Aos comunitários de Vila Darcy pelo carinho e pelo modo tão acolhedor que me receberam na comunidade, pela confiança e participação na pesquisa, se não fossem as suas valiosas contribuições, essa pesquisa não tinha se concretizado, bem como pela oportunidade da troca de experiências, com vocês eu aprendi muitas lições que eu vou levar pra vida toda e que me fizeram respeitar ainda mais o seu modo de vida.

À gestora da Floresta Estadual de Maués que aceitou de boa vontade contribuir com o estudo.

Aos Meus irmãos da Renovo, pelas orações e força que me sustentaram para chegar até o fim desta etapa.

À Universidade Federal do Amazonas, pela oportunidade de estudar nesta instituição de ensino.

Aos professores e colaboradores do Programa de Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pelo conhecimento propiciado, que possibilitou a construção do arcabouço teórico-metodológico.

À CAPES, pelo apoio na concessão da bolsa de Estudo.

*Tudo tem seu tempo determinado, e há tempo para
todo o propósito debaixo do céu.*

*Há tempo de nascer, e tempo de morrer; tempo de
plantar, e tempo de arrancar o que se plantou;*

*Tempo de matar, e tempo de curar; tempo de
derribar, e tempo de edificar;*

*Tempo de chorar, e tempo de rir; tempo de
prantear, e tempo de saltar;*

*Tempo de espalhar pedras, e tempo de ajuntar
pedras; tempo de abraçar, e tempo de afastar-se
de abraçar;*

*Tempo de buscar, e tempo de perder; tempo de
guardar, e tempo de deitar fora;*

*Tempo de rasgar, e tempo de coser; tempo de estar
calado, e tempo de falar;*

*Tempo de amar, e tempo de aborrecer, tempo de
guerra, e tempo de paz.*

ECCLESIASTES 03: 01-08



RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar as transformações sócio-culturais e políticas no modo de vida em comunidades tradicionais ribeirinhas com a criação da Floresta Estadual de Maués no município de Maués/AM. Na contemporaneidade vem crescendo e ganhando centralidade os debates teóricos acerca da questão socioambiental. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre o modelo de transformações sociais e técnicas e suas implicações sobre os modos de uso e de apropriação dos recursos naturais. Estudar as transformações ocorridas no *modus vivendi* das comunidades tradicionais ribeirinhas nas UC's é uma temática muito pertinente e contemporânea. No que concerne a relevância acadêmico-científica do trabalho, esta se expressa nesse estudo através da: 1) produção de novos conhecimentos sobre o *modus vivendi* das comunidades tradicionais da Amazônia; 2) possibilidade de obter formação qualificada para atuar junto aos povos amazônicos; 3) oportunidade de produção de subsídios para formulação de Políticas Ambientais que considerem as comunidades tradicionais como um agente ativo; 4) contribuição para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional sobre a referida temática. O estudo configura-se como um estudo de caso de natureza analítica, no qual foram definidas três fases metodológicas processuais diferenciadas, porém interligadas e que se complementam entre si, quais sejam: **Fase I: Preliminar** – execução de procedimentos preliminares à fase de implementação propriamente dita da investigação, com as seguintes atividades: revisão bibliográfica; contatos institucionais; definição dos sujeitos da pesquisa, pesquisa documental junto às instituições; elaboração dos instrumentos de coleta de dados; assinatura do Termo de Anuência pelo líder da comunidade; aprovação do projeto junto ao CEP. **Fase II: Pesquisa de Campo** - coleta de dados através de visitas institucionais para aplicação de entrevista; apresentação do projeto de pesquisa com técnicas de abordagem grupal na comunidade; aplicação de Entrevistas junto aos representantes dos grupos domésticos. **Fase III: Articulação Teórico-Prática** – tratamento e análise dos dados. Quanto aos resultados obtidos, observou-se que os ribeirinhos da comunidade Vila Darcy possuem um modo de vida particular e uma relação de respeito e sinergia com a natureza. A criação da FLORESTA de Maués causou grandes impactos sobre o *modus vivendi* dos ribeirinhos já no processo de implementação. Em termos de impactos sócio-culturais, os ribeirinhos sofreram restrições em suas atividades habituais nas comunidades, como caça, a coleta, a pesca e a agricultura. Quanto aos impactos na organização política, analisou-se que houve uma diminuição das organizações políticas em Vila Darcy, uma vez que só é reconhecida pelos gestores da FLORESTA de Maués, as organizações formalmente organizadas. O estudo visa à produção de conhecimentos técnicos e científicos em consonância com as necessidades sociais, culturais e políticas das comunidades ribeirinhas para subsidiar a formulação de políticas públicas compatíveis com a realidade amazônica; a defesa de direitos ao território desses povos contribuindo, dessa forma, para a sustentabilidade sócio-cultural na Amazônia e a efetivação da cidadania dos povos ribeirinhos.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Unidade de Conservação, Comunidade Tradicional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Esquema Geral de Políticas Públicas

Figura 02: Esquema dos principais eventos/documentos internacionais que balizam a discussão socioambiental.

Figura 03: Esquema da Gestão das UC's até 2007 no Estado do Amazonas

Figura 04: Organograma da SDS.

Figura 05: Esquema da Gestão atual das UC's no Estado do Amazonas

Figura 06: Mapa de Localização das Terras Indígenas, Unidades de Conservação estaduais e Federais no Amazonas (2010).

Figura 07. Mapa do município de Maués.

Figura 08: Mapa da Floresta Estadual de Maués.

Figura 09: Vista de Frente da comunidade ribeirinha Vila Darcy.

Figura 10: Mapa cognitivo da infra-estrutura da comunidade Vila Darcy.

Figura 11: Infra-estrutura da comunidade Vila Darcy.

Figuras 12 e 13: Habitações da comunidade Vila Darcy.

Figuras 14 e 15: Casas construídas pelo INCRA.

Figura 16: Comunitários realizando mutirão para descascar a mandioca para fazer farinha.

Figura 17: Esquema dos vínculos familiares na comunidade Vila Darcy

Figura 18: Mulheres do Clube se Mães de Vila Darcy com as Pesquisadoras do Grupo Inter-Ação.

Figura 19: Mapa da FLORESTA de Maués com destaque para divisão dos setores da COGEF.

Figura 20: Esquema analítico do *modus vivendi* da comunidade Vila Darcy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Categorias de Manejo e dispositivos legais com relação à Áreas Protegidas no Brasil, anteriormente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 2000 (Lei 9985/2000).

Tabela 2: Tipologias e Categorias de Unidades de Conservação Previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000).

Tabela 03: Formação atual do Conselho Gestor da FLORESTA de Maués

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Técnicas e Instrumentais de Pesquisa

Quadro 2: Síntese do processo político-institucional de construção e consolidação da Política Ambiental no Brasil.

Quadro 3: Número e área total (ha) de Unidades de Conservação Federais criadas no Brasil segundo a tipologia de uso e as categorias de manejo

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável
AFLORAM	Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas
AVA	Agente Ambiental Voluntário
BCB	Banco de Crédito da Borracha
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
BEA	Banco do Estado do Amazonas
BEP	Banco do Estado do Pará
CAC	Condomínio de Atendimento ao Cidadão
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPs	Caixa de Aposentadoria
CCI	Centro de Convivência do Idoso
CDB	Convenções sobre Diversidade Biológica
CDS	Conselho de Desenvolvimento Social
CECFAM	Conselho Estadual de Concessão Florestal do Amazonas
CELPA	Companhia de Eletricidade do Pará
CEM	Companhia de Eletricidade de Manaus
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas
CMA	Companhia Militar da Amazônia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DEAS	Departamento de Animais Silvestres da AFLORAM
DITEF	Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Florestal do IDAM
DSI	Departamento de Saúde Indígena
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPE	- Departamento de Programas Especiais da SDS
DPT	- Departamento de Populações Tradicionais do CEUC
DPV	- Departamento de Proteção e Vigilância do CEUC
FAPEAM	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
FAZ	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
Flonas	Florestas Nacionais
FLONA	Floresta Nacional
FLORESTA	Floresta Estadual
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GT	Grupo de Trabalho
IAN	Instituto Agrônômico do Norte
IAPs	Instituto de Aposentadoria e Previdência
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS Maués	Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Maués
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS	Instituto Nacional de Previdência Nacional
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISSB	Instituto de Seguridade Social do Brasil
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
ONG	Organização Não Governamental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
PAIF	Programa de Atenção Integrada à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PG	Plano de Gestão
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNAD	Política Nacional de Amostra por Domicílio
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROBIO	Projeto de Cons. e Utilização Sustentável da Div. Biológica Brasileira do MMA
PROBUC	Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas
PRORURAL	Programa de Aposentadoria Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição da Terra
RADAM	Radar da Amazônia
RDS	Reservas de Desenvolvimento Sustentável
Resex	Reservas Extrativistas
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAVA	Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SEAE	Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo da SDS
SEAFE	Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo e Floresta
SEPROR	Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento de Maués
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIMUC	Sistema Municipal de Unidades de Conservação
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SNAPP	Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDHEVEA	Superintendência do Desenvolvimento da Borracha
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
ZPF	Zona de Produção Florestal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA: fundamentos necessários.....	23
1.1. O Estado em foco: elementos para o debate.....	25
1.2. Políticas Públicas na sociedade capitalista.....	33
1.3. Cidadania: debate em curso.....	38
1.4. Participação Social como processo dialético de transformação.....	43
CAPÍTULO II: DA EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL A CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS.....	60
2.1. A Questão socioambiental na contemporaneidade.....	61
2.2. O movimento ambientalista no Brasil.....	80
2.3. A constituição da Política Ambiental no Brasil.....	85
2.4. Unidade de Conservação no Brasil.....	97
CAPÍTULO III: POLÍTICA AMBIENTAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA.....	110
3.1. Política Pública na cena Amazônica.....	113
3.2. Configuração da Política Ambiental do Estado do Amazonas.....	123
3.3. Comunidades Tradicionais: formas de adaptação e resistência.....	129
3.4. Comunidades Tradicionais Ribeirinhas: saberes e habilidades.....	140
CAPÍTULO IV: COMUNIDADE VILA DARCY: PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E ORDENAMENTO DA FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS.....	149
4.1. Caracterização histórica e sociocultural de Maués.....	150
4.2. O processo de constituição e ordenamento da Floresta Estadual de Maués.....	159
4.3. <i>Modus vivendi</i> e organização política na comunidade ribeirinha Vila Darcy: permanências e transformações.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20

REFERÊNCIAS.....	21
APÊNDICES	1
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade vem crescendo e ganhando centralidade os debates teóricos acerca da questão socioambiental. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre o modelo de transformações sociais e técnicas e suas implicações sobre os modos de uso e de apropriação dos recursos naturais. A relação homem-natureza vem sendo construída a partir de uma racionalidade capitalista com base em uma visão economicista, na qual não há uma preocupação efetiva com a questão de sua finitude. Esta razão utilitarista dos recursos concebe a noção de desenvolvimento com base nas relações de dominação do homem pelo homem, e do homem sobre natureza.

As questões socioambientais contemporâneas inserem-se no cerne da crise da racionalidade moderna, pautada numa postura antropocêntrica e individualista, condena amplos setores da sociedade a condição de miséria e exclusão, bem como, constitui-se como base propulsora das condições vigentes nesta sociedade, levando a confrontar-se com seus próprios limites mediante: 1) a finitude e o esgotamento dos recursos naturais mediante o modelo de exploração adotado; 2) o agravamento de questões ambientais decorrente do alto grau de ingerência que a sociedade capitalista impõe ao ambiente, tais como: a extinção de diversas espécies de vida no planeta, a crescente poluição do ar e o adensamento do efeito estufa, poluição dos mananciais, a destruição de florestas, dentre outras problemáticas; 3) o agravamento das questões sociais, decorrentes das

relações desiguais de produção e distribuição de riquezas socialmente produzidas, proveniente do binômio acumulação/pobreza.

A partir da visibilidade e do aprofundamento das questões socioambientais, amplos setores da sociedade vem suscitando de modo crescente questionamentos e críticas, exigindo que sejam repensadas as bases da relação homem-natureza, configurada nos paradigmas desse modelo societário. Nesse sentido, o desafio histórico posto para a modernidade é se contrapor às tendências atuais de depredação dos recursos naturais de modo a gerar formas alternativas de relacionamento entre sociedade-natureza para preservar a vida no planeta. Dentre as diversas alternativas adotadas pela sociedade para a conservação da natureza, destaca-se a criação pelo Estado de áreas naturais protegidas, espaços estes considerados detentores de atributos ecológicos significativos. Esses mecanismos foram pensados como forma de equacionar os problemas decorrentes da degradação ambiental.

A concepção moderna de áreas protegidas, foi construída no século passado nos Estados Unidos, com a criação do PARNA de Yellowstone (1872). O modelo adotado por este parque foi resultado de ideias preservacionistas, baseado na concepção de grandes áreas desabitadas, cujo principal objetivo era proteger áreas naturais destacadas e a vida selvagem (wilderness), ameaçadas, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial. Esse modelo, oriundo dos países industrializados, mostrou-se problemático ao ser transferido para os demais países, visto que os países pioneiros na criação de unidades de conservação estabeleceram a tradição de que dentro das mesmas não poderia ter a presença da espécie humana. Porém, a situação encontrada nos países de terceiro mundo, como o Brasil, que há pouco mais de ¼ de século criou suas áreas de preservação e conservação, obrigou a examinar com maior profundidade a relação entre o homem e o meio ambiente em tais áreas.

Estas questões apresentaram características peculiares em realidades como a Amazônia, onde as florestas são povoadas por grupos humanos, como os povos indígenas, extrativistas e ribeirinhos que dependem diretamente da apropriação e do uso da natureza, não só pela sobrevivência física, mas também para sua identidade cultural e organização social.

Portanto, a questão central que norteou esse estudo foi: quais as transformações sócio-culturais e políticas que incidiram sobre o *modus vivendi* dos ribeirinhos com a criação da Floresta Estadual de Maués no município de Maués/AM?

A escolha do tema justifica-se pela inserção da pesquisadora, desde 2005, no Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-ambientais e de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Inter-Ação/UFAM), o qual vem desenvolvendo trabalhos de pesquisa e extensão junto as comunidades tradicionais de Maués/AM, desde 2001, sobre a dinâmica sócio-ambiental e organizacional das populações tradicionais da Amazônia. Através dos inúmeros debates nos grupos de estudos internos ao Grupo Inter-Ação sobre os povos amazônidas, foi aguçada a curiosidade de pesquisar a temática. Ressalta-se também a realização do trabalho de pesquisa de graduação e de PIBIC, cuja análise centrou-se nas condições de acesso à assistência social pelas populações tradicionais ribeirinhas no município de Maués-AM.

A partir de diversos estudos realizados junto ao referido grupo de pesquisa, parte-se do pressuposto, de que as comunidades tradicionais apresentam um modelo sociocultural de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto, derivadas de conhecimentos tradicionais, frequentemente, de base sustentável.

No que diz respeito à relevância social, esta é evidenciada na própria escolha do tema, uma vez que as transformações no modo de vida das comunidades ribeirinhas são entendidas como uma problemática social que deve ser investigada. Assim, trata-se, de modo concreto, de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania das comunidades ribeirinhas, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais e direito ao território em que vivem.

No que concerne à relevância acadêmico-científica, esta se expressa nesse estudo através da: 1) produção de novos conhecimentos sobre o *modus vivendi* das comunidades tradicionais da Amazônia; 2) possibilidade de obter formação qualificada para atuar junto aos povos amazônidas; 3) oportunidade de produção de subsídios para formulação de Políticas Ambientais que considerem as comunidades tradicionais como um agente ativo; 4) contribuição para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional sobre a referida temática.

Nesse sentido, este trabalho visa à produção de conhecimentos técnicos e científicos em consonância com as necessidades sociais, culturais e políticas das comunidades ribeirinhas para subsidiar a formulação de Políticas Públicas; a defesa de direitos ao território desses povos contribuindo, dessa forma, para a sustentabilidade sócio-cultural na Amazônia e a efetivação da cidadania dos povos ribeirinhos.

Quanto ao caminho metodológico trilhado no estudo, partiu-se do pressuposto que o desenvolvimento de um trabalho de investigação científica revela o caminho que dará suporte ao entendimento da realidade social, isto é, o caminho que o pesquisador trilhará para concretizar os seus objetivos. Neste sentido, o método no plano da pesquisa não se limita à aplicação de um conjunto de técnicas, mas compreende a definição dos fundamentos e o estabelecimento dos processos pertinentes ao trabalho de investigação.

Os procedimentos metodológicos constituíram-se em momentos chave do processo de investigação, em que o método não se limita a aplicação de um conjunto de técnicas, mas “*diz respeito a fundamentos e processos, nos quais se apóia a reflexão*”. (OLIVEIRA, 1998, p. 21). Deste modo, apreende-se que este processo não é constituído apenas pela mera aplicação de técnicas e instrumentos de coleta de informações, mas o mesmo extrapola o plano técnico-operacional e possibilita articular conteúdos, pensamentos, conhecimentos e existência na constituição de argumentos, explicação e interpretação dos fenômenos da realidade.

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa tendo como método de investigação, o histórico-crítico. De acordo com Frigotto (2000, p.88) o trabalho de investigação baseado neste método inicia pelo “[...] resgate crítico da produção teórica ou do conhecimento já produzido sobre a problemática em jogo”. A partir daí o objeto será apreendido em seus aspectos gerais para proceder a uma análise das suas partes constituintes, mas sempre considerando a totalidade e suas relações históricas.

Dentre as providências cabíveis para legitimar a realização do trabalho investigativo a proposta da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM). A partir deste procedimento, a pesquisa teve início com a realização da revisão bibliográfica que serviu como base para construção do referencial teórico e metodológico. O processo de construção do referencial teórico teve início com a estruturação das categorias analítico-explicativa e operacionais e o aprofundamento teórico das mesmas. A pesquisa bibliográfica foi caminho aberto ao longo do trajeto da pesquisa consolidando a argumentação necessária para a abordagem analítica.

Procedeu-se também a pesquisa documental obtida por meio do levantamento documental junto às instituições que atuam na implementação da Política Ambiental no

Estado do Amazonas, nos *sites* dos Ministérios de Meio Ambiente e no banco de dados organizado pelo Grupo de Pesquisas Inter-Ação, visto que o *locus* da pesquisa é o campo piloto de pesquisa do referido grupo.

Assim, após a pesquisa documental, foram estruturados as técnicas e os instrumentos de coleta de dados e posteriormente procedeu-se a pesquisa de campo, com a apresentação do projeto de pesquisa de forma didática para a comunidade. Após a apresentação do projeto foi agendada com a comunidade uma oficina participativa para a elaboração do mapa cognitivo da comunidade Vila Darcy, o qual foi apresentado pelos próprios comunitários evidenciando o histórico da comunidade e as áreas de utilização dos recursos naturais.

Após essa oficina, foram identificados os informantes-chave na comunidade para a aplicação das Entrevistas semi-estruturadas, bem como os contatos institucionais para a aplicação do instrumento de pesquisa com os gestores da Política Ambiental no Estado do Amazonas.

A abordagem dos sujeitos da pesquisa ocorreu através da adoção de técnica e instrumentos que visaram obter dados de natureza qualitativa.

Quanto aos critérios de inclusão relativos aos sujeitos da pesquisa para aplicação das entrevistas em Vila Darcy, foram utilizados os seguintes critérios:

- Pertencer à comunidades tradicional ribeirinha *locus* da pesquisa;
- Ser indicado/reconhecido como representante do grupo doméstico;
- Ser indicado/reconhecido como uma liderança formal ou informal nas comunidades ribeirinhas;

Quanto aos os critérios adotados na pesquisa junto às instituições pertinentes:

- O único critério adotado é possuir informações qualificadas sobre Unidade de Conservação.

Quanto aos gestores institucionais, o único critério determinante para escolha

dos interlocutores foi: possuir informações qualificadas sobre Unidade de Conservação.

Na Comunidade Vila Darcy, formada por 45 famílias oficialmente cadastradas, foram aplicados 08 entrevistas junto aos informantes-chave.

Na sede do município de Maués foi realizada 1 (uma) entrevista com gestora de Floresta Estadual de Maués. Vale ressaltar que estava prevista uma entrevista com um gestor do CEUC em Manaus. Todavia, no período da pesquisa a SDS estava passando por várias mudanças internas e foram trocados todos os gestores. E o atual gestor não poderia fornecer as informações qualificadas necessárias para a pesquisa. Diante dessa situação a entrevistas foi cancelada.

No estudo foi definido um conjunto de técnicas e instrumentais de pesquisa, conforme está indicado no Quadro 01.

TECNICAS/ INSTRUMENTAIS		PÚBLICO-ALVO
Entrevista semi-estruturada	Visitas Institucionais; Visitas Domiciliares; Roteiro de entrevista semi-estruturado; Caderno de campo; Registro fonográfico; Registro fotográfico;	Gestores da Política Ambiental no Estado do Amazonas; Informantes-chave Líderes comunitários;
Técnicas de abordagem grupal	Reuniões com dinâmicas de grupo tais como: Sociometria e Mapa cognitivo;	Comunitários;
Conversas semi-informais;	Visitas Domiciliares;	Informantes-chave;
Observação participante, sistemática e assistemática.	Acompanhamento de atividades produtivas, político-organizativas e culturais (festas, celebrações). Registro fotográfico;	Ribeirinhos e família;

Quadro 01: Técnicas e Instrumentais de Pesquisa

Vale ressaltar que após a fase da pesquisa de campo foi organizado um Banco de Dados para a sistematização dos dados obtidos e posteriormente a análise de conteúdo, tendo como quadro de referência às categorias analíticas que norteiam o estudo. Sob a luz das mesmas, apresentam-se na parte a seguir os resultados do estudo.

O presente trabalho está estruturado em 04 capítulos. O primeiro capítulo intitulado *Estado, Políticas Públicas e Cidadania: fundamentos necessários*, apresenta a discussão teórica sobre as categorias analíticas Política Pública, Cidadania e Participação Social, para tal buscou-se sustentação teórica na Ciência Política.

O segundo capítulo intitulado *Da emergência da questão socioambiental até a constituição de políticas ambientais: debates contemporâneos*, aborda a questão socioambiental, a atuação do movimento ambientalista e a discussão sobre unidade de conservação afunilando a discussão para o cenário brasileiro.

O terceiro capítulo intitulado *Políticas públicas e unidades de conservação na Amazônia*, apresenta uma discussão sobre Políticas Públicas adotadas na Região amazônica, evidenciando a lógica que vem sendo adotada na implementação das mesmas no decorrer do processo sócio-histórico. Neste capítulo também, trava-se uma discussão sobre a categoria que possui centralidade no debate, Comunidades Tradicionais.

No quarto capítulo, busca-se caracterizar o Município de Maués, bem como analisa-se o processo de constituição e ordenamento da Floresta Estadual de Maués e seu impacto no *modus vivendi* dos ribeirinhos da comunidade Vila Darcy.

CAPÍTULO I

ESTADOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA: fundamentos necessários

Introdução

Na contemporaneidade, a discussão sobre Estado e Políticas Públicas vem ganhando uma centralidade na agenda científica. Para realizar tal discussão, faz-se necessário pontuar de forma breve o papel que o Estado adquire na sociedade capitalista, tendo em vista que as políticas públicas são implementadas no contexto dos Estados nacionais. No estudo, parte-se de uma abordagem histórico-crítica, na qual se entende que, em cada nação, o Estado adquire formatos peculiares e se transforma dialeticamente em distintos momentos históricos, uma vez que a legitimidade do poder do Estado é tencionada pela luta dos diferentes interesses entre as classes sociais que permeiam a sociedade, ou seja, a organização do Estado depende das condições objetivas de existência dos homens, da organização da produção e das relações sociais estabelecidas em cada Estado-nação. Assim, parte-se do pressuposto de que o Estado expressa o jogo de forças presente na sociedade que atua em seu engendramento e do qual o mesmo recebe a legitimidade para o uso do poder político.

Neste capítulo também se aborda a questão da cidadania e participação social, partindo do entendimento que a participação social é condição e instrumento indispensável à construção da cidadania. Nesse sentido, compreende-se a participação social como processo dialético em construção porque não se entende o direito estritamente como garantia constitucional, formalização jurídica em si mesma definida, mas como práticas de sociabilidade política.

Portanto, reconhece-se a existência de arena política onde as diferenças podem ser afirmadas e a negociação faz-se possível em função do reconhecimento da legitimidade das posições e interesses dos diferentes interlocutores envolvidos.

No Brasil, a consolidação das instituições democráticas é bastante recente (a partir da década de 1980), tendo ocorrido em outros períodos de forma frágil e esparsa ao longo do período republicano. Assim como foi frágil à construção do Estado de Direito que a deveria embasar. Nesse sentido, mesmo a formalização igualitária assegurada pelo reconhecimento comum dos direitos civis, políticos e sociais revelou-se inconsistente, já que permanentemente submetida a um padrão de dominação social caracterizado por absurdos hiatos e desigualdades entre as classes sociais. Essas características expõem a prevalência histórica de relações político-sociais arcaicas, marcadas pelo signo da submissão e do favor. Relações em que o plano do direito não chega a ser sequer enunciado, permanecendo a experiência política como uma concessão fundada em referências privatistas e personalistas de poder.

Entende-se que este debate Estado-sociedade civil é relevante à medida que contribui para desvendar e interpretar: a dinâmica complexa que se efetiva no plano da realidade, os conflitos que permeiam a atuação das instituições na sociedade, além de se configurar como importantes instrumentos analíticos para o estudo das políticas ambientais implementadas no Brasil, mas especificamente no Estado do Amazonas.

Para tal, o presente capítulo está estruturado em quatro partes. A primeira, trata do quadro de referência teórica que embasa a abordagem sobre o Estado. Na segunda parte, aborda-se a categoria Políticas Públicas. A discussão teórica sobre esta categoria é permeada por uma certa imprecisão conceitual. Nesse sentido, procurar-se-á neste trabalho a sustentação teórica na Ciência Política. Na terceira parte apresenta-se a discussão sobre Cidadania, entendendo a mesma como um conjunto de direitos que foram conquistados paulatinamente pela participação política e social dos diversos segmentos da sociedade civil, os quais reivindicam políticas afirmativas de cidadania, posto que essas as Políticas Públicas através do Estado são responsáveis pela prestação de serviços e repasse de recursos em diferentes modalidades. Na quarta parte faz-se uma breve discussão sobre participação social a partir de uma abordagem crítica, na qual a participação é entendida como um importante instrumento para a ampliação da cidadania e da emancipação política.

1.1. O Estado em foco: elementos para o debate

A partir das transformações nas modalidades da intervenção estatal que ocorrem no plano societal, surgem novas abordagens teóricas no campo acadêmico-científico na tentativa de explicar as metamorfoses do Estado nas diversas conjunturas sócio-históricas. Segundo Costa (2006), o Estado moderno surgiu a partir do século XVI no fluxo de constituição do modo de produção capitalista. Mas foi, sobretudo, a partir da Revolução Francesa que o Estado foi legitimado e passou o seu ordenamento a partir de normas constitucionais. Conforme a autora, a criação do Estado foi justificada como sendo uma instância capaz de proteger todos os integrantes da sociedade e, atribuindo-lhe o uso legítimo da força para manter a paz na sociedade.

Para os filósofos clássicos, o Estado representa um momento positivo na formação do homem civil. A finalidade do Estado varia em conformidade com as diferentes interpretações dos autores. Nesse sentido, o Estado é entendido ora como a justiça (Platão), ora o bem comum (Aristóteles), a felicidade dos súditos (Leibniz), a liberdade (Kant), a máxima expressão do *ethos*¹ de um povo (Hegel). A partir das interpretações dos filósofos clássicos, o Estado é considerado geralmente como o ponto de escape da barbárie, da guerra de todos contra todos; visto como o domínio da razão sobre as paixões, da reflexão sobre o instinto. Pode-se afirmar que grande parte da filosofia política é uma glorificação do Estado. Marx, de forma diferente, considera o Estado como um “instrumento” de domínio da sociedade capitalista. (BOBBIO, 1988, p. 163).

Nesse sentido, entende-se que a formulação de tipologias de Estado sempre foi uma preocupação presente nos pensamentos dos filósofos, contudo foi a partir de Marx (1818-1883), cientista política e filósofo alemão, que realmente se começou a fazer uma crítica ao Estado capitalista, de modo consequente, pois foi a partir das obras deste autor que se compreendem as desigualdades de classes geradas nas relações de produção estabelecidas no modo de produção capitalista. Até então, o que havia eram tipologias marcadas por justificativas ideológicas, embora algumas possuam mérito inquestionável na compreensão de algumas abordagens relativas ao Estado.

Nesse sentido, Marx (2005) foi o primeiro a criticar a natureza de classe burguesa do Estado, de parcialidade favorável ao poderio econômico, e do Liberalismo Burguês, haja vista que o conceito de Estado para o autor é apresentado pela ótica das relações sociais e de poder na sociedade. Na concepção do mesmo, o Estado surgiu em uma conjuntura histórica, em que há uma divisão entre exploradores e explorados, ou

¹ O ético para Hegel é tudo o que constitui o *ethos* de um povo. A verdade do *ethos* é o estado que representa o coletivo. A ética Hegeliana pressupõe um homem livre, que haja de acordo com o todo. Para o autor, a *pólis* é a efetivação do indivíduo expressada no *ethos* de um povo.

seja, ao nascer um antagonismo de interesses com potencial para comprometer a ordem social. Portanto, segundo o referido autor expressa-se uma necessidade de criação de um poder superior regulador dessa relação. Não obstante, esse poder não é visto como intermediário com fins a estabelecer a ordem por meio de consenso, pelo contrário, o Estado é interpretado por Marx como intuição de defesa dos interesses da classe burguesa, cujo objetivo é a manutenção da ordem que consolida a subordinação do proletariado ao poder político e econômico. Esta concepção de Estado é claramente explicitada em “O manifesto do Partido Comunista”, no qual Marx, juntamente com Engels, afirmam que:

[...] cada passo no desenvolvimento da burguesia foi acompanhado por um avanço político correspondente. [...] A burguesia, afinal, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou, para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia. (MARX; ENGELS, 1998 p. 10-11).

Assim, destacam-se algumas ideias, as quais congregam o pensamento de Marx sobre o Estado, quais sejam: a) as condições materiais de produção de uma sociedade formam a base de sua estrutura social, política e da consciência humana. A forma do Estado e das demais instituições políticas, decorrem das relações de produção, não do desenvolvimento das ideias ou vontades humanas; b) o Estado é expressão política da dominação de classe e está a serviço da classe economicamente mais forte, não representando o interesse comum ou a vontade geral; c) o Estado tem suas origens na necessidade de controlar os conflitos entre os diferentes interesses econômicos, surgindo como resposta à necessidade de mediar os conflitos de classe, com vistas a manter o *status quo*; d) o Estado exerce função repressiva a serviço da classe dominante, o qual visa controlar os conflitos de classe. (CARNOY, 1990 p. 65-71).

Assim, entende-se que Marx trouxe para o debate contribuições significativas tanto no campo da análise de sua temporalidade histórica como na criação de um instrumental teórico-metodológico para interpretar a estrutura da sociedade e do Estado. No que concerne à análise de conjuntura histórica da Europa, em meados do século XIX, Marx enfatiza a configuração do Estado em suas características repressivas como principal manifestação do fenômeno estatal. Compreende-se que Marx foi competente para analisar a conjuntura histórica e a natureza dos Estados com os quais se defrontou quando escreveu suas obras. No entanto, percebe-se que tal interpretação possui limitações para analisar a realidade complexa dos Estados capitalistas contemporâneos, o qual requer novas abordagens teóricas que permitam fazer uma leitura mais aproximada da mesma. Quanto ao instrumental teórico-metodológico criado pelo autor, este ainda possui uma atualidade no contexto contemporâneo, sendo apropriado por vários estudiosos que possuem uma linha de abordagem crítica da realidade.

Portanto, entende-se que é a partir de Marx que se forja um verdadeiro fundamento acerca de uma Teoria do Estado. Outrossim, sua visão de que a estrutura econômica é a base do Estado foi o que permitiu um grande avanço na construção da teoria do Estado Moderno, e esta teve uma grande influência sobre as principais abordagens analíticas dos cientistas políticos contemporâneos.

Na mesma linha de pensamento de Marx, Engels (1820-1895), filósofo alemão, parte do entendimento de que o Estado surge a partir da divisão de classes na sociedade e resgata desde a origem da família, a natureza da propriedade privada e, conseqüentemente, a formação das classes urgindo a necessidade do Estado para atenuar seus antagonismos. Contudo, o Estado passa a se posicionar a favor da classe mais poderosa que se transforma em classe politicamente dominante e fomenta instrumentos para a manutenção deste poder. Engels (1985, p. 193) afirma ainda que as diferentes

formas de Estado sempre atuaram em favor dos interesses da classe dominante. O Estado escravocrata visava manter a submissão do escravo; o Estado feudal decorria da existência da nobreza para manter seus privilégios a partir da sujeição dos servos e camponeses, enquanto na atualidade, o Estado capitalista constitui-se num instrumento que o capital utiliza para explorar o trabalho assalariado.

No que se refere à configuração concreta do Estado, no final do século XIX e início do século XX, surgiram inúmeros fenômenos novos no mundo capitalista ocidental, tanto na esfera econômica quanto política, que acabaram por modificar a própria natureza do Estado capitalista, à medida que se viu obrigado, pela pressão das lutas dos trabalhadores, a incorporar novos direitos de cidadania política e social. Para Coutinho (1999), desenvolveu-se nesse período o que ele denomina de “socialização da política”, ou seja, um número cada vez maior de indivíduos passou a fazer política, não só pela progressiva ampliação do direito a voto, mas também por meio do ingresso e da militância de amplos segmentos da população nas múltiplas organizações (sindicatos, partidos, movimentos, entre outros).

No período histórico analisado por Gramsci (1891-1937), efetivou-se uma maior concretização e ampliação do Estado, e este autor pode dar uma contribuição muito significativa para a ampliação do conceito de Estado. Segundo Gramsci (2004), a esfera pública “restrita” que era própria dos Estados oligárquicos, tanto autoritários como liberais, cede progressivamente lugar a uma esfera pública “ampliada”, impulsionada pelo crescente protagonismo de amplas organizações de massa (GRAMSCI, 2004). Nesse sentido, é a percepção dessa *socialização da política* que permitiu a Gramsci elaborar uma teoria marxista ampliada de Estado. (COUTINHO, 1994; 1999).

Ao analisar a superestrutura, Gramsci (2004) distinguiu duas esferas no seu interior, que ele chama de “sociedade civil” e de “sociedade política”. No que diz respeito à “sociedade política”, esta designa o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência; trata-se, portanto, das instituições do Estado, encarnados nos grupos burocrático-executivos ligado às forças armadas e policiais e ao cumprimento das leis.

Mas, a real originalidade de Gramsci (idem) na ampliação do conceito de Estado, aparece na definição de “sociedade civil”. Segundo Coutinho (1994), em Marx e Engels a “sociedade civil” designa sempre o conjunto das relações econômicas capitalistas, o que eles também chamam de “base material” ou de “infra-estrutura”. Em Gramsci, o conceito de sociedade civil designa, ao contrário, um momento ou uma esfera da “superestrutura”. Tal conceito designa mais precisamente, o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias; ela compreende assim o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicações, as instituições de caráter científico e artístico, entre outros de mesma natureza. Em conjunto, essas duas esferas formam o Estado em sentido amplo, que é definido por Gramsci (2004) como “sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia escudada pela coerção”.

Nesse sentido, as duas esferas atuam na conservação ou transformação de uma determinada formação econômico-social, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental no modo de produção capitalista. Mas a maneira de encaminhar essa conservação ou transformação varia nos dois casos. No âmbito da “sociedade civil”, as classes buscam exercer uma hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do consenso. Por meio da “sociedade política” que

Gramsci (2004) também chama, de modo mais preciso, de “Estado em sentido restrito” ou de “Estado-coerção”, ao contrário, exerce-se sempre uma dominação fundada na coerção.

Gramsci (idem) registra assim um fato historicamente novo, de que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas mais avançadas, que ele intitulou de “ocidentais”, conquistaram uma autonomia material (e não só formal) em relação ao Estado em sentido estrito. Para o autor, é essa independência material, base da autonomia relativa assumida agora pela hegemonia, que funda ontologicamente a “sociedade civil” como uma esfera específica, dotada de legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito.

Outro autor, ainda com filiação marxista, que contribuiu para ampliação do debate sobre o Estado foi Nicos Polantzias (1936-1979), um filósofo e sociólogo greco-francês, o qual teve influências de Gramsci e Althusser, este autor analisa a natureza do Estado capitalista, para o qual o mesmo “[...] não deve ser considerado como uma entidade em si, mas como uma relação; mais exatamente como a condensação material de uma correlação de forças entre classes e frações de classe, tal como essa se expressa, sempre de modo específico, no seio do Estado”. (1978, p. 141)

Poulantzas (idem) defende a ideia de que “o Estado é uma relação social”, e que a luta de classes tem seu campo de ação dentro do próprio Estado. O Estado passa a ser a arena política da luta contraditória entre o capital e o trabalho. Neste sentido, o Estado constitui a materialidade institucional das relações de classe, tornando-se o local onde se trava a luta pelo poder. O autor interpreta e explica o *poder do Estado* como uma condensação *determinada formalmente* da variável equilíbrio de forças nas disputas política e politicamente relevante.

Segundo Poulantzas (1978), a ampliação do Estado não se limita à gestação e difusão dos “aparelhos privados de hegemonia”, mas se encarna também na presença maciça de agências estatais na área econômica: intervindo diretamente na reprodução do capital social, o Estado capitalista contemporâneo retira dessa intervenção, e não só as instituições ideológicas, boa parte dos seus mecanismos de legitimação e de busca do consenso. Assim, entende-se que a natureza e estrutura do Estado capitalista, foram investigadas de maneira original pelo autor.

No contexto Latino-americano, um autor que se destaca na discussão do Estado é o cientista político argentino O'Donnell. Este autor compreende que a sociedade capitalista repousa sobre uma relação social contraditória, todavia essa não é explicitada, visto que não é só uma relação desigual, mas também porque é uma relação de exploração. Para o autor, a natureza orgânica da sociedade capitalista é encoberta pela ideologia, e esta se constitui como ferramenta essencial para a sobrevivência do sistema. (O'DONNELL, 1981, p. 74).

Na concepção do aludido autor, as aparências que dissimulam a natureza da sociedade capitalista, é evidenciada na relação contratual de caráter privado, em que não intervém de modo explícito nem o Estado, nem o seu poder coercitivo. Contudo, o autor assinala que o caráter privado dessa relação é tão-somente uma aparência, pois, sem a presença do Estado e de suas instituições como garantia e pressuposto de sua vigência, a própria relação contratual nem mesmo se concretizaria.

Segundo O'Donnell (1981), o Estado é uma face das relações sociais capitalistas de produção. Nesse sentido, o Estado é, na definição de O' Donnell, o aspecto coercitivo das relações sociais capitalistas de produção, todavia, este aparece fetichizado. O Estado capitalista, mesmo sendo inerente e constitutivo da sociedade, aparece sempre separado e exterior a ela. Embora sendo uma relação social, ou como diz O'Donnell, "um aspecto

das relações de produção", o Estado aparece materializado nas instituições estatais e, como tal, parece estar separado da sociedade e das relações de produção. Essa separação entre Estado e sociedade é uma exigência da necessidade de mascaramento da coerção nas relações capitalistas de produção, pois não pode aparecer como o fiador de uma relação que, embora não apareça como tal, é uma relação contraditória, desigual, conflitiva e coercitiva.

Outro importante autor contemporâneo, Claus Offe (1984), um sociólogo alemão, difere em alguns pontos da concepção apresentada por O'Donnell e se aproxima da concepção gramsciana de Estado, o qual parte do pressuposto de que o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto, e não especificamente, a serviço dos interesses do capital a despeito de reconhecer a dominação deste nas relações de classe.

As ações empreendidas pelo Estado, segundo Offe (*idem*) não se implementam mecanicamente, as mesmas possuem movimento, bem como contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por se voltar para grupos diferentes, o impacto das políticas públicas implementadas pelo Estado capitalista sofre o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder.

Conforme Oszlak (1980 *apud* JACOBI, 1989) na sociedade contemporânea o Estado não pode ser concebido como uma entidade monolítica a serviço de um projeto político invariável, mas deve ser visualizado como um sistema permanente de fluxo, internamente diferenciado, sobre o qual repercutem também diferencialmente demandas e contradições da sociedade civil. Nesse sentido, torna-se pertinente realizar uma breve discussão sobre políticas públicas, bem como entender o complexo processo de formulação das mesmas.

1.2. Políticas Públicas na sociedade capitalista

A partir da discussão realizada no ponto anterior, entende-se que a formulação de Políticas Públicas na sociedade capitalista é permeada de conflitos e interesses contraditórios. (MARX, 2005; GRAMSCI, 2004; O'DONNELL, 1881). Nesse sentido, parte-se do entendimento de que as Políticas Públicas configuram-se como uma arena política de luta contraditória, posto que envolvem a disputa no interior das diferentes esferas de formulação e a viabilização das políticas entre os diferentes atores e os diferentes poderes constituídos.

Offe (1984) destaca que em momentos de profunda assimetria nas relações entre os proprietários de capital e os proprietários da força de trabalho, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto. E esta função reguladora através das políticas públicas é claramente colocada por este ao afirmar que: "[...] a política pública é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado" (OFFE, 1984, p.15). Na perspectiva de abordagem de Offe (idem), o Estado capitalista moderno cuida não só de qualificar permanentemente a mão-de-obra para o mercado, como também, através de tais políticas e programas sociais, mantém sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo.

Offe (1984) ao ressaltar a dinâmica e movimento próprio do Estado nas sociedades capitalistas modernas, relaciona as origens das Políticas Públicas a um processo de mediação como estratégia estatal entre interesses conflitivos. No que concerne às contradições, estas são denominadas por Offe (1984) como mecanismo seletivos que regem a lógica das políticas públicas. Segundo este autor, quando os mecanismos seletivos do Estado funcionam eficazmente, torna-se virtualmente impossível verificar de forma empírica a natureza classista do Estado. Mas no período

de crise política, os mecanismos seletivos começam a desintegrar-se, e o Estado vê-se obrigado a sustentar-se de forma crescente na repressão, a fim de garantir o seu caráter classista. Por outro lado, Offe (idem) afirma que as contradições internas do Estado obstaculizam o desenvolvimento de uma política estatal efetiva em função dos interesses do capital como uma totalidade.

Na mesma linha de pensamento, Jacobi (1989) afirma que as políticas públicas estão permeadas pelas contradições e tensões entre os imperativos da reprodução do capital e as necessidades de reprodução da força de trabalho. E o Estado torna-se interlocutor das demandas sociais dos diferentes movimentos reivindicatórios, assim como agente indutor das políticas que regulam a dinâmica geral da sociedade.

Chaves (2007) argumenta que as instituições que compõe o Estado são dotadas de lógica própria, embora estejam alicerçadas em interesses cristalizados pelo seu caráter político. Dessa forma, mediante processos de seleção, exclusão e inclusão promovem um processo de seletividade das demandas a serem atendidas. Para a autora, as modalidades concretas de políticas afetam seleção das demandas em favor dos interesses dos setores políticos e economicamente mais fortes e de seus eventuais aliados.

No que tange ao instrumento analítico-conceitual concernente às políticas públicas, este foram instituídos, sobretudo, em países industrializados e, portanto, ajustado às particularidades das democracias Ocidentais. Contudo, entende-se que no estudo sobre as políticas públicas das sociedades periféricas deve-se considerar as condições peculiares a cada Estado-nação.

Os estudiosos, que discutem as políticas públicas (RUA, 1988; FREY, 1997), diferenciam três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões, admite-se na

ciência política o emprego dos conceitos em inglês de “*polity*” para denominar instituições políticas, “*politics*” para os processos políticos e “*policy*” para os conteúdos das políticas.

- A dimensão institucional (*polity*): refere-se à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e a estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- A dimensão processual (*politics*): tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- A dimensão material (*policy*): refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Para o objetivo desse trabalho, dar-se-á ênfase na dimensão processual (*politics*), apesar de se entender que na realidade concreta estas dimensões encontram-se entrelaçadas e se influenciam mutuamente.

A política pública segundo a cientista política Rua (1998, p.232), “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. De acordo com a referida autora, as políticas públicas caracterizam a relação do Estado com a sociedade civil no que se refere à distribuição de bens públicos na sociedade. Assim sendo, “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores [...] tendo como uma de suas características principais o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público” (p. 232). A autora também considera o conceito no sentido das ações governamentais, que possuem

institucionalidade, ou seja, amparadas legalmente por programas, projetos, planos, metas e orçamento.

Na mesma linha de pensamento, Vieira (1991) afirma que a política pública consiste em uma estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relação jurídica e política, não podendo ser compreendida por si mesma. O autor acrescenta que a política pública não pode ser pensada de forma desarticulada da luta popular. Nesse sentido, o autor argumenta que as conquistas e os direitos sociais significam a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Contudo, não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente em um determinado momento histórico.

Myers (1998) parte do pressuposto de que uma política pública refere-se a uma diretriz para conduzir ações desde um setor ou conjunto de setores numa nação. Conforme o autor cada política pressupõe atingir uma meta que permite melhorar os indicadores de qualidade de vida de uma população e se caracteriza como um grupo de decisões interrelacionadas que se traduzem num conjunto de normas, princípios ou procedimentos.

Myers (1998) entende que para se formular uma Política Pública o gestor deve apropriar-se dos seguintes conteúdos:

- 1- Análise do sistema de distribuição das riquezas da área abrangida pela política (país, região);
- 2- Conhecimento dos instrumentos básicos para desenhar e desenvolver políticas públicas;
- 3- Conhecimento dos objetivos dos programas na área em foco (ex.: educação, saúde, meio ambiente);

4- Localização dos recursos dos diversos programas pertinentes às esferas abrangidas pelas políticas;

5- Conhecimento de métodos e técnicas de avaliação de programas.

A tese de Myers (1998) é que toda política pública, deve estar centrada no desenvolvimento de habilidades, competências e condições para inclusão social dos diferentes segmentos sociais, via construção da cidadania. O que implica em fortalecer e sustentar a democracia e avançar em direção à equidade social.

Para o autor a formulação democrática de políticas públicas requer a participação efetiva dos grupos organizados da sociedade civil, os quais, possibilitam o engajamento dos setores afetados pela política numa frente comum, que torna possível o desenvolvimento das ações e sua compatibilidade e coerência às necessidades, projetos e interesses baseados numa negociação ampla.

Chaves (2007) apresenta em seu estudo algumas diretrizes para a elaboração de políticas públicas integradas. A autora explicita que primeiramente é necessário distinguir necessidades de interesses sociais como matéria privilegiada de direitos sociais, regida por valores éticos, a ser tratada em fóruns políticos cujo escopo final resulte de decisões coletivas e participativas, tal qual pode ser visualizado na Figura 01:



Figura 01: Esquema Geral de Políticas Públicas
FONTE: Chaves, 2007.

Posto isto, a partir da discussão compreende-se que a formulação das políticas públicas resulta das reivindicações e de demandas sócio-históricas de segmentos populares as quais se constituem como direitos sociais conquistados a partir das lutas políticas e da participação social cidadã. Nesse sentido torna-se relevante fazer uma breve discussão sobre cidadania e participação social.

1.3. Cidadania: debate em curso

O livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos. (MARX & ENGELS, 1956, p. 43).

A discussão acerca da cidadania não é recente, Coutinho (1999) afirma que as primeiras teorias sobre cidadania, surgiram na Grécia clássica, nos séculos V-VII antes da era cristã, correspondendo ao fato de que conheram na prática as primeiras formas de democracia, nas quais um número relativamente amplo de pessoas interferia ativamente na esfera pública contribuindo para a formação do governo. O autor argumenta que foi precisamente com base nisso que Aristóteles definiu cidadão como aquele que tinha direito (e, conseqüentemente, também o dever) de contribuir para a formação do governo, participando ativamente das assembléias nas quais se tomavam decisões que envolviam a coletividade e exercendo os cargos que executavam essas decisões.

Coutinho (1999) ressalta que a teoria e a prática da cidadania entre os gregos clássicos estava longe de possuir uma dimensão universal. Para os gregos, mesmo nas situações mais democráticas, como em Atenas, estavam excluídos dos direitos de cidadania os escravos, as mulheres e os estrangeiros, os quais, em conjunto, constituíam mais de três quartos da população adulta ateniense.

Segundo o autor, na modernidade ocorreu uma profunda articulação entre o conceito de cidadania e democracia. No que concerne a democracia, Coutinho (1999, p. 42) entende o conceito como sinônimo de soberania popular, a qual define como “a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto de cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social”. Quanto ao conceito de cidadania o autor define como:

[...] a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (COUTINHO, 1999, p. 42).

Nesse sentido, entende-se que o processo de extensão da cidadania vincula-se à dinâmica democrática. Dependente, em boa medida, da instauração de regimes representativos e do fortalecimento de regime de participação no interior dos diferentes Estados. A esse respeito Bobbio (1992, p. 1) afirma que,

Direito do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos.

Coutinho (1999), afirma que no mundo moderno, a noção e a realidade da cidadania também estão organicamente ligadas à idéia de direitos, mas num primeiro momento, ao contrário dos gregos, precisamente à idéia de direitos individuais ou “civis”. John Locke, por exemplo, que viveu no século XVII, baseou seu pensamento político na afirmação de que existiam direitos naturais. Para garanti-los, deveriam contratar entre si a criação de um governo, de um Estado, já que esses direitos estariam ameaçados no pré-político estado da natureza. A tarefa do governo, para Locke, seria

precisamente a garantia desses direitos naturais que ele considera inalienáveis. Entre tais direitos, Locke priorizava o direito à propriedade, que incluiria não só os bens materiais dos indivíduos, mas também sua vida e liberdade. (COUTINHO, 1999).

Para Coutinho (1999), a ideia de que existem direitos naturais é uma ideia equivocada, uma vez que os indivíduos não nascem com direitos (noção esta reafirmada em 1948 na Declaração dos Direitos da ONU). Os direitos são resultados da história. O autor cita Hegel para afirmar que só há direitos efetivos ou liberdades concretas, no quadro da vida social, do Estado.

A esse respeito, Nogueira (1999) afirma que a discussão sobre cidadania envolve um paradoxo, uma vez que ela nasce e se desenvolve como um processo contra o Estado e em favor do indivíduo, mas faz isso no bojo de um processo de afirmação e progressivo fortalecimento do próprio Estado como uma organização soberana. Assim, para o autor a cidadania e Estado moderno nasceram juntos, reforçando-se reciprocamente. A cidadania cresceu quando encontrou abrigo e anteparo estatal, isto é, quando se converteu em um conjunto de direitos dependentes da devida normatização e das garantias estabelecidas pelo Estado e no Estado.

Segundo Nogueira (1999), entre o século das Luzes e o século XX, afirma-se lenta, mas, progressivamente, três processos de superação. Em primeiro lugar, a concepção de indivíduo típica do individualismo inicial é superada pelo reconhecimento do indivíduo como ser social. Em segundo, o Estado liberal absentéista é superado pelo Estado social, intervencionista e assistencial. E, finalmente, a exclusividade dos indivíduos como fonte e marco de referência do Direito é superada pelo reconhecimento dos direitos dos grupos sociais. Trata-se de um processo que não se excluem uns aos outros, mas antes se concatenam e se completam.

Para o referido autor, apresentam-se muitos desafios para o século XX, como os direitos de terceira geração, que não se referem aos grandes interesses agregados e homogêneos (de tipo monodimensional), mas a diversificados interesses difusos, multidimensionais, que dizem respeito a questões vitais para homens e mulheres. Incluem-se aí os direitos referentes ao gênero, às várias fases da vida (criança, terceira idade), aos estados excepcionais da existência (enfermos, portadores de limitações físicas ou mentais), ao meio ambiente e à natureza, e assim por diante. Conforme o autor, tal processo projetou, por um lado, a união de cidadãos excluídos. Mas, por outro, muitos indivíduos perderam concretamente as condições para exercer e reclamar o cumprimento de direitos humanos básicos, passando a viver a margem de proteções formais ao seu *status* nominal de cidadãos.

Nesse sentido, entende-se que a cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito que deve ser pensado sempre como processo eminentemente histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. Assim entende-se que cidadania não é concedida aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é o resultado de uma luta permanente de baixo para cima, implicando num processo de longa duração.

O estudo de Marshall (1967) sobre cidadania é considerado um clássico, o mesmo retrata a cidadania através de um esquema interpretativo, que se tornou instrumento relevante para o avanço na discussão teórica e nos estudos históricos sobre este tema. Marshall (*idem*), a partir de uma compreensão histórica definiu três níveis de direitos de cidadania, e baseando-se na história da Grã-Bretanha, traçou uma ordem cronológica para o surgimento desses direitos no mundo moderno, descrevendo um processo que se inicia com a obtenção dos direitos civis no século XVIII, passa pelos

direitos políticos no século XIX, e chega finalmente aos direitos sociais no século XX.

O autor compreende que,

[...] o elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fê, o direito à propriedade e a de concluir contratos válidos e o direito à justiça [...]. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo. [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

É indiscutível o mérito do estudo do autor para a temática de cidadania, visto que o mesmo oferece elementos importantes ao abordar a dimensão histórico-processual do conceito de cidadania. Todavia, deve-se considerar que a ordem cronológica proposta por Marshall é limitada para fazer uma análise dos países periféricos, entre os quais o Brasil, os quais oscilaram entre períodos democráticos e ditatoriais.

Partindo de outro pressuposto, Turner (1990) define a cidadania a partir de duas tradições centradas na forma de acesso aos direitos sociais, qual seja: passiva e ativa.

a) passiva _ como resultado da obtenção da mesma via Estado, quando este gera o espaço público, mantém a iniciativa de mudança e vai incorporando aos poucos os cidadãos à medida que vai ampliando os seus direitos;

b) ativa _ que é a obtenção da mesma como resultado de uma luta pelos direitos civis, políticos e sociais.

A cidadania passiva, outorgada pelo Estado, diferencia-se da cidadania ativa, na qual os cidadãos, portadores direitos e deveres, são essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.

Na mesma linha de pensamento de Turner, Alain Touraine (1996) compreende que a cidadania está relacionada à participação democrática. Segundo o autor, não há cidadania sem a consciência de filiação a uma coletividade política, na maior parte dos casos, a uma nação, assim como a um município, a uma região, ou ainda a um conjunto federal. Interessante observar que Touraine acredita que a cidadania significa a construção livre e voluntária de uma organização social a qual combina a unidade da lei com a diversidade dos interesses e o respeito pelos direitos fundamentais.

Vale enfatizar, o surgimento na contemporaneidade do conceito de “nova cidadania” (DAGNINO, 1994). Para Dagnino (1994, p. 2), a “nova cidadania” “requer a constituição de sujeitos ativos, que definem autonomamente o que consideram ser seus direitos e lutem pelo seu reconhecimento”. Segundo a autora, a nova cidadania representa uma possibilidade da busca do direito pelos próprios agentes que reivindicam seu espaço na sociedade. Nesse sentido, observa-se a relevância das ideias de Dagnino (1994), visto que a autora reconhece a importância do outro como sujeito, com direito a participar efetivamente no campo das políticas públicas.

Assim, entende-se que as políticas públicas devem possibilitar um efetivo espaço de participação nas tomadas de decisões e no controle social, ou seja, no estabelecimento de novas relações entre Estado e sociedade e, sobretudo com direito à igualdade e à diferença. Nesse sentido, no próximo item será aprofundado o conceito de participação social entendendo como elemento importante para efetivação de políticas públicas afirmativas de cidadania e para transformação social.

1.4. Participação social como processo dialético de transformação

Neste estudo, parte do entendimento de que a participação social constitui-se num processo dialético e numa prática cotidiana. Sua intensidade pode ser ampliada ou reduzida a partir das condições propiciadas pelo Estado.

Conforme Leff (2006), a razão dialética surge no pensamento como uma necessidade de apreender um processo social gerado pelo conflito de classes e das contradições internas do capital como modo de produção. O pensamento dialético oferece princípios gerais para perceber a transformação do real. Para que essa lógica possa apreender a realidade como conhecimento concreto, deve haver uma correspondência entre o pensamento e o real que se manifesta no movimento dos processos materiais. Para Marx (*apud* LEFF, 2006), a dialética se expressa na contradição social como uma relação estrutural entre interesses de classes opostos. O concreto se condensa no conceito como a articulação de determinações múltiplas que tornam inteligível a realidade. Assim, Marx inverteu a dialética idealista de Hegel e fundou o materialismo dialético. Nesse sentido, a dialética deixa de ser uma lógica que se forma na mente como reflexo da realidade ou que gera uma autoconsciência dos homens através de um processo evolutivo, conforme proposto por Hegel. (LEFF, 2006).

Para problematizar a participação social como processo dialético, novamente buscar-se-á embasamento nas discussões propostas por Gramsci (2004). Em sua obra o autor lança mão da categoria analítica “cultura”, a qual é entendida como forjadora da liberdade, capaz de propiciar a ultrapassagem da heterogeneidade e da imediatividade da vida cotidiana, das lutas econômico-corporativas que atravessam o ser social para lutas mais duradoras e universais, voltadas à construção de uma nova hegemonia. Nesse sentido, a preocupação do autor é com o desenvolvimento da cultura política, que segundo o mesmo é pressuposto necessário à crítica da ordem das coisas. Para ele, a crítica significa cultura, e cultura não é simples aquisição de conhecimento, mas sim

tomar partido, posicionar-se frente à história, buscar a liberdade e a emancipação. A cultura está relacionada, pois, com a transformação da realidade, uma vez que através da “conquista de uma consciência superior [...] cada qual consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres”. (GRAMSCI, 2004, p. 24).

A superação dos interesses econômico-corporativos ao momento ético-político, a passagem da estrutura à superestrutura, do “objetivo ao subjetivo”, expressam-se em Gramsci (2004) através do conceito amplo de política, denominado por ele de “catarse”. É o movimento catártico que possibilita a superação dos interesses “egoístico-passionais”, corporativos e particulares, elevando-se ao momento ético-político, ao nível da consciência universal. Conforme o autor, tal movimento constitui o momento em que as classes conseguem elaborar um projeto para toda a sociedade através de uma ação coletiva, cujo objetivo é criar um novo “bloco histórico”. A ideia de catarse nada mais é do que a síntese do projeto político gramsciano.

Essa transformação da força econômica na direção ético-política, que se expressa no momento catártico, é mediada, segundo o autor pela vontade coletiva e política, “pela vontade como consciência operosa da necessidade histórica”. (GRAMSCI, 2004, p. 17). Para Gramsci (idem), somente elevando-se ao plano ético-político as classes sociais conseguirão imprimir à própria ação caracteres socialmente universais e qualitativamente integrais. Isso significa, também, a elevação da vida cultural-política daqueles estratos sociais que, antes de obtê-la, viviam passivamente e, portanto, não haviam superado o limiar da consciência histórica. Para o autor, sair da passividade é deixar de aceitar a subordinação que a ordem capitalista impõe a amplos estratos da população, é deixar de ser “massa de manobra” dos interesses das classes dominantes e acima de tudo intransigente, pois a intransigência “é a única prova que

uma determinada coletividade existe como organismo social vivo, que possui um fim, uma vontade única, uma maturidade de pensamento. Porque a intransigência requer que cada parte singular seja coerente com o todo, que cada momento da vida social seja pensado e examinado em relação à coletividade”. (GRAMISCI, 2004, p. 136).

A vida social, no pensamento gramsciano, é produto da ação dos homens, em que consciência e vontade aparecem como fatores decisivos na transformação do real. Sem deixar de considerar, porém, as condições históricas objetivas, existentes independente da consciência e da vontade humana.

Assim a cultura é apontada por Gramsci (2004) como um dos elementos presentes na base de organização das classes subalternas, capaz de romper com a sua desagregação e abrir caminhos para a construção de uma vontade coletiva, contrapondo-se as concepções de mundo oficiais. Portanto, a cultura apresenta-se como condição necessária ao processo revolucionário, pois “toda a revolução foi precedida de um intenso trabalho crítico, de penetração cultural, de permeação de ideias através de agregados de homens antes refratários e preocupados em resolver dia a dia, hora a hora” os problemas individuais, sem agregar os “outros que se encontravam na mesma situação”. (GRAMSCI, 2004, p. 59). Entendida de forma crítica, a cultura é instrumento de emancipação política das classes subalternas, o amálgama, o elo de ligação entre os que se encontram nas mesmas condições e buscam construir uma contra-hegemonia.

Nesse sentido, entende-se que a cultura e política aparecem no pensamento gramsciano como questões inseparáveis, haja vista que a cultura constitui-se em um dos instrumentos de práxis política, sendo esta justamente a via de acesso às massas de consciência criadora de história, de instituições, fundadoras de novos Estados.

Outro autor que trouxe contribuições importantes para o debate sobre a participação foi Lefebvre (2008, p. 192), o qual afirma que “é impossível apreender o cotidiano como tal, aceitando-o e vivendo-o passivamente”, ou seja, é necessário o despertar de uma consciência crítica para que haja o conhecimento a respeito da realidade vivida. Sendo assim, é na vivência cotidiana que ocorre a crítica à situação de alienação do indivíduo, o que resulta num processo de reprodução das relações sociais e a produção de novas relações. A esse respeito, Neto (2000, p. 14) afirma que “a vida cotidiana é apresentada diversamente nas múltiplas cores e faces: a vida dos gestos, num mundo alienado, um modo de existência social, um espaço de resistência e possibilidades de transformação, o espaço privado de cada um”, ou seja, o cotidiano está presente em todas as esferas da vida do indivíduo. A partir deste argumento, entende-se que o indivíduo, nesse processo, apreende as relações sociais e as reproduz criativamente como instrumento da sua própria existência.

Em consonância com Gramsci (2004) e Lefebvre (2008), Souza (2004, p. 79) analisa a participação como sendo um processo existencial concreto, que se produz nas dinâmicas das sociedades e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população. Para a autora, é na educação que o indivíduo encontra clareza para entender as contradições vividas por ele em sociedade através do processo de difusão do conhecimento e de aprendizagem, um dos meios pelos os quais é trabalhada a aceitação ou não da dominação econômica. Souza (idem) argumenta ainda que a participação “[...] é o processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais nos quais ele próprio está situado”.

Numa linha abordagem diferente, Amann (1980) afirma que a participação não deve ser percebida como um fenômeno isolado, mas significa também “contribuir para a produção de bens e serviços, deles dispor e usufruir na dinâmica da própria

contribuição”. Para a autora, a participação é mensurada pela intensidade e qualidade na produção, gestão e usufruto de bens e serviços da sociedade como um todo.

Demo (1991, p. 101), por sua vez, conceitua participação como sendo um “[...] processo histórico de conquista das condições de autodeterminação. [...] Não se implanta por decreto, nem é consequência automática de qualquer mudança econômica, porque possui densidade própria, embora nunca desvinculada da esfera da sobrevivência material”. Para o autor, as desigualdades só podem ser reduzidas a partir de um processo árduo de participação, a qual é considerada pelo mesmo como uma conquista.

Conforme Demo (idem), dentro da compreensão da realidade histórica como unidade dos contrários, a desigualdade social coloca-se não só como a infelicidade de uma grande maioria, mas também como dinâmica da própria sociedade capitalista em constantes transformações. Por esta razão, para o autor, a pobreza política compreende a dificuldade de diversos segmentos sociais em superar a condição de objeto manipulado para atingir a condição de sujeito consciente e organizado em torno dos seus interesses.

Demo (1994) sinaliza alguns canais que para ele, parecem ser mais característicos e decisivos para a participação:

- A organização da sociedade civil – significa a capacidade histórica de a sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização;
- Planejamento participativo – diz respeito a formação da consciência crítica a auto-crítica na comunidade, formulação de estratégia concreta de enfrentamento dos problemas e a necessidade de se organizar;
- A educação como formação à cidadania – importante instrumento de participação política;

- A Cultura como processo de identificação comunitária – significa produto tipicamente humano e social, no sentido da ativação das potencialidades e das criatividade de cada sociedade;
- Processo de conquista de direitos – o direito é algo incondicionalmente devido, porém, só se efetiva, se conquistado.

Portanto, para Demo (1991; 1994), a participação pode ser entendida tanto como um instrumento de autodeterminação como também um caminho para se alcançar objetivos almejados. O autor defende ainda que, a participação só pode ser conquistada, a partir da tomada de consciência sócio-política.

Na mesma linha de pensamento, Chaves (2004) afirma que a participação, enquanto processo pedagógico se expressa a partir da conscientização, da organização e da capacitação contínua e crescente dos agentes sociais da seguinte maneira:

- a) *Conscientização*: um processo de descoberta e problematização dos interesses do grupo que se traduz na compreensão crítica da realidade;
- b) *Organização social*: articulação consciente e dinâmica dos grupos de uma população, ao redor de interesses comuns;
- c) *Capacitação*: instrumentalização e redefinição contínua de novos interesses e mecanismos de enfrentamento da realidade.

A partir do exposto, compreende-se que a participação social tem um papel relevante na elaboração e na execução de políticas públicas, pois os indivíduos conscientes de sua função política podem escrever sua própria história, enfrentando a desigualdade com atuação organizada tendo como objetivo a ampliação da cidadania e sua emancipação política. Nesse sentido, no processo tópico será discutida a participação como instrumento de ampliação da cidadania.

- **Participação como instrumento de ampliação da cidadania**

Neste trabalho, parte-se da compreensão que a ampliação e consolidação da cidadania não podem prescindir da participação social dos diferentes segmentos social, principalmente, daqueles que historicamente foram relegados à margem do processo sócio-histórico.

Uma autora que contribui para a ampliação do horizonte de manifestação da cidadania através da participação é Fátima e Silva (1997), que aponta para um novo campo político de construção da cidadania, baseado, sobretudo, em quatro princípios:

- a) *Valorização do poder local* – o município, o bairro, o quarteirão não constituem tão somente espaços fisicamente localizados, mas espaços socialmente construídos. A partir do fortalecimento dos atores que compõem os mesmos, é possível enfrentar o processo de globalização em curso; entende-se que no plano local há possibilidade de emergência de um novo tipo de convivência social que acena para a constituição de um novo tipo de cidadão;
- b) *Participação no poder local* – esta se manifesta a partir do local no qual a democracia social tem condições de ser exercida, porque aí se conjuga o cruzamento de duas esferas: o poder público e a comunidade de cidadãos, “o que significa apreendê-lo nas seguintes dimensões: como espaço político e simbólico; como espaço de gestão; como espaço de produção e consumo de serviços e equipamentos” (idem, p. 218);
- c) *Nova dinâmica social* – no âmbito local intensificam-se tanto as relações mais simples quanto as mais complexas, é preciso, portanto, apreendê-lo como espaço que não é apenas necessariamente, de consensos, de

cooperação e de homogeneidade, mas também de disputas entre poderes e interesses;

d) *Ampliação da esfera pública* – a nova cidadania, ao retornar à comunidade, abre possibilidades maiores de dar primazia ao agente social nas propostas de desenvolvimento porque inclui os grupos menos privilegiados, tornando-os co-participes da gestão, pública e co-gestores das responsabilidades sociais.

A ideia de que deveria haver maior participação dos cidadãos nas decisões governamentais surge na década de 1960, com os movimentos estudantis e comunitários que passaram a exercer pressões políticas. A questão que se coloca na atualidade é como motivar os cidadãos para o envolvimento político. Amorim (2007, *apud* GUIMARÃES, 2009) argumenta que a participação mais ampla na esfera política começa necessariamente com a participação em micro-esferas da vida social. De acordo com a autora, quanto mais os indivíduos participam, mais capacitados se tornam para fazê-lo.

Para melhor apreensão dessa categoria, faz-se necessário entender, ainda que de forma breve, o papel do Estado e da sociedade civil no cenário contemporâneo de países periféricos como o Brasil, cujo acesso a bens e serviços sociais ainda ocorre de forma precária para grande maioria da população. A tendência histórica desses países aponta para implementação de políticas públicas em que o Estado age de forma a atender os interesses do capital, operacionalizando, por outro lado, estratégias frente aos indivíduos que estão em situação de desigualdade social. (O'DONNELL, 1981).

- **Cidadania e participação social no Brasil: limites e possibilidades**

A formação sócio-política do Brasil, cuja herança colonial tornou o país dependente e vulnerável às mudanças políticas e econômicas ocorridas no plano internacional, não viabilizou a estrutura necessária para um Estado de Bem-Estar-Social (Welfare State)², ocorrendo uma experiência que se tipificou, segundo Pereira (2002) num “sistema de bem-estar periférico”. Neste sentido Faleiros (1991) explicita que:

[...] nos países pobres periféricos não existe o Welfare State nem um pleno keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal [...] São políticas “categoriais”, isto é, que têm como alvo certas categorias específicas da população [...] através de programas criados a cada gestão governamental, segundo critérios clientelísticos e burocráticos (p.28).

Na mesma linha de abordagem, Murilo de Carvalho (1996, p. 340) analisa o Estado brasileiro destacando que “a tradição oitocentista está mais próxima de um estilo de cidadania construída de cima para baixo, em que predomina a cultura política súdita, quando não a paroquial”. Carvalho (idem) faz uma incursão pelos primórdios da história brasileira e discute também como a ditadura militar no país contribuiu para que se criasse uma cidadania passiva.

No Brasil, as reformas nunca visaram à cidadania efetivamente democrática e universalizante, mas formas diferenciadas de cidadão. É o que o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (1979), ao analisar essa questão no Brasil, chama de *cidadania regulada*, referindo-se à manipulação e controle por parte do Estado. As raízes da cidadania regulada se encontram em um “sistema de estratificação ocupacional [...] definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações

² Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos, que são considerados serviços públicos e reconhecidos como direitos sociais.

reconhecidas e definidas em lei” (SANTOS, 1979 p.175-79). As décadas de 30 a 60 caracterizaram-se pelas relações clientelistas e de tutela como a principal forma de relação entre Estado e a sociedade civil. Tal relação era enraizada na tradição política brasileira conhecida por “coronelismo”.

Assim, ao tomar por base a abordagem feita por Santos (1979), pode-se inferir que há uma certa peculiaridade na prática democrática da sociedade brasileira, em relação às demais formas de democracia: as políticas públicas foram usadas como “solução” da baixa institucionalização e da participação, e não como direitos. O resultado é que as políticas públicas não resolveram (e não resolvem) o “eixo da participação” e passam a funcionar como obstáculo ao “eixo da institucionalização”, perpetuando a instabilidade e inviabilizando, muitas vezes, as formas de organização horizontal.

Em verdade, a nova cidadania preconizada por diversos autores (DAGNINO, 1994; FÁTIMA e SILVA, 1997; SANTO, 1979) tende a constituir uma crítica radical em relação a “cidadania regulada ou concedida”; que foi inventada no Brasil na década de 30. Nesta direção, Couto (2004), em sua análise sobre as Políticas Públicas implementadas pelos governos brasileiros, indica que os governos os quais atuaram de 1930 até 1964, focaram na instituição de programas e benefícios no âmbito da cidadania regulada, ou seja, apenas os trabalhadores urbanos e com contrato formal de trabalho podiam exigir o atendimento de suas necessidades, e, mesmo assim, isso foi feito de forma particularista e corporativista. Nos governos da ditadura militar (1964 a 1985), os direitos civis e políticos foram cerceados, e, os direitos sociais foram utilizados de forma a garantir a continuidade do regime. Os governos subsequentes ao regime militar (Sarney/1985-1990, Collor/1990-1992, Itamar Franco/1992-1994, Fernando Henrique Cardoso/1995-1999/2000-2004) constituíram um projeto político alicerçado,

salvaguardadas suas particularidades, na centralização da estabilidade econômica e no desejo de reformar a Constituição de 1988, a qual trouxe significativos avanços na área social, é considerada pelos setores conservadores da sociedade um entrave ao projeto de crescimento econômico e de governabilidade do país.

Contudo, observa-se que apesar de o Brasil ter vivenciado vários períodos de Estados autoritários, houve períodos de grandes mobilizações populares e conquistas de direitos. Guimarães (2009), um cientista política estudioso da democracia participativa no Brasil, identifica dois grandes ciclos de participação na história política brasileira. O primeiro teria se iniciado nos anos 50 e foi brutalmente reprimido pelo golpe militar de 1964. O segundo teria emergido como uma reação à ditadura militar, a partir dos anos 1970, e está ainda inacabado.

Segundo Guimarães (idem) no primeiro movimento de participação, o principal tema que mobilizava a organização dos movimentos populares era o tema nacional por excelência: a constituição da nação e a defesa de seus interesses frente aos interesses imperialistas, contrários à ideia da soberania. No centro da soberania nacional colocava-se, conforme o autor, o conjunto heterogêneo dos movimentos sociais que se formavam naquele período, no qual o autor argumenta que houve episódios importantes de lutas históricas da população do país, tais como: 1) a formação das primeiras lutas nacionais no campo brasileiro pela reforma agrária, com a formação das Ligas Camponesas e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que era uma organização sindical rural coordenada pelo Partido Comunista Brasileiro; 2) a primeira formação de uma central sindical dos trabalhadores intitulada de Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o qual não era reconhecido legalmente, apesar de ter uma estrutura nacional; 3) a criação do chamado “movimento estudantil”, por meio da atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE), surgindo uma tradição contestatória

e radical, que alimentou as tradições mobizatórias nas décadas seguintes; e, 4) a criação de diversos movimentos culturais.

Conforme Guimarães (2009), o primeiro ciclo foi brutalmente interrompido em 1964, após o massacre da esquerda armada. Neste período aconteceu a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), herdeiro da experiência das Ligas Camponesas mediada pela Comissão Pastoral da Terra. Surgiu também o chamado novo sindicalismo e as novas centrais sindicais, sendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) a mais forte entre elas.

Para o autor, no segundo ciclo vai se formar a Teologia da Libertação, o qual recebeu a herança da formação do clero progressista brasileiro, a partir da liderança intelectual de Alceu Amoroso Lima e da liderança profética de dom Elder Câmara. O referido autor argumenta que ela tornou a agenda dos movimentos sociais brasileiros mais nacionais, incorporando a ideia ecológica, formando lideranças referenciais, como Chico Mendes e Marina Silva, os quais começaram a colocar em pauta a questão amazônica. Neste período também se forma aquilo que o autor denomina de uma “expansão da identidade feminina e feminista”, uma característica nova que não estava presente no primeiro ciclo. A partir dessas vanguardas que foram surgindo, aconteceram experiências inovadoras do orçamento participativo e uma ampliação do parâmetro dos movimentos sociais em torno de uma nova agenda internacional, concebida por meio das experiências do Fórum Social Mundial.

Guimarães (2009) enfatiza ainda que por ter uma agenda democrática e de cidadania ativa, esse ciclo de desenvolvimento é percorrido por grandes momentos de mobilização institucional, dos quais podem ser citados quatro: a campanha das Diretas Já, a campanha pelos Direitos na Assembléia Constituinte; a campanha pelo *impeachment* do Collor e a eleição do atual presidente Lula em 2002.

Avritzer (2009), um cientista político, ao analisar a participação política no Brasil a partir da década de 30 até a contemporaneidade, afirma que até a década de 70, houve uma baixa propensão participativa, fenômeno esse que o autor relaciona às formas verticais de organização da sociedade política, tais como a concentração do poder na propriedade da terra e a proliferação do clientelismo no interior do sistema político na maior parte do século XX. Em conformidade com o autor, somente em meados da década de 70 começou a surgir aquilo que se convencionou chamar de “sociedade civil autônoma e democrática”. Tal fato deve-se a diferentes fenômenos, tais como: um crescimento exponencial das associações civis, em especial das associações comunitárias; uma reavaliação da ideia de direitos; a defesa da ideia de autonomia organizacional em relação ao Estado; a defesa de formas públicas de apresentação de demandas e de negociação com o Estado. O autor argumenta que essas novas práticas redefiniram a forma de fazer política no Brasil, levando a aumento significativo do número de associações comunitárias e da sua forma de relação com o Estado.

No Brasil, a participação social é regulamentada em 1988 a partir da promulgação da Constituição Federal (CF). A reforma constitucional de 1988 propôs importantes modificações, de um lado, nas práticas das políticas públicas e, de outro, no móvel e significado das ações sociais e coletivas. A CF abriu espaço, por meio de legislação específica, para práticas participativas como a Criação de Conselhos de política nas seguintes áreas: saúde, assistência, políticas urbanas e meio ambiente.

Em seu artigo 14, incisos I, II e III, acerca dos direitos políticos, a CF assegura que “[a] *soberania* popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante, *plebiscito*, *referendo* [e] *iniciativa popular*.

No artigo 27, parágrafo 4º, a respeito dos Estados federados, estabelece que “[a] lei disporá sobre iniciativa popular no processo legislativo estadual”.

No artigo 29, incisos XII e XIII, sobre os Municípios, ela dispõe que,

[o] município reger-se-á por lei orgânica, [...] atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado os seguintes preceitos: [...] cooperação das associações representativas no planejamento municipal [e] iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou do bairro, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado [...].

No artigo 61, acerca das Leis, assegura

[a] iniciativas das leis complementares e ordinárias a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados do Senado Federal e do Congresso Nacional, ao presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador Geral da República e aos Cidadãos [...].

No parágrafo 2º do mesmo artigo ainda estabelece que,

[a] iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de Lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

No que se refere à gestão pública, o artigo 194, parágrafo único, inciso VII, a respeito da seguridade social, assegura o “caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos Trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados”.

No artigo 204, inciso II, sobre a assistência social, prescreve a “participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

Finalmente, no artigo 227, parágrafo 1º, acerca da família, da criança, do adolescente e do idoso, dispõe que “[o] Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais [...]”. (GUIMARÃES, 2009).

Assim, o próprio processo constituinte se tornou a origem de um conjunto de instituições participativas que foram normatizadas nos anos 1990, tais como os Conselhos de política, os Conselhos tutelares, os Orçamentos participativos e outras formas de participação em nível local. Entende-se que a partir da criação de tais instituições, houve uma importante transformação da realidade brasileira, tendo em vista que possibilitou a sociedade civil a participação na formulação das decisões acerca das diversas políticas públicas.

A efetivação da cidadania depende, segundo Bobbio (1992), de um certo desenvolvimento da sociedade e, como tal, desafia até mesmo a Constituição mais evoluída e põe em crise até mesmo o mais perfeito mecanismo de garantia jurídica. Precisamente por isso, o verdadeiro dilema dos direitos humanos na contemporaneidade não é o da sua justificativa, mas o da violação: “o problema real que temos de enfrentar é o das medidas imagináveis para a efetiva proteção desses direitos”. (BOBBIO, 1992, p.45).

Na contemporaneidade, observa-se que paralelamente a reiteração jurídico-formal dos direitos, multiplicam-se as situações de desrespeito, preconceito, exclusão e indiferença. Entende-se que o próprio sistema que propiciou a expansão dos direitos rouba-lhes a viabilidade, na mesma medida em que os desdobramentos da globalização capitalista pressionam em favor da desresponsabilização estatal e do abandono das políticas de proteção e promoção social.

Assim, a luta por direitos está longe de se esgotar, e entende-se que a participação social ativa da sociedade civil é importante para consolidar e ampliar os direitos historicamente conquistados. É no exercício da cidadania e participação social que se busca o acesso a tais direitos, a redução das desigualdades sociais e a satisfação de necessidades básicas, representadas sob três eixos: material (como por exemplo, o acesso a bens e serviços); cultural (valores, crenças, maneira de pensar, agir e interpretar o mundo, legitimidade da identidade cultural); e social (relações de poder sejam de igualdade, superação da opressão ou exploração).

Entende-se que a discussão abordada nesse capítulo sobre o Estado, políticas públicas, cidadania e participação social subsidiará a discussão do próximo capítulo, uma vez que no capítulo II será abordada a questão socioambiental como resultado da relação homem-natureza que vem sendo construída a partir de uma racionalidade capitalista com base no mercado, bem como a atuação do movimento ambientalista para introduzir o debate na agenda política e a posição que o Estado brasileiro tem tomado frente a essa importante problemática.

CAPÍTULO II

DA EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL A CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS

Introdução

Neste capítulo será abordada a questão socioambiental, a atuação do movimento ambientalista e a discussão sobre unidade de conservação afinando a discussão para o cenário brasileiro. Para tal, parte-se do pressuposto de que a questão socioambiental, como uma dimensão da Questão Social, envolve uma complexidade de múltiplas causas, que para compreender os fenômenos inerentes a referida questão se faz necessário estabelecer uma articulação entre os diferentes campos do saber. Ao longo do estudo, busca-se enfatizar o quanto é epistemologicamente equivocado deslocar o ambiente de processos sociais, e mais do que isso, o quanto é incompreensível o capitalismo tardio sem considerar a dimensão socioambiental na análise de suas crises estruturais.

A decisão de problematizar essa temática no presente capítulo deita raízes em um conjunto mais geral de inquietações, quais sejam: a ação (ou omissão) dos movimentos sociais neste campo e a forma de intervenção do Estado para fazer face a essa realidade. Para tanto, busca-se embasamento, no que concerne a questão

socioambiental, nos estudos clássicos de autores como Marx (2003) e Weber (1991) e de autores contemporâneos, tais como Chaves (2006), Tavolaro (2001), Leff (2006; 2001; 2000), Castro (1999), Sachs (1996), Dalton (1994), McCormick (1992) e Godelier (1981). Quanto a Política Ambiental brasileira lançou-se mão de autores como Machado (2008), Jacobi (2003), Diegues (2001), Monosowski (1989) e Viola e Leis (1989).

2.1. A Questão socioambiental na contemporaneidade.

As mudanças ambientais globais revolucionaram os métodos de pesquisa e as teorias científicas para poder apreender uma realidade em via de complexização que ultrapassa a capacidade de compreensão e explicação dos paradigmas teóricos estabelecidos. A problemática ambiental propõe a necessidade de internalizar um saber ambiental emergente em todo um conjunto de disciplinas, tanto das ciências naturais como sociais, para construir um conhecimento capaz de captar a multicasualidade e as relações de interdependência dos processos de ordem natural e social que determinam as mudanças socioambientais, bem como para construir um saber e uma racionalidade social orientados para objetivos de um desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro. (LEFF, 2001. p.109).

A questão socioambiental na contemporaneidade insere-se no cerne da crise da racionalidade moderna. A relação entre sociedade e recursos naturais tem sido construída a partir de uma racionalidade capitalista com base no mercado, em que os recursos naturais são degradados e transformados em lucro, não havendo preocupação com a questão de sua finitude. Esta razão utilitarista decorre da visão de mundo que concebe a noção de desenvolvimento com base nas relações de dominação do homem pelo homem, e do homem sobre natureza.

No que concerne ao modo de produção capitalista, Silva (2010) assinala que o mesmo, em sua sede insaciável pelo lucro, revela sua essência crescentemente

destrutiva e perdulária, manifestando uma contradição essencial no processo de sua reprodução, quais sejam: a crescente obsolescência programada e o desperdício no trato dos recursos naturais e sociais, os quais são condições essenciais para a expansão da produção e do consumo. Nesse sentido, o referido modo de produção confronta-se, progressivamente, com o caráter limitado das potencialidades ambientais, com a finitude de recursos naturais, o que vem comprometendo, sistematicamente, a própria existência humana no planeta.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto que toda sociedade desenvolve-se numa estreita relação com a natureza. Sobre a relação homem-natureza, Marx (2003), entende a mesma como eminentemente social, estando presente nas diversas configurações societárias, das primitivas as ditas modernas, diferindo somente os modos pelos quais essas distintas sociedades se organizam e se desenvolvem. Marx (2003) argumenta que a relação homem-natureza configura-se como o ponto central da atividade humana, mas, o capital na defesa de seus interesses tratou de (re)organizar de modo tal o processo de trabalho e as bases da relação deste com a natureza (por meio da introdução de novas formas de divisão do trabalho, valores e hábitos) que acabou invertendo o eixo desta relação, reduzindo a natureza e o homem a meras mercadorias a serem submetidos ao jugo do capital, ou seja, a serviço deste. Nesse sentido, Marx (idem) declarou que era necessário procurar um equilíbrio entre natureza e sociedade, uma vez que a primeira não pode ser concebida como algo externo à segunda.

Na mesma linha de pensamento, o antropólogo Godelier (1981) afirma que a relação sociedade e natureza só pode ser compreendida a partir da racionalidade presente em cada sociedade, pois, somente os estudos objetivos organizativos (cultural, econômico e sócio-político), e as representações que os indivíduos constroem sobre seu

meio, permitem entender por que essas sociedades relacionam-se de forma diferenciada com a natureza e com seus recursos.

A racionalidade capitalista seguiu uma trajetória que começou na Europa, sob influência dos filósofos greco-romanos. O antropocentrismo e o domínio humano sobre a natureza são as características mais marcantes da mesma. Tal racionalidade foi consolidada no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX. Cassirer (*apud* TAVOLARO, 2001) assevera que o século XVII estabeleceu firmemente a ideia primordial da razão como um ser supremo, de uma certeza suprema intuitivamente apreendida. Daí, durante o referido século, os procedimentos cognitivos teriam se baseado no método da dedução rigorosa, decorrente de uma certeza primordial.

Conforme o autor, o século XVIII recusou essa forma de dedução, o qual buscou uma outra concepção da verdade: em vez de se deduzir, preferiu-se analisar, preferiu-se buscar explicações na dinâmica interna aos fenômenos. Dentre os principais autores clássicos deste período, denominado na história como iluminista, destacam-se: Bacon (1561-1626), Descartes (1596-1650), Voltaire (1694-1778), Darwin (1809-1882), Spencer (1820-1903), Kant (1724-1804) e Stuart Mill (1806-1873). Estes autores introduziram a questão da adequação e do avanço da ciência, mostrando que as sociedades humanas tendem inevitavelmente ao progresso. Sendo assim, toda e qualquer atitude em relação aos recursos naturais é justificada pelo progresso, na busca da melhoria do ambiente, naturalmente “hostil” e “acabado”. A partir dessa abordagem de pensamento, os indivíduos seriam os dominadores do uso dos recursos naturais. Nesse sentido, a percepção formulada por tais autores contribuiu para o fortalecimento de uma visão dicotômica da relação homem-natureza.

Em relação ao período iluminista, Horkheimer e Adorno (1983) fazem uma crítica aos teóricos desse período, argumentando que estes defendiam o

desenvolvimento do conhecimento científico como forma de derrotar as concepções de mundo supersticiosas que balizavam as relações dos homens entre si e com a natureza. Em conformidade com a abordagem iluminista, o saber passa a significar poder, uma vez possui a capacidade de converter-se imediatamente em empreendimentos que domam, que domesticam os infortúnios provenientes da natureza. Nesse sentido, pode-se situar nesse século, o qual estava imerso em uma espécie de “aurora da razão”, algumas características que tornam compreensíveis o diagnóstico que Weber (1991), quase dois séculos depois, faria a respeito da modernidade, como sendo o momento em que o homem aprisionou-se com os elementos a partir dos quais ele acreditava poder emancipar-se.

A esse respeito, Leff (2001) argumenta que a partir do pensamento moderno a humanidade passou a viver um processo de total subordinação aos ditames da produção, os quais sempre foram justificados e amparados pela ciência tendo em vista que:

O processo civilizatório na modernidade fundou-se em princípios de racionalidade econômica e instrumental que moldaram as diversas esferas do corpo social: os padrões tecnológicos, as práticas de produção, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado. A problemática ecológica questiona os custos socioambientais derivados de uma racionalidade produtiva fundada no cálculo econômico, na eficácia dos sistemas e de seus meios tecnológicos. (LEFF, 2001, p. 133).

Na apreciação feita pelo autor, fica evidente que o mesmo compreende que a sociedade contemporânea vivencia uma crise dos valores que desencadeiam a questão socioambiental. Assim, deverá se fundar uma nova ética para a civilização que negue a neutralidade científica e sua instrumentalidade como mecanismo de domínio do homem sobre a natureza.

Em relação à crise contemporânea, Alan Bihir (1999 *apud* SILVA, 2010) a denomina de “crise ecológica”³ e elenca as principais questões que se encontram em jogo neste contexto: a escassez dos recursos naturais em decorrência da pilhagem e dilapidação realizada pelo modo de exploração capitalista; a poluição dos elementos naturais (ar, água, solo) pelos dejetos industriais, com repercussão cada vez mais catastróficas; o empobrecimentos da flora e da fauna e, o que considera mais grave, a ruptura de certos equilíbrios ecológicos globais, a exemplo da destruição da camada de ozônio. Este autor atribui os fundamentos da “crise ecológica” ao que denomina “venalidade generalizada da natureza”, só podendo esta ser plenamente superada com a superação da ordem do capital.

Assim, na perspectiva do autor a questão socioambiental:

Leva a recolocar em questão o fundamento das sociedades contemporâneas em sua totalidade: suas maneiras de gerir este patrimônio comum da humanidade que é a natureza, seus modos de produção e de consumo, os produtos que resultam de sua atividade econômica, seus próprios meios de produção, seus sistemas de necessidades, seu modo de vida, suas ciências, suas técnicas). (BIHR, 1999 *apud* SILVA, 2010, p. 79).

Para o aludido autor não se trata de uma “crise ecológica” em si mesma, visto que não é o ambiente natural que se encontra em crise, mas o sistema do capital o qual faz recair sobre os trabalhadores e sobre a própria natureza as mazelas de sua dinâmica crescentemente predatória. Nesse sentido, a crise ambiental veio questionar os fundamentos ideológicos e teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza e a cultura.

³ Dada a ambiguidade do termo “crise ambiental” e os múltiplos sentidos que porta, sendo no campo do pensamento crítico ora tratada como possibilidade de esgotamento das condições de reprodução do capital ora como ameaça à humanidade e, sobretudo, às classes pauperizadas, optou-se pelo termo “questão socioambiental” aqui utilizado para referir-nos ao conjunto das manifestações da destrutividade da natureza, cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade, e seus desdobramentos sociopolíticos, para os quais a ação do movimento ambientalista teve um papel de grande relevância.

Por outro lado, na sequência do debate, Morin (1997) analisa a situação de crise para explicar a base do pensamento ecológico, e esclarece que é nos momentos de crise que se produzem grandes avanços da sociedade, entre eles a preocupação com a questão ambiental. Nesse sentido, o autor parte do pressuposto de que é neste momento em que os paradigmas da modernidade parecem ter se esgotado, que emergem os movimentos ambientalistas com uma proposta alternativa de construção de um novo contrato social em torno da relação homem-natureza.

- **Movimentos ambientalistas no cenário internacional**

No estudo entende-se com base nas proposições dos autores que a partir do acirramento das questões socioambientais, emergem, na cena política, amplos setores da sociedade, os quais suscitam questionamentos e críticas, exigindo que sejam repensadas as bases da relação homem-natureza, configurada nos paradigmas desse modelo societário. Esses setores são chamados pelos autores de movimentos ambientalistas.

Ao considerar a configuração desses movimentos, Castells (1999) afirma que há uma grande diversidade de ações coletivas, políticas e discursos que tornam praticamente impossível considerar o ambientalismo um único movimento. Assim, o autor caracteriza o movimento ambientalista como uma modalidade nova de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e a grau alto de penetração. Na mesma linha de pensamento, Layrargues (*apud* ZAKRZEWSKI, 2002, p. 128), explicita que o ambientalismo é um fenômeno social que se conjuga no plural, porque ele engloba múltiplas visões sobre a crise ambiental; múltiplas interpretações sobre as causas das questões ambientais; múltiplas percepções do relacionamento do humano com a natureza; múltiplos interesses pela preservação da natureza; múltiplas representações dos conceitos analíticos que preenchem cognitivamente tais fontes de

interpretação, a exemplo de natureza, meio ambiente, problema ambiental, conflito socioambiental, entre outros.

No que diz respeito à origem dos movimentos ambientalistas, McCormick (1992), um importante estudioso da temática, afirma que foi na Grã-Bretanha Vitoriana, e considera como uma primeira influência na formação do pensamento ambiental britânico, tendo duas visões: uma surgiu com o aparecimento do livro “*The Natural History of Selbourne*”, da autoria de Gilbert White em 1788. Neste livro, o autor condensou a visão arcadiana de natureza, a qual advogava simplicidade e humildade de modo a restaurar a convivência pacífica do homem com a mesma. A outra visão, aparece nesse mesmo século, com o botânico sueco Carl von Linné (Linnaeus), cujo trabalho em taxonomia botânica foi a “infância da ecologia”, pois este promoveu uma visão taxonômica e racionalista, menos compromissada com qualquer ética ecológica.

A segunda maior influência para a formação do pensamento ambientalista britânico, conforme McCormick, foi a cruzada contra a crueldade com os animais, sendo fundada em 1867 a *A East Riding Association for the Protection of the Sea Birds*, com o objetivo de lutar contra a temporada anual de caça ao Flamborough Head, o qual foi identificado como o primeiro organismo de preservação da vida selvagem com reconhecimento institucional. Ainda de acordo com o autor, a forte reação contra as condições de vidas miseráveis das cidades industriais combinou-se ao desejo de uma compensação em espaços abertos e naturais para impulsionar o ambientalismo britânico. O autor explicita que a *Common Open Spaces, and Footpaths Preservation Society*, fundada em 1865, foi o primeiro grupo ambientalista privado do mundo, tendo promovido campanhas de sucesso pela preservação de espaços para amenidades em áreas verdes urbanas.

McCormick (1992) acrescenta que a crença otimista numa prosperidade sem limites foi substituída pelo pessimismo quanto às perspectivas para o desenvolvimento social e econômico, a autoconfiança foi minada pela depressão econômica nos anos de 1880 e pela crise intelectual da era pós-Darwin. A depressão sublinhava a crença crescente de que a indústria não era necessariamente a Grande Provedora; a fonte do poder econômico e político, era agora retratada como destruidora da moral e da ordem social, da saúde humana, dos valores tradicionais, do meio ambiente físico e da beleza natural. Isto é, de fonte do desenvolvimento, a indústria tornou-se fonte da degradação.

Em contraposição a McCormick, Russel Dalton (1994, p.25), em seus estudos a respeito do ambientalismo na Europa, defende a idéia de que as origens do movimento datam do final do século XIX. O autor entende que o período de 1880 a 1910 se define como a primeira significativa “onda de ação ambiental” no Ocidente europeu, no qual cidadãos em diversas nações formaram novos grupos voluntários para proteger a vida selvagem, preservar áreas naturais com significado nacional, e para conservar a natureza. Diegues (2002) acrescenta que, os europeus, sob perspectiva mais preservacionista⁴, apresentavam, nesta primeira fase, em eventos internacionais, a necessidade da criação de um órgão internacional de proteção da natureza, sendo criado no bojo desta discussão, em 1913, uma Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza.

Após essa primeira “onda”, conforme argumenta Dalton (1994), seguiu-se um longo período de relativa dormência no tocante à preocupação com questão ambiental, que por sua vez, foi seguido de uma segunda “onda ambientalista” que “varreu”, para usar uma expressão de Dalton, a Europa em torno dos anos 70. Segundo o autor “novos grupos ambientalistas emergiram para lidar com problemas contemporâneos e para

⁴ O Preservacionismo, corrente teórica oposta ao conservacionismo, fundamenta-se na “[...] reverência a natureza no sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano.” (DIEGUES, 1998, p. 30).

imprimir suas preocupações na agenda pública” (DALTON, 1994, p. 26). Em relação a essa segunda “onda de ação ambiental” na Europa, Dalton explicita que, no final dos anos 60,

[...] uma grande quantidade de novas organizações ambientalistas emergiu dentro de poucos anos frequentemente atraindo amplo suporte de novos setores da sociedade. Apesar da crescente consciência pública ambiental com frequência ter permanecido centrada em problemas insolúveis de conservação, novos problemas ambientais experienciados pelas avançadas democracias industriais começaram a emergir: energia nuclear, escassez de recursos, lixo tóxico, chuva ácida, e a proteção da qualidade de vida. (DALTON, 1994, p. 35).

Também se considera relevante para a história do movimento ambientalista, seu surgimento nos EUA, através da criação de um dispositivo legal, em 1872, o qual designava uma área de 800 mil hectares no Estado de Wyoming como Parque Nacional de Yellowstone, que ficou conhecido como o 1º parque nacional criado do mundo. McCormick (1992) afirma que na virada do século XVIII ao XIX o movimento ambientalista nos EUA dividiu-se em dois campos: de um lado estavam os *preservacionistas*, tendo John Muir como seu portavoz; estes buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional. Do outro lado estavam os *conservacionistas*, com Gifford Pinchot na liderança, que buscavam explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável, se fundamentavam na tradição de uma ciência florestal racional de inspiração alemã. A política ambiental adotada nos Estados Unidos influenciou, significativamente, outros países que passaram adotar a criação de áreas protegidas como uma das principais estratégias para a conservação ambiental.

No século XX, as discussões em torno da questão ambiental foram se ampliando e ocupando espaço nas agendas políticas dos Estados-nação e das organizações

internacionais. A Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), fundada depois da Segunda Guerra Mundial, em 1947, incluiu em seus programas a proteção da natureza, resultando no apoio à criação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), sendo esta instituída em 1948 por cientistas vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1956, a UIPN passou a ser União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), com o objetivo de: “[...] promover ações de cunho científico, de modo a garantir a preservação destes recursos, dos quais todos os seres vivos dependem, não apenas por seus valores culturais e científicos intrínsecos, mas também para o bem-estar econômico e social da humanidade”. (BRESSAN, 1996, p. 26).

Autores como Morin (1997) e Capra (1997) afirmam que o movimento chamado de contracultura ou movimento hippie, que teve início na década de 60, foi um grande aliado quanto à conscientização dos problemas ambientais no século XX. E, conseqüentemente, contribuiu para que a questão fosse visibilizada como campo de investigações científicas de natureza multidisciplinar, balizando políticas públicas que tendem a ampliar o foco de suas atuações.

A partir da década de 70, as temáticas relacionadas ao ambiente assumem lugar específico como problema, diferenciando-se das iniciativas anteriores, tanto em termos de visibilidade como também pela incorporação de outras dimensões, como a luta contra o agrotóxico, por exemplo, demonstrando mudanças importantes nas bandeiras e ações anteriores, bem como a complexificação deste campo. É também nas décadas de 70 e 80 que esta questão socioambiental passou a ocupar um lugar de crescente importância também para os países periféricos.

Em relação a esta tendência, Sachs (1996, p. 09) afirma que a “tomada de consciência dos problemas ambientais aparece simultaneamente como uma das causas e

como um sintoma deste estado de espírito”. Godard (2002), na mesma linha de abordagem de Sachs, afirma que foi a partir da década de 70 que se começou a estabelecer a consciência de que as raízes dos problemas ambientais estariam na forma de desenvolvimento tecnológico e econômico, sendo impossível o tratamento das questões ambientais, sem uma reflexão e, conseqüentemente, ação sobre o modelo de desenvolvimento proposto.

Os diversos estudos (LEFF, 2006; CHAVES, 2006; BRÜSEKE, 2003; GODARD, 1997) indicam que foi também na década de 70 que se iniciou a realização de várias reuniões que problematizaram as questões ambientais e possibilitaram a consolidação das lutas relacionadas à temática. (Cf. Figura 02).

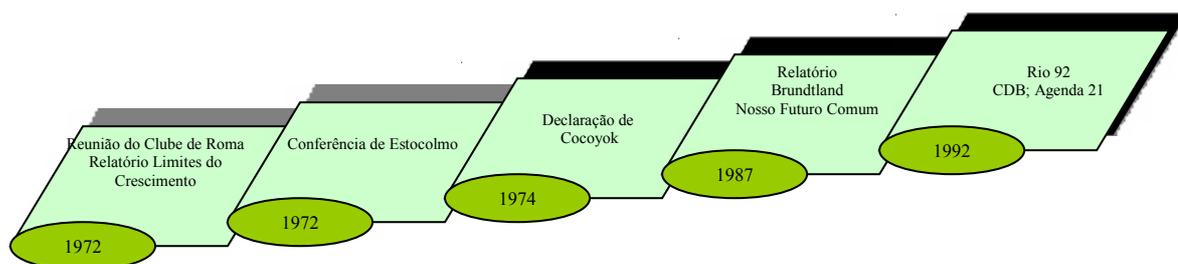


Figura 02: Esquema dos principais eventos/documentos internacionais que balizam a discussão socioambiental.
FONTE: Pesquisadora, 2010.

O primeiro documento importante na década de 70 foi o Relatório Meadows ou *Limits to Growth* (1972), que fora preparado na reunião do Clube de Roma⁵. Tal relatório apontava a impossibilidade de um crescimento ilimitado num sistema que depende da existência de recursos naturais finitos. De cariz conservador e de clara inspiração neomalthusiana⁶, este documento representa uma tentativa de enfrentar os

⁵ Este documento configurou-se como um relatório encomendado pelo Clube de Roma ao *Massachusetts Institute of Technology*, em que cientistas e intelectuais, liderados por Dennis Meadows, alertavam para a catástrofe ecológicas em escala mundial, caso se mantivessem as tendências de crescimento populacional e o industrialismo predatório. Essa foi a tônica da Conferencia das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano em Estocolmo e, a partir de então, a ONU passou a promover inúmeras reuniões cujas temáticas estão centradas nas alternativas do desenvolvimento.

⁶ A Teoria Populacional Malthusiana foi desenvolvida por Thomas Malthus (1766-1834), economista, estatístico, demógrafo e estudioso das Ciências Sociais. Essa teoria alegava que a população crescia numa medida muito maior que os meios de subsistência, indicava nos processos preventivos (controle dos nascimentos) e nos repressivos

problemas socioeconômicos, restringido-os à questão da natalidade, e com isso busca-se esmaecer os efeitos da concentração de renda com base em uma argumentação demográfica. Embora compareçam nesta análise outras variáveis (produção de alimentos, recursos naturais não renováveis, a poluição e produção industrial), verifica-se que o conteúdo do relatório ancora-se no darwinismo social⁷ ao concluir que o crescimento populacional é o responsável pela ocorrência da miséria e pela depredação ambiental do planeta, progressivamente, direcionados para o setor de serviços, a fim de conter a utilização dos recursos naturais na produção industrial e também a poluição.

Apesar do relatório se tratar de um documento de caráter conservador, este cumpriu importante papel no sentido de trazer à tona as graves consequências da utilização indiscriminada e irracional dos recursos naturais, passando a influenciar diversas áreas da produção do conhecimento, inclusive as ciências econômicas.

Em 1972, ocorreu também a Conferência de Estocolmo, graças a pressões exercidas pelo governo da Suécia sobre a ONU, por conta do crescimento da degradação ambiental, o qual teve como lema *Uma só terra*. A partir da reunião de Estocolmo, desvelou-se ao resto do mundo que os problemas de desenvolvimento e meio ambiente eram tanto locais quanto globais. A emergência e a projeção dessas grandes organizações corroboraram a identificação dos vínculos globais e locais nas dimensões biofísicas, culturais e políticas das sociedades, além daquelas econômicas e sociais que ficaram evidentes a partir da reunião de Estocolmo. A conferência foi uma

(guerra, epidemias etc.) os fatores destinados a restabelecer o equilíbrio e contestava, ao mesmo tempo, a eficácia de qualquer reforma social, afirmando que elevar o nível de vida das massas populares equivalia a favorecer o crescimento demográfico com a consequência, em breve tempo, de agravar a situação geral. Dessa concepção reacionária se originou o neomalthusianismo, que teorizou especificamente sobre a limitação voluntária da prole, como objetivo a atingir por todos os meios.

⁷ O darwinismo social, decorrente das teorias evolucionistas de Darwin e de Spencer, considera que o conflito e a seleção natural dos mais aptos são condições da progressão social. Trata-se de aplicar ao mundo social os princípios de luta pela vida e pela sobrevivência dos melhores das sociedades animais, defendidos pela corrente evolucionista. A competição relativa à luta das espécies prolonga-se, assim, na vida social, explicando a mudança e a evolução das próprias sociedades. O termo foi popularizado em 1944 pelo historiador americano Richard Hofstadter. O darwinismo social tornou-se um argumento a favor do individualismo econômico e político, contra o intervencionismo do Estado. Segundo Spencer, o Estado só deve, através do Direito, estabelecer as regras do mercado.

das mais importantes manifestações e representou a apropriação pública dos conceitos ambientalistas. A referida conferência reuniu 113 países, 250 ONGs e a própria ONU. (BRÜSEKE, 2003).

A Conferência de Estocolmo, teve grande repercussão tornando-se um marco histórico, qual proporcionou aos ambientalistas e ao ambientalismo uma maior visibilidade internacional, o que gerou um maior impacto e desencadeou algumas aprovações pelo governo de políticas nacionais em defesa do meio ambiente.

Na década de 70 também destaca-se a Declaração de Cocoyok (1974), a qual foi resultado de uma reunião da UNCTAD (Conferências das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas). Brüseke (2003) afirma que a referida declaração contribuiu para a discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, destacando as seguintes hipóteses: a) a explosão populacional tem como uma das suas causas a falta de recursos de qualquer tipo; pobreza gera o desequilíbrio demográfico; b) a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina é também o resultado da pobreza que leva a população carente à superutilização do solo e dos recursos vegetais; c) os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo. A partir desta declaração, além das hipóteses supracitadas, também se propagou pensamentos de que não existe somente um mínimo de recursos necessários para o bem-estar do indivíduo, existe também um máximo, bem como, os países industrializados têm que baixar seu consumo e sua participação desproporcional na poluição da biosfera.

Outro evento importante de repercussão internacional ocorreu no Rio de Janeiro (Brasil) em junho de 1992. A reunião também chamada de Rio 92 reuniu mais de 35 mil pessoas, entre elas 106 chefes de governos, para participar da Conferência da ONU

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED). Desta conferencia resultou a elaboração e aprovação de um programa global (conhecido com Agenda 21) para dar legitimidade às políticas do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, configurou-se uma estratégia discursiva para amenizar as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento. Os acordos do Rio foram renovados dez anos depois na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável celebrada em Johannesburgo, em 2002, que estabeleceu um Plano de Implementação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, foi a partir da Rio 92 que se iniciou um intenso processo de legitimação e de intucionalização normativa da expressão “desenvolvimento sustentável”, citada no Relatório de Brundtland⁸, o qual “corresponde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder as suas próprias necessidades”. (GODARD, 1997, p. 113).

- **Desenvolvimento Sustentável: a trajetória do conceito**

A expressão “desenvolvimento sustentável” ganhou uma ampla repercussão na contemporaneidade, seja entre os organismos internacionais seja entre os agentes locais, configurando uma efetiva ideologia. As imprecisões do termo e as indefinições quanto aos seus reais componentes (econômicos, sociais e ambientais), tem mobilizado esforços no sentido de elucidar a natureza da proposição, ao mesmo tempo que tem revelado os objetivos políticos e ideológicos que subjazem as múltiplas formulações.

⁸ O Relatório Brundtland é o resultado do trabalho da Comissão Mundial (da ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED), o qual foi lançado em 1987 com o título *Nosso Futuro Comum* e teve como presidente da comissão Gro. Harlem Brundtland, daí o nome do relatório final. O relatório parte de uma visão complexa das causas dos problemas sócio-econômicos e ecológicos da sociedade global. Ele sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual. O relatório apresenta uma lista de medidas a serem tomadas no nível do Estado nacional. Entre elas: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia da alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas.

Conforme Leff (2006), a ambivalência do discurso do referido termo se expressa já na polissemia do termo *sustainability*, que integra dois significados: o primeiro traduzível como *sustentabilidade*, implica a incorporação das condições ecológicas – renovabilidade da natureza, diluição de contaminadores, dispersão de dejetos – do processo econômico; o segundo, que se traduz como *desenvolvimento sustentável*, implica a perduralidade no tempo do progresso econômico. Leff (idem) explicita ainda que o discurso do desenvolvimento sustentável afirma o propósito de alcançar um crescimento econômico duradouro, sem explicitar a possível internalização das condições de sustentabilidade ecológica através de mecanismos de mercado.

Godard (1997) afirma que a expressão ‘desenvolvimento sustentável’ nos remete a uma corrente de reflexões que já perdura há mais de vinte anos, não se tratando, portanto de algo “novo”, mas que tem assumido um caráter ambíguo e usual na contemporaneidade.

Em consonância com Leff (2006), Godard (2002) afirma que a noção de desenvolvimento sustentável ainda é incerta, uma vez que esta se encontra no cruzamento de várias tradições intelectuais, a qual, na atualidade, serve para expressar um desejo de “conciliação entre desenvolvimento econômico e a proteção ao meio ambiente do planeta a longo prazo”, ao mesmo tempo em que favorece aproximações intelectuais, recomposições teóricas e reorganizações institucionais. Estas noções, entretanto, mais abrem campos novos de debate que propriamente organizam as noções já existentes. Pode-se ressaltar ainda, partilhando a perspectiva do autor, que os “conceitos e doutrinas, regras e procedimentos práticos vão ser elaborados de acordo com a conveniência das decisões econômicas, das regras jurídicas e das inovações institucionais” inseridos em determinados contextos históricos.

Dentre as correntes de pensamento que emergiram neste debate, Godard (1997) elenca três principais, quais sejam:

1. As “estratégias de codesenvolvimento” (SACHS, 1986) – Início da década de 70. Esta abordagem focaliza prioritariamente as populações, a qual tem suas bases no atendimento às necessidades fundamentais (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias, saúde e decisões nas participações) das populações menos favorecidas, prioritariamente nos países em desenvolvimento; na adaptação das tecnologias e dos modos de vida às potencialidades e dificuldades específicas de cada *ecozona*; no reaproveitamento dos resíduos e na organização da exploração dos recursos renováveis pela concepção de sistemas cíclicos de produção, compatibilizando os ciclos ecológicos.
2. A “bioeconomia” ou “economia ecológica” (*ecological economics*) - nova representação/abordagem teórica da atividade econômica tendo como ponto de partida a confrontação com os novos conceitos e modelos desenvolvidos pelas ciências da natureza, como: termodinâmica, evolução e organização do ser vivo, ecologia, entre outros. Esta corrente questiona a autogestão do sistema econômico, impossibilidades da extrapolação das soluções locais para globais, impossibilidades de reciclagem completa das matérias-primas (devido aos fenômenos da entropia), não possibilidade de troca entre capital natural e capital produtivo reprodutivo.
3. Por fim, constata-se o prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico, a partir da qual são feitas análises sobre os regimes de exploração de recursos naturais não renováveis (DASGUPTA & HEAL, 1979; SOLOW, 1974) ou renováveis (CLARK, 1973) com objetivo de

identificar: a) as condições possíveis de uma exploração economicamente ideal; b) verificar as implicações sobre a evolução destes recursos; e c) deduzir as possíveis consequências analíticas para o estudo do crescimento e da distribuição do bem estar.

Conforme Leff (2006), a expressão “desenvolvimento sustentável” tem sua origem no debate internacional na década de 60, na qual se evidenciou a crise ambiental, mostrando a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico. A crise ambiental provocou a necessidade de internalizar no processo econômico o imperativo da sustentabilidade ecológica, através de formas de aproveitamento que evitem o esgotamento dos recursos não-renováveis e possibilitem a produção sustentável dos recursos bióticos.

De acordo com alguns estudiosos (LEFF, 2006; CHAVES, 2006; GODARD, 1997), foi Ignacy Sachs quem começou a pensar no início da década de 70 uma concepção alternativa de política de desenvolvimento e formulou o conceito de ecodesenvolvimento, postulando a necessidade de se criar novas formas de produção e estilos de vida baseados nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como a diversidade étnica e na capacidade das populações locais para a gestão participativa dos recursos.

Sachs (1986) estabeleceu seis princípios que deveriam integrar a proposta do ecodesenvolvimento, quais sejam: a) a satisfação das necessidades básicas (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação dos alimentos, água, condições sanitárias, saúde); b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação. Para Sachs (2002), a partir desta

perspectiva de interpretação, o conceito de sustentabilidade apresenta cinco dimensões principais: a) sustentabilidade social, b) sustentabilidade econômica, c) Sustentabilidade ecológica, d) sustentabilidade geográfica, e, e) sustentabilidade cultural.

Assim, o ecodesenvolvimento emerge com um forte componente crítico ao modelo de desenvolvimento vigente, no entanto, em consonância com Leff (2006), esta abordagem ficou relegada em esferas marginais diante da dificuldade de se flexibilizar as instituições e os instrumentos da planificação para romper a lógica economicista e internalizar uma “dimensão ambiental” ao processo de desenvolvimento.

Nos anos 80, as estratégias de ecodesenvolvimento foram deslocadas pelo discurso do “desenvolvimento sustentável”. Segundo Veiga (2008), a expressão “desenvolvimento sustentável” foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, realizado em Estocolmo, e no qual W. Burger apresentou um texto intitulado *A Busca de Padrões Sustentáveis de Desenvolvimento*. Todavia, conforme o autor, tal ideia só começou a adquirir proeminência quando a *World Conservation Strategy* (WCS) afirmou pretender “alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da conservação dos recursos vivos”. E que só começou, realmente, a se afirmar em 1987, quando, perante a Assembleia Geral da ONU, Gro Harlem Brundtland, caracterizou o desenvolvimento sustentável como um “conceito político”, um “conceito amplo para o progresso econômico e social”. Veiga (idem) enfatiza ainda que o Relatório Brundtland foi intencionalmente um documento político, que visava estabelecer uma aliança com os países da periferia, num processo que seria decisivo para a realização da Rio-92.

Ao partir do pressuposto que a crise ambiental é produto da negação das bases naturais nas quais se sustenta o processo econômico, então a sustentabilidade ecológica

aparece como condição da sustentabilidade temporal do processo econômico. No entanto, o discurso do desenvolvimento sustentável chegou a afirmar o propósito de tornar sustentável o crescimento econômico através dos mecanismos do mercado, atribuindo valores econômicos e direitos de propriedade aos recursos e serviços ambientais, mas não oferece uma justificação rigorosa sobre a capacidade do sistema econômico para incorporar as condições ecológicas e sociais (sustentabilidade, equidade, justiça, democracia) deste processo através da capitalização da natureza. Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento sustentável procura estabelecer um terreno comum para uma política de consenso capaz de integrar os diferentes interesses de países, povos e classes sociais que plasmam o campo conflitivo da apropriação da natureza. (LEFF, 2006).

A esse respeito, Leff (2000) argumenta que o discurso do *desenvolvimento sustentável*, propugna, na verdade, um “crescimento sustentado”, sem uma rigorosa crítica sobre a capacidade de o sistema econômico internalizar as condições ecológicas e sociais, de equilíbrio, equidade, justiça e democracia.

Stahel (2003), na mesma linha de pensamento de Leff (2000), assevera que a noção *desenvolvimento sustentável* na contemporaneidade está articulada a ideia de um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade no quadro institucional de um capitalismo de mercado.

Conforme já foi visto, a promoção do crescimento econômico é reiterada, na própria agenda global do desenvolvimento sustentável, especialmente para países periféricos, o qual propugna “um crescimento sustentado e sustentável” (Agenda 21 global, cap. 2, p. 1), que possibilita a satisfação das necessidades da população. De acordo com o referido texto:

Tanto as políticas econômicas dos países individuais como as relações econômicas internacionais têm grande relevância para o desenvolvimento sustentável. A reativação e a aceleração do desenvolvimento exigem um ambiente econômico e internacional ao mesmo tempo dinâmico e propício, juntamente com políticas firmes no plano nacional [...]. O processo de desenvolvimento não adquirirá impulso caso a economia careça de dinamismo e estabilidade e esteja cercada de incertezas (cap. 2, p. 1).

Nesse sentido, entende-se que o desenvolvimento sustentável representa uma tentativa de oferecer respostas à questão socioambiental a partir de uma crítica às teorias desenvolvimentistas, sem no entanto, inscrevê-la no contexto da crítica ao modo capitalista de produção; em outras palavras, trata-se de uma tentativa de articular expansão capitalista e utilização racional dos recursos naturais, crescimento econômico, respeito ao meio ambiente e redução da pobreza.

Leff (2006) sinaliza ainda, que o discurso do desenvolvimento sustentável foi difundido e vulgarizado até tornar-se parte do discurso oficial e da linguagem comum. No entanto, além do mimetismo retórico gerado, não se logrou engendrar um sentido conceitual e praxeológico capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade. As contradições não apenas se fazem manifestas na falta de rigor do discurso, mas também em sua colocação em prática, quando surgem os dissensos em torno do discurso do desenvolvimento sustentável e os diferentes sentidos que este conceito adota em relação aos interesses contrapostos pela apropriação da natureza.

A disseminação do conceito e das práticas associadas ao desenvolvimento sustentável no Brasil ocorre na esteira da expansão do ideário neoliberal, no compasso dos processos sociais latino-americanos e mundiais dos anos 90, já mencionado em outros pontos deste trabalho. Portanto, o tema da sustentabilidade econômica impõe-se

com força, como sinônimo de ajustes econômicos, privatizações e de “reformas sociais”, todos realizados com o objetivo de se obter um “desenvolvimento sustentável”.

A Agenda 21 brasileira preconiza que o crescimento econômico é desejável porque:

Traz mais empregos, mais renda, mais bens e serviços à população. Quanto mais rápido o ritmo do crescimento, maiores as chances de incluir um número maior de família nos padrões civilizados de consumo privado e público. O crescimento econômico é, no entanto, uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento sustentável. (p. 23).

No texto da Agenda 21, há também a indicação que a expressão “desenvolvimento sustentável”, mantém intocada a dinâmica capitalista como totalidade, o que acaba por assegurar a prevalência da sustentabilidade econômica sobre as demais dimensões que o conceito evoca, comprometendo a sua efetividade. Isto revela uma concepção parcial e fragmentada da “questão socioambiental” e de suas pautas, com influência direta sobre os mecanismos destinados ao seu enfrentamento e sobre a atuação do movimento ambientalista, o qual será abordado no item a seguir (SILVA, 2010).

2.2. O movimento ambientalista no Brasil.

No que diz respeito ao movimento ambientalista no Brasil, Machado (2008), afirma este sofreu, em sua fase inicial, forte influência da vertente conservacionista, a qual remonta as primeiras décadas do século XX, momento este, que foram disseminadas pelos Estados Unidos algumas ideias de conservação da natureza, com a criação de parques nacionais. Esteve subjacente a elas uma visão de que se poderiam preservar *pedaços do mundo natural* em seus atributos intrínsecos, tais como: paisagem

natural, valores cênicos e vida selvagem, dos efeitos irreversíveis da civilização urbano-industrial sobre o mundo natural.

De acordo com Machado (2008), as primeiras discussões no Brasil sobre a questão sociambiental remonta a década de 50. No decorrer deste período, o país assume características importantes para a discussão ambiental, uma vez que nesta década foram adotadas diversas estratégias de desenvolvimento, as quais privilegiaram o crescimento econômico a curto prazo, mediante a modernização dos meios de produção. A industrialização, a implantação de grandes projetos de infra-estrutura e a exploração de recursos minerais e agropecuários para fins de exportação fazem parte dessa estratégia, que gerou impactos negativos e decisivos ao meio ambiente.

Nesse sentido, a década de 50 também demarca as primeiras iniciativas dos movimentos ambientalistas no Brasil. Nesta década, segundo Jacobi (2003), destaca-se a criação das seguintes instituições: 1) União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), fundada em 1955 pelo naturalista Henrique Roessler em São Leopoldo no Rio Grande do Sul; Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), criada em 1958 no Rio de Janeiro com objetivos e modo de atuação estritamente preservacionistas, que centrava suas atividades na preservação da fauna e da flora, com particular ênfase naquelas ameaçadas de extinção.

Leis (1999), afirma que a dominância da vertente preservacionista no Brasil foi até o início da década de 70, a qual combinava, conforme o autor, preocupações estéticas e científicas e grau de representatividade de determinados ecossistemas como critérios para a delimitação de áreas protegidas. A grande mudança de foco ocorreu quando emergiram os movimentos ambientalistas, aportando problemas que se situavam no âmbito da vida social, até então distantes dos objetivos preservacionistas iniciais. Tais grupos, desde sua origem, objetivavam reformular as práticas predatórias de

utilização dos recursos naturais, baseados em critérios científicos e projetos sistematizados para o conhecimento da realidade dos distintos ecossistemas. Os ambientalistas, nessa fase inicial, subordinaram sua *práxis* à conscientização da *defesa do meio ambiente equilibrado* e a denúncia dos agentes que interferiam nesse equilíbrio.

Na mesma linha de pensamento, Machado (2008) afirma que no Brasil o ambientalismo, na década de 70, esteve restrito às denúncias sobre a devastação dos ecossistemas, causas particulares relacionadas à extinção e metropolização, centrado na poluição industrial. Dessa forma, as lutas travadas no período implicavam em confrontos diretos com empresas e até mesmo com o Estado e, na sua maioria, conforme a autora, tiveram pouca eficácia.

Foram Viola e Leis (1989) que introduziram no Brasil a polêmica discussão sobre o ambientalismo como *movimento histórico*. Os autores estabeleceram três fases distintas relativas ao ambientalismo no Brasil, quais sejam: a) a fase ambientalista (de 1974 a 1981); o ecologismo em transição (de 1982 a 1985); c) a opção ecopolítica (a partir de 1986).

Para Viola e Leis (1992), o movimento ambientalista surge na década de 70 através das campanhas de denúncia de associações que atuavam no âmbito local de algumas cidades urbanas do país que então já sofriam com os efeitos deletérios da poluição industrial, resultado de uma combinação de processos exógenos e endógenos. Dentre as forças externas, que atuaram fortemente na organização interna, é possível destacar a Conferência de Estocolmo de 1972 e a volta de políticos exilados anistiados no ano de 1979. Para os referidos autores as forças internas são representadas pela superação do mito desenvolvimentista, pelo aumento da devastação da floresta amazônica, a formação de uma nova classe média, influenciada pelos novos debates sobre a qualidade de vida, e o malogro dos movimentos armados de esquerda. Viola e

Leis (idem) caracterizam esta primeira fase com um ativismo restrito a segmentos específicos da classe média, em especial. Neste período, fazem parte do movimento também as primeiras agências estatais ambientais, criadas no país em decorrência da pressão internacional contra a atuação da diplomacia brasileira na Conferência de Estocolmo.

O segundo período observado por Eduardo Viola corresponde à emergência de um número expressivo de grupos ambientalistas a partir da década de 80. em consonância com autor, a década de 80 define a passagem do movimento ambientalista brasileiro de bissetorial (grupos de base e agências estatais ambientais) para um movimento complexo e multissetorial, quando então a preocupação da sociedade civil e do governo com a crise ambiental assume uma disseminação entre, pelo menos, mais seis setores, demonstrando ao mesmo tempo graus de integração e institucionalização. (VIOLA & BOEIRA, 1990).

Viola & Leis (1995) argumentam que entre os diversos segmentos que formam movimento multissetorial, destacam-se: (1) grupos comunitários ambientalistas de profissionais, semiprofissionais e amadores; (2) as agências estatais ambientais no nível federal, estadual e municipal; (3) os grupos sócio-ambientalistas de ONGs, sindicatos e outros movimentos sociais preocupados, por exemplo, com questões ligadas a problemas de pessoas atingidas pela construção de grandes obras públicas (represas e reservatórios), problemas de saúde de trabalhadores rurais contaminados pela utilização de agrotóxicos, problemas ainda de associações de bairro que procuram priorizar o enfrentamento da falta de esgoto e habitação em zonas urbanas de periferia, enfim, poder-se-ia incluir aqui também outros movimentos sociais (feministas, pacifistas etc.), que redefinem suas bandeiras em prol da ecologia; (4) os grupos de cientistas e pesquisadores de instituições universitárias preocupados com a temática ambiental; (5)

o ambientalismo dos políticos e partidos; (6) o ambientalismo dos religiosos; (7) o ambientalismo dos empresários; e, por fim, (8) o ambientalismo dos educadores, jornalistas e artistas.

Os movimentos da década de 70 foram, dessa forma, precursores de determinadas demandas que se alinharam com o processo de democratização do país, influenciando as poucas representações políticas partidárias que existiam. Mas os valores e direitos coletivos relativos às questões ambientais só proliferaram na década de 80, quando a radicalidade das práticas iniciais passou a ser influenciada pelo quadro político que se delineava⁹.

A década de 80, conforme Machado (2008), é caracterizada pela ação política do movimento, sob vários aspectos. O primeiro e fundamental é a decisão dentro dos movimentos de participar diretamente do processo eleitoral, lançando candidatos *verdes* ou indicando outros, compromissados com as questões ambientais. Com a abertura política, a via partidária começou a aparecer como uma das estratégias que o movimento poderia adotar. Eleição para a Assembléia Legislativa, participação na Constituinte e formação do Partido Verde determinaram a dinâmica do movimento durante toda esta década, além da sua profissionalização. Os movimentos ambientalistas, nesta fase, também começaram a se articular com outros movimentos sociais, buscando alternativas políticas de inserção social e discutindo a pertinência da via partidária.

Em seu estudo, Jacobi (2003), argumenta que a partir década de 80, duas vertentes passam a ganhar corpo dentro no movimento ambiental brasileiro. Primeiro: a constatação dos limites do aparato jurídico-institucional disponível, face ao agravamento dos desafios ambientais. Segundo: cresce a percepção dentro do

⁹ Machado (2008) lembra que debate cultural e político do país foi intensamente revigorado com a volta dos anistiados do exílio. Estes traziam, segundo a autora, novos postulados da esquerda européia, cuja revisão dogmática já se impregnava de discurso e prática ambientalista.

movimento ambientalista de que o discurso ambiental não se encontrava efetivamente disseminado na sociedade brasileira.

Machado (2008), em concordância com Jacobi (2003), afirma que o movimento ambientalista no Brasil teve que enfrentar a ausência de espaços de reconhecimento, que foram conquistados paulatinamente do ponto de vista da sociedade e do Estado. A autora assevera que no campo jurídico-institucional, enquadradas na categoria de direitos difusos e coletivos, as questões ambientais ganharam gradualmente uma forma jurídica, especialmente depois da constituição de 1988. Embora naquele momento, de acordo com a indicação da autora, a ênfase na tradição histórica da vertente conservacionista no Brasil distanciasse o movimento ambientalista das reivindicações concretas dos movimentos sociais, ela introduziu valores de qualidade ambiental (qualidade da água e do ar, manutenção de remanescentes de florestas, entre outras), que, pouco a pouco, puderam ser incorporados na agenda política, não só como reivindicações demandadas pelas classes médias urbanas, que inicialmente estavam associadas, mas como direitos a toda sociedade.

Silva-Sánchez (2000), afirma que a década de 80 encerra-se com grandes conquistas na área ambiental. Porém, nem todas podem ser computadas ao movimento ambientalista, pois houve um grande avanço na área governamental no sentido de sedimentar regras, estratégias e instrumentos, mesmo que, muitas vezes, isso tenha ocorrido para responder às agências de financiamento de organismos internacionais. Se, num primeiro momento, o movimento ambientalista atuou no sentido de conscientização da sociedade civil, na década de 80 seu diálogo foi preferencialmente com o Estado, interferindo nos processos de institucionalização que ocorreram.

A década de 90, segundo Machado (2008), iniciou-se com um movimento organizado, diversificado em várias ONGs com temáticas distintas, muitas conectadas a

rede internacionais. Muitas outras entidades foram criadas durante os fóruns preparatórios da Rio 92. Após o encontro da ONU, acontece um refluxo no movimento.

Segundo Viola (1996, p. 55),

[...] o ambientalismo brasileiro declinou significativamente depois da Cnumad, diante dos impasses gerados pela crise de governabilidade da sociedade, pela perda de importância da questão ambiental na opinião pública, pela exacerbação de conflitos organizacionais de cunho pessoal, diminuição de recursos financeiros das ONGs.

No entanto, entende-se que esse refluxo deve ser compreendido não como uma diminuição de sua intensidade e sim como novas formas de expressão e articulação que os movimentos estabeleceram com o setor privado e com o Estado e principalmente com outros movimentos nacionais e internacionais após a Rio-92. Nesse sentido, após ter discutido o papel do movimento ambientalista para vivilizar a questão socioambiental, faz-se necessário explicita o papel que o Estado brasileiro assume frente a esta problemática, com a institucionalização de uma Política Ambiental.

2.3. A constituição da Política Ambiental no Brasil

No Brasil, em consonância com Medeiros (2004), desde o domínio europeu, o processo de desenvolvimento econômico foi baseado no uso dos recursos naturais para atender às demandas do mercado capitalista, seja pelas elites nacional ou internacional. É evidente que a adoção a esta política gerou pressões sobre a capacidade de suporte ambiental no contexto brasileiro. Assim, a percepção e valor atribuído aos recursos naturais possuem um papel decisivo no processo de tomada de decisões concernentes às questões sócioambientais.

Para Monosowski (1989), a política ambiental brasileira propriamente dita se desenvolveu de forma tardia se comparada às demais políticas setoriais brasileiras. A

mesma é entendida neste trabalho como as que apresentam uma preocupação explícita quanto à proteção, conservação e uso dos recursos naturais e do meio ambiente. Essas políticas, preconizadas na legislação e na organização institucional correspondente, definem os instrumentos de intervenção do Estado na administração dos recursos e da qualidade do meio ambiente.

Segundo a periodização proposta por Cunha & Coelho (2003, p. 46), ocorreram três momentos na história das políticas ambientais: a) o primeiro período, de 1930 a 1971, que se caracterizou pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais; b) no segundo período, de 1972 a 1987, a ação intervencionista do Estado chegou ao seu ápice; c) o terceiro período, de 1988 aos dias atuais, caracteriza-se pelos processos de democratização e descentralização decisórias, e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável.

Segundo Monosowski (1989), o marco inicial das ações governamentais no campo das políticas ambientais no Brasil, remetem a década de 30, todavia a legislação ambiental desse período caracterizou-se por uma preocupação, por um lado, para racionalizar o uso e a exploração dos recursos naturais e regulamentar as atividades extrativistas e de, por outro, para definir as áreas de preservação.

Costa (1988) também afirma que foi no primeiro governo de Vargas que foram adotadas as primeiras medidas voltadas para o meio ambiente, as quais objetivaram tanto uma ordenação territorial como uma estrita regulamentação do uso da apropriação dos recursos naturais, num contexto de transição do liberalismo para a ampliação do papel do Estado na condução da modernização capitalista do país e na articulação, centralizada e autoritária, de sua unidade nacional. Nesse sentido, foi a partir de 1930, com um Estado centralizador, que a regulamentação ambiental afirmou-se.

Dentre os principais instrumentos legais adotados na década de 30, destacam-se:

- *Código Florestal*: definiu as florestas e a vegetação como bens de interesse comum, submetidos, portanto, a limitações quanto aos direitos de propriedade, estabelecendo também os critérios para a delimitação das áreas de preservação permanente de vegetação, a criação de parques e reservas biológicas, a exploração de florestas e o desmatamento. (Decreto nº 23.793, de 23/01/34, foi substituída pela Lei nº 4.771, de 15/09/65 e pelo Decreto 289, de 28/02/67);
- *Código das Águas*: definiu os direitos de propriedade e uso dos recursos hídricos para o abastecimento, a irrigação, a navegação, os usos industriais e a produção de energia, e as normas para a proteção da quantidade e qualidade das águas territoriais. (Decreto nº 24.643, de 10/07/34);
- *Legislação para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*: definiu a preservação dos objetivos e dos imóveis (inclusive sítios naturais e paisagens) de interesse público, por seu valor arqueológico, etnográficos, bibliográficos ou artístico. (Decreto nº 25, de 30/11/37).
- *Estatuto da Terra*: determinou os critérios e as modalidades de desapropriação e de distribuição de terras, as condições de taxação, as normas para a colonização pública e privada e para a implantação das infra-estruturas de apoio à atividade rural. (Lei nº 4.504, de 30/11/64).
- *Código da Pesca*: declarou pertencentes ao domínio público todos os animais e vegetais das águas territoriais brasileiras e fixou os princípios e as modalidades para a pesca e a exploração dos recursos biológicos da

água. (Decreto nº 794, de 19/01/38 e foi substituído pelo Decreto-lei nº 221, de 28/02/67);

- *Código de Mineração*: definiu os princípios para a prospecção e a exploração das jazidas e, em especial, dissociou o direito de propriedade das terras do direito de exploração dos recursos do subsolo. (Decreto nº 1.985, de 29/01/40 e foi substituído pelo Decreto-lei nº 227, de 28/02/67);

Nesse sentido, na década de 30 foram incentivadas a criação de áreas protegidas, dentre os quais se pode citar o Parque Nacional de Itatiaia (1937), Parque Nacional do Iguaçu (1939) e a Serra dos Órgãos (1939), com base no artigo 9 do Código Florestal de 1934. Vale destacar que a criação de parques e reservas biológicas continua sendo aplicada e consiste num dos eixos principais da política ambiental brasileira. Machado (2008) explicita que no início, as políticas de meio ambiente no Brasil sofreram forte influência da vertente preservacionista americana. Esteve subjacente a essa influencia uma visão de que se poderiam preservar “pedaços do mundo natural” em seus atributos intrínsecos, tais como: paisagem natural, valores cênicos e vida selvagem, dos efeitos irreversíveis da civilização urbano-industrial sobre o mundo natural.

Segundo Monosowski (1989), outra década paradoxal para a consolidação da Política Ambiental brasileira foi a década de 60, na qual foram adotadas algumas estratégias pelo poder público relacionadas a questão ambiental, através da criação, em âmbito federal, das agências setoriais para o desenvolvimento da pesca, das atividades florestais, da água, da eletricidade e da exploração dos recursos minerais, tais como:

- Ministério das Minas e Energias (MME) e o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), para a execução do Código das Águas e a promoção e o desenvolvimento da produção de energia;
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), vinculado ao Ministério da Agricultura, para a formação e execução da política florestal, a aplicação do Código Florestal e a coordenação do uso racional e da proteção e conservação dos recursos naturais renováveis, incluindo a fauna terrestre;
- Departamento Nacional de Prospecção Mineral (DNPM), responsável pela aplicação da política de recursos minerais;
- Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUPEDE), para a formulação e execução do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca e a fiscalização das atividades de pesca no mar territorial brasileiro, responsabilidade essa partilhada com o Ministério da Marinha, com o apoio do Ministério da Aeronáutica;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para o controle sobre a transmissão e a conservação dos bens tombados;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que reagrupou três instituições inicialmente criadas no quadro do Ministério da Agricultura para a implantação de política agrária e fundiária, tais como: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA).

De acordo com Monosowski (1989), tais instituições definiram estratégias de modo independente e segundo diferentes prioridades, o que conduz a ações isoladas, não coordenadas e às vezes até conflitantes.

Os anos 70 foram caracterizados por uma estratégia de desenvolvimento baseada na implantação de grandes projetos de infra-estrutura ou de exploração de recursos naturais, sobretudo, implementadas pelo próprio Estado ou em parcerias com multinacionais. Maimon (1992), afirma que nesta década, o projeto “Brasil Grande Potência” era o centro das atenções em detrimento da questão socioambiental. Ainda Segundo essa autora (1992, p. 59), o desinteresse “pode ser explicado tanto pela inexpressiva, ainda que crescente ação dos ambientalistas brasileiros e, sobretudo, pelo consenso de que o crescimento econômico e a harmonia ambiental eram dois objetivos incompatíveis”.

Nesse período, em que se exaltava o supercrescimento, a política ambiental do Estado brasileiro era inconsistente. Foi marcada por ações pontuais e simbólicas, como a criação, em 1973, da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), inspirada pela Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), a partir da qual se manifestou uma vontade política explícita em relação às questões socioambientais.

Todavia, não se pode negligenciar a posição brasileira adotada em Estocolmo, no qual o Brasil sustentava a tese de que a proteção do meio ambiente seria um objeto secundário e não prioritário para os países em vias de desenvolvimento, e em conflito com o objetivo central e imediato do crescimento econômico. Essa argumentação e a palavra de ordem “poluição = progresso”, lançada na ocasião, foram muito negativas para a imagem internacional do país. (MONOSOWSKI, 1989).

Machado (2008) afirma que a criação da SEMA foi recebida com grande entusiasmo por alguns ativistas que entendiam que a criação da mesma era resultado da pressão do movimento ambientalista¹⁰. Jacobi (2003) acrescenta que estas ações voltadas para construção de infra-estrutura da Política Ambiental, antes de significar um compromisso efetivo do governo brasileiro com a luta para a proteção ambiental, funcionaram como uma tentativa do governo brasileiro para atenuar sua imagem negativa no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo. Segundo este autor, predominava ainda a ideia de que os recursos naturais deveriam ser utilizados para acelerar o processo de desenvolvimento econômico, tomando alguns cuidados para minimizar os problemas de poluição e preservar alguns recursos naturais.

A questão ambiental também foi contemplada no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – PND para o período 1975/79, no qual em seu capítulo sobre o desenvolvimento urbano, controle e poluição e preservação do meio ambiente, o Plano definiu a prioridade para o controle da poluição industrial, através da adoção de normas antipoluição de uma política de localização industrial densamente urbanizada. Contudo, Monosowski (1989) explicita, a aplicação do II PND, só foi implementado em 1980, quando foi promulgada a lei que estabelece as diretrizes de zoneamento industrial (Lei nº 6.803, de 02/07).

Nesse sentido, Monosowski (1989) assinala que as ações e controle do Estado na década de 70 voltaram-se prioritamente para os problemas da poluição industrial, que se manifestavam a curto prazo e afetavam áreas limitadas, em especial áreas metropolitanas. No entanto, os efeitos ambientais a longo prazo foram relegados a segundo plano, mesmo sendo irreversíveis ou de grandes dimensões. Pode-se notar que

¹⁰ São exemplos: a campanha vitoriosa contra a fábrica de celulose Borregaard, instalada as margens do rio Guaíba, em Porto Alegre (1973-1974); a luta contra a construção da represa de Sobradinho, na Bahia (1974); o movimento contra a inundação de Sete Queda no Paraná (1979-1983); a campanha nacional contra o desmatamento na Amazônia (1978-1979); os protestos contra a instalação de usinas nucleares na Juréia e, posteriormente, em Angra dos Reis (1975-1980), entre outros. (MACHADO, 2008, p. 123).

as ações de controle voltaram-se fundamentalmente para as atividades do setor privado. As estratégias governamentais não foram objeto de controle, excetuando-se as atividades de alguns setores, em função de pressões externas. Assim, as modificações provocadas pelos grandes projetos de transformação da natureza foram objetos de uma preocupação marginal, mais influenciada pelas práticas das agências internacionais do que por uma decisão política nacional. É o caso, por exemplo, das primeiras aplicações da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), na análise de projetos que dependiam de financiamento internacionais para sua implantação.

Drummond (1998-1999, p. 141) afirma que na década de 80 foi instuída a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), a qual foi regulamentada em 1983. Nesse texto legal se consolidaram as estratégias atuais e os arranjos institucionais vigentes no tratamento da questão ambiental. Essa pode ser considerada a peça mais importante de legislação ambiental promulgada no país até hoje. A mesma institui tanto a base legal quanto o arcabouço de instituições para a formulação de política com respeito ao meio ambiente em todos os níveis de governo (União, estados e municípios). Essa consolidação é completada pela criação, em 1985, do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que assumiu a definição das políticas e a coordenação das atividades governamentais na área ambiental.

A PNMA tem como objetivo principal “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (artigo 2º). Dentre as principais inovações dessa Lei, destacam-se duas em nível institucional, quais sejam:

- A criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), diretamente vinculado a Presidência da República e encarregado da

formulação das políticas ambientais. Através desse, definiu-se uma nova instância política de decisões. O CONAMA juntamente com a criação dos conselhos ambientais estaduais propiciou a integração e a coordenação das ações de diferentes setores governamentais. A participação política nas decisões é contemplada, embora de forma limitada, através da inclusão de organizações representativas da sociedade civil entre os 72 membros do Conselho.

- A criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), tendo por instância superior o CONAMA, inclui o conjunto das instituições governamentais que se ocupam da proteção e da gestão da qualidade ambiental, em nível federal, estadual e municipal, e também os órgãos da Administração Pública federal, cujas atividades afetam diretamente o meio ambiente.

Segundo essa política, os recursos naturais devem ser preservados e recuperados para garantir sua utilização racional e sua disponibilidade permanente; os poluidores e predadores são obrigados a reparar ou indenizar as degradações provocadas; o usuário deve trazer uma contribuição para a utilização econômica dos recursos naturais. Dentre os instrumentos adotados por essa legislação para aplicar a Política Nacional de Meio Ambiente, destacam-se: o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais, os incentivos a produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologias, voltadas para a melhoria da qualidade ambiental, o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

Para Monosowski (1989), uma das mais importantes estratégias adotadas é a responsabilização do Estado em relação a suas próprias ações, ao se exigir que as atividades públicas e privadas sejam exercidas conforme os princípios da legislação ambiental. Essa é uma inovação importante, em especial no que se refere aos grandes projetos, que até então estavam fora do controle das agências governamentais para a proteção ambiental.

Segundo Medeiros (2004), a redemocratização do país, a partir de 1985, e a posterior crise do Estado brasileiro, originaram uma nova fase de expansão e reestruturação da questão ligada à proteção da natureza no país, com uma tendência clara à “simplificação” da política, mas com alguns avanços evidentes: i) a nova Constituição Brasileira (1988), com um capítulo especificamente dirigido à temática ambiental; ii) a criação de um único órgão vinculado ao Estado para implementação e administração das áreas protegidas (IBAMA); iii) o *up grade* da temática ambiental sob a ótica político-institucional, através da criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA); iv) a criação de um sistema integrado de áreas protegidas (SNUC), em 2000, com o objetivo simultâneo de reduzir as sobreposições e antagonismos da política anterior, mas também expandir os objetivos da proteção.

O referido autor enfatiza ainda que nos primeiros dois anos da década de 1990, o Brasil abriu-se abruptamente à concorrência econômica transnacional enquanto tomava medidas de impacto na área ambiental, visando fundamentalmente conquistar credibilidade junto aos investidores externos. Nesta mesma década, o Brasil sediou o evento internacional conhecido como Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, o qual marcou um novo processo em relação às preocupações ecológicas tendo como pano de fundo a crise dos modelos de desenvolvimento dos recursos naturais e suas

consequências além das fronteiras dos estados nacionais e, finalmente, a questão da urgência quanto à solução dos problemas.

O posicionamento do governo brasileiro na Rio-92, foi oposto ao de 1972 em Estocolmo, haja vista a influencia de quatro fatores: a) crise do modelo desenvolvimentista (economicista e predatório); b) sensibilização do governo em relação aos problemas ambientais, em razão da soberania sobre 2/3 da maior floresta pluvial do mundo, sobre a qual a comunidade internacional exigia uma reavaliação; c) existência de uma matriz energética brasileira baseada em recursos naturais renováveis (hidroelétrica e biomassa) num contexto em que a quase totalidade dos países é dependente de combustíveis fósseis ou de energia nuclear; d) pressão por um compromisso globalista, já que o Brasil era o anfitrião da Conferência (VIOLA, 2002).

Monosowski (1989) afirma que o grande interesse pela questão ambiental e a vasta legislação sobre o ambiente estavam atrelados à cooperação de agências financiadoras internacionais. Como anteriormente, a política ambiental do Estado brasileiro foi rica em discursos e pretensões, mas carente de ações governamentais efetivas.

De fato, conforme Medeiros (2004), as políticas públicas implementadas pelo Estado no decorrer da década de 90 foram muito limitadas quanto à sustentabilidade ambiental, favorecendo grupos econômicos regionais e locais sob a moldura da tecnoburocracia, embora tenha havido, concomitantemente, um processo de descentralização administrativa. Eduardo Viola (2000) observa que o programa *Brasil em Ação* (lançado em 1996) não teve compromisso com a sustentabilidade. O mesmo diz Paul Little (2003) do programa *Avança Brasil* (lançado em 1999) e do Plano Plurianual 2000-2003, com base em diversas pesquisas de campo. A área ambiental do governo FHC caracterizou-se, conforme enfatiza Viola (2000), pela fragmentação e

incompetência gerencial, além do distanciamento em relação aos centros de decisão econômica, nos quais se definem as políticas de desenvolvimento. Assim, tanto no debate sobre as propostas de reforma tributária quanto sobre a política energética, a política agrícola, a política dos recursos hídricos e da Amazônia encontram no IBAMA um déficit de liderança e de capacidade gerencial.

No entanto, deve-se reconhecer, que durante a década de 90 houve um grande avanço legislativo na área, com a aprovação de várias leis setoriais, como a Lei Nacional de Política de Recursos Hídricos (1997), a de Crimes Ambientais (1998) e a da Política Nacional de Educação Ambiental (1999).

A construção deste arcabouço político-institucional que hoje, no país, funciona de maneira mais integrada e concentrada no que tange às ações voltadas para a proteção dos recursos renováveis, não foi decorrente apenas de uma ação isolada ou imposição do Estado. Diversas foram as exigências, setores e atores que se somaram, formando uma imbricada rede de interesses e demandas, atuando em diferentes níveis (nacional e internacional) e escalas (local, regional, nacional e planetária). No caso da Política Ambiental, esse papel se traduz numa complexa rede de negociação com diferentes agentes atuantes no processo. O resultado prático de toda esta dinâmica, é sintetizado no Quadro 2.

PERÍODO	CONTEXTO NACIONAL	CONTEXTO INTERNACIONAL	RESULTADO PRÁTICO PARA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA
Anterior a 1963	Revolução de 30; Estado Novo; marcha para o oeste; políticas desenvolvimentistas; industrialização e urbanização aceleradas; estradas e energia.	Criação do 1º Parque Nacional do Mundo nos EUA (1872); primeiros tratados e convenções internacionais visando a proteção de espécies; I e II Guerra Mundial; criação da ONU (1945); FAO (1945) e Unesco (1946); criação da UICN (1948) e da WWF (1960)	Constituição de 1934; Código Florestal (1934); Código de Caça e Pesca (1934); Código de Águas (1934); Medida de Proteção aos Animais (1934); criação do 1º Parque Nacional de Itatiaia; criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza/FBCN (1956).
	Golpe Militar de 64; estratégia de integração e desenvolvimento regional;	Relatório do Clube de Roma (1971); criação do Programa MaB-Unesco (1971);	Código florestal (1965); Proteção à Fauna (1967); criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal/IBDF (1967); criação da Secretaria de Meio

1964-1984	“milagre econômico”; anistia política (1979).	Conferência de Estocolmo (1972); criação do PNUMA (1972); Declaração de Cocoyok; crise do petróleo (1973 e 1979).	Ambiente/SEMA (1973); aprovação do regulamento dos Parques Nacionais (1979); criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental (1981); instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (1981); criação das Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (1984).
A partir de 1985	Re-democratização do país; Eleição de Presidente civil; Criação da Assembléia Nacional Constituinte; moratória da dívida externa; “hiper-inflação”; eleições diretas; <i>impeachment</i> do Presidente Collor; estabilização econômica.	Relatório Brundtland (1987); queda do muro de Berlim e fim da União Soviética; Conferência Internacional das Nações Unidas no Rio de Janeiro (1992); Convenção da Diversidade Biológica (1992); Elaboração da Agenda 21 Global (1992); Protocolo de Kioto.	Criação do Ministério do Meio Ambiente (1985); Constituição Brasileira (1988); criação do IBAMA (1989); criação do FNMA (1989); instituição do PPG7 (1992); Política Nacional de Águas (1997); Lei de Crimes Ambientais (1999); instituição do SNUC (2000); Política Nacional da Biodiversidade (2002); criação do Instituto Chico Mendes (2007).

Quadro 2: Síntese do processo político-institucional de construção e consolidação da Política Ambiental no Brasil.

FONTE: Adaptação de Medeiros, 2004.

Assim, verifica-se, a partir dos estudos tratados, que no processo de constituição da política ambiental, o Estado brasileiro passou por diversas transformações no que concerne ao papel exercido frente à questão socioambiental, isto reflete uma dinâmica de avanços e recuos, e se concretiza num desafio sem precedente para os próximos anos. Apesar de todos os avanços empreendidos no plano institucional, legal e de Políticas Públicas, o que resultou indiretamente na multiplicação e expansão das áreas protegidas pelo território nacional, o qual será aprofundado no próximo item, são inúmeros os condicionantes históricos e indefinições que impedem o seu efetivo funcionamento e interferem em tendências futuras.

2.4. Unidade de Conservação no Brasil

A discussão sobre a política de criação de Unidade de Conservação (UC) é importante para o objetivo do trabalho, uma vez que a comunidade ribeirinha *locus* da pesquisa, encontra-se dentro de uma UC.

A criação de áreas naturais protegidas surgiu como uma das diversas alternativas adotadas pela sociedade para a conservação da natureza. Nesse estudo entende-se que esses mecanismos funcionam também como forma de equacionar os problemas com a degradação ambiental.

As áreas protegidas são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados (MEDEIROS, 2003). Segundo a UICN, elas podem ser definidas como "uma área terrestre e /ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos". (UICN, 1994, p. 7).

A gênese desse modelo remonta as primeiras sociedades humanas. Miller (1997 *apud* QUARESMA, 2003), ao tratar da evolução do conceito de áreas protegidas, afirma que estes são encontrados no Oriente. O referido autor explicita que na Índia, o imperador Ashoka (252 a.c) ordenou a proteção de algumas espécies de animais e áreas florestais; na ilha de Sumatra, Indonésia, o rei de Srivijya criou a primeira área de proteção em 648 a.c.; no século XV, o imperador Babar, da Índia, caçava rinocerontes em reserva especialmente criadas para esse fim, o mesmo acontecendo em Java, no Nepal, no Atual Real Parque Nacional (PARNA) de Chitwan.

Miller (*idem*) afirma ainda que esta origem não está relacionada somente com reservas de caça, mas também com valores de ordem cultural e religiosa. O autor cita o Lago Funduzi na África do Sul: o acesso ao lago só é possível mediante autorização dos seus guardiões, os Venda, que acreditam ter sido colonizado e habitado por curandeiros e pela deusa da fecundidade. Em 1800, os Maori da Nova Zelândia propuseram a criação do PARNA de Tongariro, a fim de proteger suas terras santas e sagradas da extração de madeira.

No Ocidente, povos indígenas já presentes há milhares de anos, delimitaram também lugares considerados sagrados. Posey (1980), faz referência aos povos indígenas Kayapó (Pará), o autor ressalta a prática desse povo na criação de áreas com fins específicos: matas naturais que servem como reservas biológicas, áreas destinadas ao cultivo de plantas medicinais e áreas destinadas para a exploração agrícola. Vale ressaltar, que a experiência dos Kayapó não é a única nas Américas, outros povos indígenas e não indígenas (como por exemplo os quilombolas e ribeirinhos) desenvolvem práticas de conservação de forma similar.

De acordo com Diegues (2001), em 1872, foi criado, nos Estados Unidos, o primeiro modelo moderno de área protegida, o PARNA de Yellowstone. O modelo adotado por este parque era resultado de ideias preservacionistas, baseado na concepção de grandes áreas desabitadas, cujo principal objetivo era proteger áreas naturais destacadas e a vida selvagem (wilderness), ameaçadas, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial. Conforme Diegues (2001), esse modelo também estava vinculado à exploração das belezas cênicas desses espaços para fins de recreação e divertimento das pessoas.

Esse modelo, oriundo dos países industrializados, mostrou-se problemático ao ser transferido para os demais países. Tal fato foi analisado por Diegues (2001) ao apontar que a dicotomia entre povos e parques torna-se mais polarizada a partir da expansão do modelo de PARNA norte-americanos.

Diegues (2001) aponta que o referido modelo se expandiu, sobretudo, para os países do Terceiro Mundo, o efeito foi devastador sobre as populações de extrativistas, pescadores, índios cuja relação com a natureza é diferente daquela analisada pelos primeiros ideólogos dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do modelo Yellowstone de parque sem moradores, provenientes de

países industrializados e de clima temperado, para países cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos graves, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas.

A materialização das áreas protegidas no território brasileiro se expressou como o resultado de um longo e lento processo de aparelhamento e estruturação do Estado, o que conduziu ao gradativo desenvolvimento de uma Política Pública voltada para a proteção da natureza.

No Brasil, segundo Medeiros (2004), foi a partir da década de 30 que se começou a pensar em criar áreas protegidas, com a incorporação, na Constituição de 1934, de um ideário que outorgava à natureza um novo valor, passando esta a ser considerada “patrimônio nacional” a ser preservado, sua proteção ganha um novo *status* na política nacional, consistindo em tarefa ou dever a serem cumpridos e fiscalizados pelo poder público. Desta forma, proteger a natureza entra definitivamente na agenda governamental brasileira, configurando um objetivo complementar da política de desenvolvimento nacional.

Como resultado dessa conjuntura, ainda em 1934, foi criado o Código Florestal, um dos principais dispositivos legais de proteção da natureza, que levariam inclusive à criação dos primeiros Parques Nacionais. Medeiros (2004) destaca que o Código Florestal tornou-se um dos mais importantes instrumentos da política de proteção da natureza da época, uma vez que nele são estabelecidos, pela primeira vez, os critérios para a proteção dos principais ecossistemas florestais e demais formas de vegetação naturais do país além de introduzir a idéia de categorias de manejo em função dos objetivos e finalidades da área criada. A partir dele houve, portanto, um cenário favorável para a criação dos primeiros Parques e Florestas Nacionais do Brasil.

De acordo com Lange (2005), o primeiro Parque Nacional do Brasil foi criado em Itatiaia em 1937, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas, quarenta e cinco anos após a criação do Yellowstone nos Estados Unidos, período este em que a questão ambiental já fazia parte da agenda política de alguns países desenvolvidos.

A partir de 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, até 1961, foram criados mais 16 Parques Nacionais, incluindo Parque Nacional de Iguaçu, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Nacional do Rio de Janeiro, atualmente denominado como Parque Nacional da Tijuca. Deste total de 17 Parques, dez foram criados no ano de 1961 (ANDRADE & SILVA, 2003). Isto na época de vigência do Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793/34), em que os Parques Nacionais eram classificados como Florestas Remanescentes, eram áreas com finalidade de proteger belezas cênicas e estes eram considerados de conservação perenes e inalienáveis. (BRASIL, 1934).

Além das Florestas Remanescentes, Andrade & Silva (2003) afirmam que o Código Florestal de 1934 tinha ainda mais três categorias de Florestas: Florestas Protetoras, Florestas de Rendimento e Florestas Modelo. As Florestas Protetoras correspondem às atuais áreas de preservação permanente estabelecidas com o Código Florestal de 1965. As Florestas Modelo eram áreas com objetivo de pesquisa, denominadas Parques Florestais e, posteriormente, transformadas em Florestas Nacionais. As Florestas de Rendimento eram florestas plantadas que pela definição do Código não se enquadravam em nenhuma das categorias anteriores e eram denominadas como Florestas Nacionais, sendo criadas três durante a vigência do Código Florestal de 34.

A tradição brasileira de criação de espaços protegidos seguindo a lógica da categorização em função dos objetivos e finalidades da área criada, estabelecida pelo Código Florestal de 1934, foi uma de suas heranças mais importante. Todos os instrumentos legais de proteção posteriores, apesar de criados segundo dinâmicas e contextos específicos, seguiram essa mesma tendência, o que resultou, no país, em quase uma dezena de dispositivos voltados a criação de tipologias distintas de espaços protegidos (cf. Tabela 01).

CATEGORIAS	INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO
Parque Nacional	Código Florestal de 1934 (Decreto nº 23793 de 23/01/1934);
Floresta Nacional	Código Florestal de 1934 (Decreto nº 23793 de 23/01/1934);
Áreas de Preservação Permanentes	Código Florestal de 1965 (Lei nº 4771 de 15/09/1965);
Reserva Legal	Código Florestal de 1965 (Lei nº 4771 de 15/09/1965);
Reserva Biológica	Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5197 de 03/01/1967);
Parque de Caça Federal	Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5197 de 03/01/1967);
Estações Ecológicas	Lei nº 6902 de 27/04/1981);
Áreas de Proteção Ambiental	Lei nº 6902 de 27/04/1981);
Reservas Ecológicas	Decreto nº 89336, de 31/01/1984;
Áreas de Relevante Interesse Ecológico	Decreto nº 89336, de 31/01/1984;

Tabela 1: Categorias de Manejo e dispositivos legais com relação à Áreas Protegidas no Brasil, anteriormente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 2000 (Lei 9985/2000).

FONTE: Medeiros, 2004.

A década de 60 para Lange (2005) foi uma década de otimismo e grandes avanços na questão ambiental, nesta época foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com uma divisão específica para tratar da proteção da natureza, o Departamento de Proteção da Natureza. Nesta década também foi instituído no Brasil o segundo Código Florestal (1965).

Conforme Medeiros (2004), é sobretudo na década de 70, quando os instrumentos políticos criados no período anterior são revisados e outros novos são instituídos. A criação de novas áreas protegidas toma uma dimensão nacional, fruto da

estratégia do Estado de “integrar” e “desenvolver” todas as regiões do país. Nesta fase, a proteção dos recursos renováveis adquire um sentido geopolítico mais intenso, já que a criação de áreas protegidas é de forma recorrente utilizada e justificada pelo Estado nas ações de controle do território.

A partir da década de 70, cientistas começaram no mundo a propor metodologias para a seleção de áreas prioritárias para a conservação. Algumas destas metodologias baseiam-se na distribuição de espécies, enquanto outras são fundamentadas na distribuição de ecossistemas. A escolha de uma área utilizando qualquer um destes métodos é somente o primeiro passo do processo. O segundo passo consiste em avaliar no campo a viabilidade da criação de uma nova Unidade *in loco*, para coletar vários dados, dos quais os mais importantes são: estado de conservação da área; presença de espécies rara, endêmicas ou ameaçadas de extinção; representatividade da região ecológica natural; complementaridade ao SNUC; diversidade de ecossistemas e de espécies; área disponível para a implantação de uma Unidade de Conservação; valor histórico, cultural e antropológico; grau de pressões humanas sobre a área; situação fundiária ou viabilidade de regularização fundiária. (MMA, 1999).

A criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) só passou a ser cogitada a partir do final dos anos 1970. As Unidades de Conservação brasileiras eram até então criadas de forma esporádica, casuística e assistemática, de acordo com oportunidades surgidas em contextos e circunstâncias políticas específicas. (MEDEIROS & GARAY, 2006).

O histórico da tramitação da Lei do SNUC e os embates e discussões surgidos durante o processo de elaboração legislativa - principalmente entre socioambientalistas e preservacionistas – são muito úteis à compreensão de como alguns conceitos socioambientais foram sendo incorporados ao ordenamento jurídico, apontando, assim,

para a construção de novos paradigmas jurídicos. Santilli (2005) afirma que grande parte dos conceitos-chave incorporados pela Lei que institui o SNUC tem claramente uma inspiração socioambiental, que prevaleceu, sobre conceitos defendidos pelo preservacionismo tradicional.

Em 1988 o extinto IBDF encomendou à Fundação Pro-Natureza, com sede em Brasília, que formulasse um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (MITTERMEIER *et al.*, 2005). Após mais de dez anos de debates, O SNUC foi oficialmente estabelecido em 2000 (Lei 9.985, 19 Julho de 2000) e um decreto subsequente o regulamentava (Decreto 3.834, 5 Junho de 2001). Com as novas categorias o IBAMA teve que ajustar a categorização das Áreas Protegidas que não estivesse de acordo com as novas definições (MERCADANTE, 2001; MEDEIROS, 2003).

O SNUC nasceu também como resposta à crescente demanda da sociedade pelas questões ambientais e a situação precária que se encontravam muitas Unidades de Conservação, sem apresentar uma gestão sistêmica (GELUDA & YOUNG, 2003). Nesse sentido, a criação do SNUC torna-se um marco importante no que se refere às Unidades de Conservação no Brasil, pois este instrumento legal vem a consolidar um arcabouço normativo até então deveras confuso, por abrigar inúmeras Leis, cada qual dispendo sobre diversas categorias de manejo.

O SNUC divide as Unidades de Conservação no território nacional, em dois grandes grupos: as Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o que mais uma vez ilustra a integração de percepções distintas da sociedade com relação ao significado da natureza: a percepção e a ideologia dos denominados “preservacionistas”, inspirada na intocabilidade dos recursos

renováveis e, a concepção de inclusão social na gestão das áreas protegidas, originária do grupo dos denominados “socioambientalistas”. (MEDEIROS, 2004).

Pelo SNUC são previstas 12 categorias de manejo distintas: – cinco de Proteção Integral e sete de Uso Sustentável. A responsabilidade pela criação, manutenção e gestão destas áreas é realizada majoritariamente pela União, através do Governo Federal, estados e municípios (11 das 12 categorias existentes atualmente), mas pode ser exercida voluntariamente pela sociedade civil, através das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs. Entretanto, é importante salientar que a criação de novas categorias de manejo é também garantida no texto do SNUC, que reconhece, inclusive, aquelas criadas por estados e municípios, através de legislações específicas. A Tabela 2 apresenta as tipologias e categorias de manejo previstas atualmente pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

<i>UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL</i>	<i>UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL</i>
<p>Estação Ecológica</p> <p>Reserva Biológica</p> <p>Parque Nacional</p> <p>Monumento Natural</p> <p>Refúgio da Vida Silvestre</p>	<p>Áreas de Proteção Ambiental</p> <p>Áreas de Relevante Interesse ecológico</p> <p>Floresta Nacional</p> <p>Reserva Extrativista</p> <p>Reserva de Fauna</p> <p>Reserva de Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Reserva Particular do Patrimônio Natural</p>

Tabela 2: Tipologias e Categorias de Unidades de Conservação Previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000).
FONTE: SNUC, 2000.

A partir da classificação das diversas categorias de Unidades de Conservação de forma unificada no território Nacional, esta Lei trouxe inovação com a motivação para a criatividade em diversos aspectos, sendo mais importantes questões como: a participação da sociedade na criação e gestão de UCs, um justo tratamento às populações tradicionais que habitam em UC's; garantir alocação de recursos financeiros

para a gestão de UCs; regularização fundiária considerando as políticas de terras e águas circundantes e as necessidades sociais e econômicas locais (MMA, 2000 *apud* ROCCA, 2002).

A participação é garantida no artigo 5º do SNUC, através da Consulta Pública para criação das UCs e através da implantação dos Conselhos de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002).

A gestão de Áreas Protegidas no Brasil, em particular das Unidades de Conservação tornou-se mais efetiva a partir dos anos 90 graças a novos instrumentos de financiamento. Dentre eles destacam-se a criação do Fundo Nacional para o Meio Ambiente (FNMA) e as doações internacionais feitas por organismos multilaterais como o BID e ou BIRD ou provenientes de fundos e agencias internacionais de cooperação como o GEF (Global Environment Facility) e as agências alemãs GTZ e KFW. Nesta década também foram criados grandes programas tais como: o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e o Programa Áreas Protegidas da Amazônia. (MEDEIROS *et al.*, 2006).

Atualmente, cabe ao o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O ICMBio foi criado, em 2007, durante a gestão da Ministra do Meio Ambiente, Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima. O surgimento do ICMBIO aconteceu em clima polêmico, com a aprovação da Medida Provisória nº 366, de 13 de junho de 2007, que absorveu parte do pessoal e das atribuições do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, desde então, tornou-se responsável por executar ações da “Política Nacional de Unidades de Conservação da Natureza” – atribuições do Sistema Nacional de Unidades de

Conservação (SNUC). Além disso, o ICMBIO é também responsável pela execução das Políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, pelo apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além do incentivo à programas de pesquisa e proteção da biodiversidade.

Segundo levantamento do ICMBio (2010) existem 310 UCs na esfera federal perfazendo o total de 75.467.815,71 hectares. (cf. Quadro 03).

Unidades de Conservação Federais do Brasil		
Unidades de:	Categoria – Quantidade	Total em hectares
Proteção Integral: PI	Esec - Estação Ecológica – 31	6.706.735,15
	MN - Monumento Natural – 3	44.264,45
	Parna - Parque Nacional – 67	23.834.532,20
	Rebio - Reserva Biológica – 29	3.959.691,65
	Revis - Refúgio de Vida Silvestre – 7	202.318,00
PI Total: 137		34.747.541,45
Uso Sustentável: US	APA - Área de Proteção Ambiental – 32	10.010.765,16
	Arie - Área de Relevante Interesse Ecológico – 16	45.176,58
	Flona - Floresta Nacional – 65	18.350.256,69
	RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável – 1	64.735,00
	Resex - Reserva Extrativista – 59	12.249.340,83
US Total: 173		40.720.274,26
Total geral de Unidades: 310	* Área total aproximada	75.467.815,71

Quadro 3: Número e área total (ha) de Unidades de Conservação Federais criadas no Brasil segundo a tipologia de uso e as categorias de manejo

FONTE: ICMBio, 2010.

Seguindo o padrão do Conama, todos os 26 estados e o Distrito Federal criaram seus próprios conselhos de meio ambiente, embora a forma, missão e propósito de cada um deles se diferenciem, e de forma notável, em alguns casos. Em abril de 2007, o IBAMA foi desmembrado e um novo Instituto passou a ser, (BRASIL, 2007).

Para MEDEIROS (2003), a criação de Áreas Protegidas é uma importante estratégia de controle de território, pois estabelece limites de uso e ocupação. Na opinião de Magalhães (2001) a criação das Unidades de Conservação no Brasil tem provocado muitos problemas tendo em vista o modelo importado.

Entende-se que a Política Ambiental brasileira não pode se ater a modelos ou sistemas “importados” ou “pré-fabricados”, uma vez que a percepção do espaço e os modos de uso e apropriação da natureza se modificam com o tempo e com a complexa dimensão cultural, característica de um país de enorme diversidade humana. Assim, a consolidação e efetivação da Política Ambiental, em seus diferentes aspectos, vai depender significativamente de ações integradas e sinérgicas do Governo brasileiro, do aperfeiçoamento do sistema em termos conceituais e operacionais, da integração de Políticas Públicas mas, sobretudo, do fortalecimento de canais de diálogo entre os diferentes setores nacionais e internacionais, e da compreensão da perspectiva social associada à proteção da natureza. Este é um processo em franca construção, com desfecho imprevisível, mas que pode vir a estabelecer ou fortalecer modos de ação pautados cada vez mais na democracia e equidade política e social.

Nesse sentido, a discussão travada neste capítulo foi de extrema relevância para situar a questão socioambiental, compreender o importante papel que os movimentos ambientalistas tiveram para visibilizar e colocar na agenda política a aludida questão, bem como entender a atuação do Estado brasileiro nesse cenário conflituoso. A partir da elaboração dessa complexa teia argumentativa, no próximo capítulo a discussão será afunilada para o âmbito regional.

Dessa forma, as comunidades tradicionais têm sua reprodução social e física garantida a partir do manejo dos recursos locais, desenvolvendo estratégias de organização comunitária para superar as dificuldades decorrentes da carência de bens e serviços sociais, o que se configura como uma potencialidade dessas comunidades. Tais estratégias se estabelecem por meio de solidariedade e ajuda mútua entre os comunitários, práticas alicerçadas em conhecimentos tradicionais que possibilitam superar a doença por intermédio do uso de plantas medicinais, a ausência de um médico

por uma parteira, a falta de um equipamento para fazer farinha através da construção coletiva de uma casa de farinha comunitária e muitas outras.

Nesse sentido, compreende-se que as comunidades tradicionais, podem colaborar significativamente para a elaboração de políticas ambientais que sejam compatíveis com realidade amazônica, haja vista a importância do conhecimento tradicional produzido e transmitido oralmente, os quais contribuem para uma gestão sustentável dos recursos naturais. A partir desse entendimento será analisado no próximo capítulo o processo de constituição e ordenamento da Floresta Estadual de Maués.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

Introdução

Este capítulo tem por objetivo apresentar a discussão sobre as Políticas Públicas implementadas na Amazônia. Para tal, faz-se necessário fazer uma breve caracterização dessa região. Neste trabalho parte-se do entendimento de que a Amazônia não é uma região muito fácil de definir ou delimitar, a começar pela pluralência de sentido do termo que a nomeia, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica, uma província botânica ou um espaço político-econômico (MOREIRA, 1960). Nesse sentido, conforme o critério utilizado para sua definição (geodésico, botânico ou fisiográfico) a sua área ora se amplia ora se reduz, de acordo com o objeto de interesse, estudo ou consideração.

No que concerne ao conceito hidrográfico, Moreira (1960) afirma que é o mais amplo e definido geograficamente, no qual a Amazônia designa uma bacia fluvial, denominada de bacia amazônica que abrange uma área de aproximadamente 7.000.000 Km², constituindo assim o maior conjunto potâmico não só da América do sul como do Globo e possui as seguintes características: a) extensão e caudaliosidade da sua bacia potâmica; b) assimetria da rede de drenagem, sendo a área de drenagem dos afluentes meridionais do Amazonas muito maior do que os setentrionais; c) notável capacidade de

abrangência política, em decorrência do número de entidades que dela participam diretamente (9 unidades políticas do Brasil e 7 do continente); d) condições altamente favoráveis de navegabilidade, e como tal grande importância sob o ponto de vista econômico, social e histórico. (MOREIRA, 1960).

No que diz respeito ao conceito botânico o referido autor afirma que devido a natural correlação entre fauna e flora, a Hiléia representa tanto um espaço botânico como faunístico. Segundo Moreira (1960), é com a fauna e flora que a Amazônia tem despertado maior interesse sob o ponto de vista científico, pela soma de materiais e imensas possibilidades que oferece ao estudo nesse terreno. Dentre as principais características da Hiléia destacam-se: a) riqueza e variedade da sua fauna no que diz respeito às formas e ao colorido; b) predominância acentuada das espécies de vida arbórea e aquática, contrastando em variedade e número de indivíduos com as demais; c) sensível homogeneidade de composição e de distribuição das espécies sob o ponto de vista geográfico.

Quanto ao conceito político-econômico, conforme Moreira (1960) a Amazônia designa uma das regiões naturais em que se divide o Brasil. Segundo a divisão corrente, essa região compreende a vasta zona equatorial do País e integra-se ao quadro político do Setentrião brasileiro, razão por que também se chama Região Norte. O autor explicita que devido à pujança do seu revestimento vegetal, pela riqueza e variedade da sua fauna, pelo número e caudolosidade dos seus rios, pela exuberância e amplitude dos seus cenários, a Amazônia é a região de maior interesse geográfico no país. Entretanto, em consonância com o autor, a delimitação territorial de tão imensa região não se processou em termos geográficos e sim em função de uma acomodação política.

Contudo, para Moreira (1960) a Amazônia não tem sido vista apenas como uma área dotada de configuração fisiográfica peculiar, suscetível de ser definida e delimitada

à luz deste ou daquele critério, mas também como um imenso potencial econômico, e como tal uma soma de possibilidades a serem exploradas em função de um critério técnico e racional. E é como uma perspectiva econômica que muitas Políticas Públicas são adotadas na Amazônia.

Segundo Chaves (2001), as Políticas Públicas implementadas na região vêm sendo marcadas pelos interesses e estratégias de expansão das relações capitalistas, mediante as correlações de força existentes nas diferentes esferas do poder, que incidem diretamente no modo de vida das populações locais. Para Chaves (2001; 2011), as Políticas Públicas na Amazônia possuem lógicas opostas aos interesses e demandas de vastos segmentos das populações amazônicas, tendo em vista que estas sempre foram justificadas sob a alegação da premente necessidade de “desenvolver” e “integrar” a região aos centros dinâmicos do país e à economia internacional.

Na mesma linha de pensamento Reis (*apud* TOCANTINS, 1982) afirma que durante todo processo de formação e desenvolvimento, a região amazônica sempre foi vista como imensa reserva de matérias-primas:

Desde o período em que os ingleses, holandeses, franceses, espanhóis e portugueses, em disputa militar e em concorrência mercantil, se lançaram à grande empresa de descobrir, penetrar, dominar politicamente a região, impo-lhe soberania européia e criando o empório de matéria-prima que satisfizesse as exigências dos mercados consumidores do Velho Mundo, aos nossos dias, quando o próprio Brasil vê, a Amazônia, como a sua imensa reserva de produtos primários essenciais à sua caminhada no campo da industrialização. (REIS *apud* TOCANTINS, 1982 p. 13).

Reis (*idem*) explicita ainda que a Amazônia tem propiciado ao mundo elementos de bem-estar material e espiritual, contudo não tem sido criada, na mesma proporção, condições existenciais para as próprias populações amazônicas.

Tendo por base os autores supracitados, entende-se que desde o período colonial até os dias atuais, as políticas públicas viabilizadas trataram o espaço amazônico sem considerar as formas de vida e os saberes historicamente construídos, demonstrando um profundo desrespeito pelos mosaicos sócio-culturais que dão vida a região. Assim, a Amazônia não pode ser vista somente como ambiente físico, natural ou humano, pois se constitui em uma totalidade complexa que envolve as dimensões naturais, política, ideológica e sócio-cultural, sob o estabelecimento de relações sociais dos homens entre si e com a natureza, o que não tem sido considerado pelas políticas públicas implementadas na região.

Nesse sentido, entende-se que o grande desafio sócio-econômico para a Amazônia é pensar em políticas públicas que associe desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Todavia, muitos impasses prevalecem no âmbito dos debates, o que desafia a todos para assumir o compromisso de contribuir com a construção de fundamentos teórico-práticos e ético-políticos.

3.1. Política Pública na cena Amazônica

Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Como descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre marcados pelo exercício da brutalidade sobre aqueles homens, mulheres e crianças. Esta é a mais terrível de nossas heranças. Mas nossa crescente indignação contra esta herança maldita nos dará forças para, amanhã, conter os possessos e criar aqui, neste país, uma sociedade solidária.

O Povo Brasileiro, Darcy Ribeiro

A Amazônia, desde a gênese do processo de colonização, vem sendo marcada por uma série de ciclos e interciclos históricos que a situam nos processos de prosperidade e crise econômica mundial. Essa região sofreu mudanças acentuadas com

o processo de expansão e crise do capitalismo, o que incidiu diretamente sobre as populações, espaços e paisagens amazônicas. (CHAVES, 2011)

Segundo Chaves (2011), dentre os processos que mais deixaram cicatrizes na paisagem e na vida local estão: a exploração das “drogas do sertão” no período colonial; o processo de implantação da agricultura capitalista, em 1760, com o Marquês de Pombal; a vigência da economia de exportação da borracha, em 1890, com recrudescimento em 1910 e reaquecimento durante a II Guerra Mundial; a criação da estrutura industrial eletroeletrônica, em 1970, com a Zona Franca de Manaus e a implantação dos grandes projetos.

O período colonial, conforme Souza (1994) foi marcado pela política de exploração das “drogas do sertão” e das populações que habitavam a região pelo sistema colonial. Conforme o autor, a partir deste período ocorreu drásticas mudanças, tais como: a introdução de doenças exógenas e mortais as quais dizimaram grande parte da população indígena que habitava a região, a expropriação dessa população, bem como sua escravização. Sob o olhar dos colonizadores, a Amazônia era vista principalmente como uma fonte de produtos exóticos que podiam tornar-se mercadoria e capital.

Na mesma linha de raciocínio, Silva (1996, p. 68) afirma que a razão político-administrativa do Estado português, do século XVIII ao século XIX, em terras amazônicas, desencadeou um processo de profundas mudanças a partir da ocupação do espaço geográfico, da regularização das populações e dos povoamentos, do mapeamento das potencialidades econômicas e da laicização do poder. O trabalho desenvolvido por Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório, marcas do período pombalino na região, foram representativos deste esforço de racionalização administrativa.

Neste sentido, compreende-se que neste período de grandes intervenções políticas na Amazônia, esta foi inventada segundo o olhar etnocêntrico do português. Tal assertiva é confirmada no documento do Diretório, o qual propõe uma reforma dos costumes entre os indígenas (a base de organização familiar, societária, habitacional, religiosa), inspirada no modelo português. A invenção do outro ocorre conforme os valores de quem inventa. (GONDIM, 1994; HOBSBAWM, 2002).

No entanto, tais reformas, segundo Silva (1996, p. 83), não eram apenas “um produto visionário de Pombal. Veio para ficar e, não sendo um plano a mais, prevaleceu”. No século XIX continuou, de modo vertiginoso, o esforço para a conquista do espaço amazônico, entrando pelo século XX e culminando com a ampliação do Acre ao território brasileiro. Isto aconteceu nos marcos da exploração gomífera e do rápido aumento populacional por esta provocado.

Depois que o astrônomo Charles-Marie de La Condamine divulgou, em 1745, as propriedades da resina extraída da *Hevea brasiliensis* (*cahotchouc*), e possibilidades de uso na confecção de garrafas, botas, bolas e seringas, a borracha amazônica transformase em objeto de interesse, mercadoria no comércio internacional. O uso da borracha em escala internacional inicia-se com a exportação de sapatos para os Estados Unidos e posteriormente Europa. Mas foi com o processo de vulcanização da borracha, desenvolvido por Charles Goodyear em 1839, que o leite da seringa, matéria-prima da indústria pneumática, entrou nos processos de desenvolvimento, principalmente com o grande incremento da velocidade de produção e comunicação no mercado mundial. Com isso, mobilizou o ingresso de técnicas, força de trabalho e processos de posse territorial. (BARNES, 2006).

O primeiro período do ouro negro, a borracha, no mercado internacional foi de 1850 a 1870, quando houve o *boom* de seus preços e intensificou-se o processo de migração e povoamento não-indígena.

Reis ao contextualizar esse período sócio-histórico na Amazônia, explicita que foi um processo intenso e “desordenado” (Reis, 1997, p. 42). Cunha (1999, p. 33) também apresentou uma análise semelhante: “Acompanhando-a, mesmo de relance, põe-se de manifesto que lhe faltou desde o princípio, não só a marcha lenta e progressiva das migrações seguras, como os ordinários *resguardos administrativos*” [grifo meu]. O autor explicita ainda que o poder público intervinha para liberar-se da população de “famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas”, resultado das secas nordestinas expatriando-os para a Amazônia, para esquecê-la por completo: “Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico” (CUNHA, 1999, p. 33-34).

Em consonância com Barnes (2006), os seringais, abertos a partir da década de 80 do século XIX, conformaram um sistema social e econômico baseado no monopólio da produção e distribuição da borracha pelos patrões, com a localização de migrantes nordestinos (que colocaram roças, casas e extraíram seringa nas matas), muitos destes atingidos pela grande seca de 1877, vindos para as terras amazônicas em busca de utopias. Contudo, a idiosincrasia desse sistema socioeconômico e interétnico era a perpetuação da dívida e da exploração da força de trabalho, uma vez que o seringueiro jamais conseguia saldar as dívidas contraídas junto ao barracão. Tendo em vista os altos preços estipulados para as mercadorias, o pagamento da renda, acrescido dos baixos valores pagos aos seringueiros pela borracha, somando-se a isso ainda o fato de que o dono do barracão monopolizava o comércio das mercadorias e da borracha, verifica-se que a produção do trabalhador extrativista era sempre insuficiente para liquidar seus

débitos com o patrão, gerando o regime de dependência e escravidão desse personagem da história amazônica.

Em consequência das migrações advindas desse processo, além da expansão demográfica crescente e a abertura para a agricultura, pecuária e mineração, ocorreram muitas tensões de ordem social, tais como: conflitos de terras, disputas de posses, invasões de áreas indígenas, além de problemas ecológicos como o desflorestamento. Benchimol (1992, p. 42) enfatiza que "[...] as migrações, muitas vezes, servem mais para transferir problemas de uma região para outra do que ensejar soluções permanentes e duradouras [...]", como aconteceu na região Amazônica.

No período entre 1890 e 1940, com o agravamento da crise no mercado mundial, a borracha entrou em crise. Rocha (1996, *apud* CHAVES, 2011), assevera que na década de 30, com o início da revolução burguesa, e enfrentando a crise da borracha, a Amazônia foi excluída dos esforços nacional de industrialização que se concentraram no Sudeste. Assim, no referido período o setor foi severamente atingido, no entanto, a situação afetou de maneira mais brutal os trabalhadores extrativistas da borracha. (CHAVES, 2011).

Conforme Barnes (2006), somente a partir da década de 40, a produção gomífera ganhou novo impulso, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, com o fechamento, pelos alemães e aliada, da produção da borracha vinda do sudeste asiático. Os EUA e aliados passaram a importar a borracha Amazônica. Neste contexto foi criado, pelo Governo Federal, o Banco de Crédito da Amazônia (BCA), também conhecido como Banco da Borracha, com o objetivo de garantir o financiamento das empresas seringueiras e monopolização da produção da borracha. Os recursos de capital advinham de vultosos recursos do governo dos Estados Unidos, respaldados pelo Acordo de Washington.

Com isso, o referido autor afirma que renasceu uma nova onda migratória, de nordestinos, para a região. Desta vez apoiada não mais pelas casas-aviadoras, mas por um órgão governamental, o Serviço Especial de Trabalhadores da Amazônia (Semta), que passou a recrutar nordestinos para serem incorporados como mão-de-obra nos seringais. Nesse tempo, os seringueiros ficaram conhecidos no bordão nacionalista como *soldados da borracha* (GONÇALVES, 1991, p. 29-30, *apud* BARNES, 2006).

Na década de 50, iniciou-se a premissa desenvolvimentista, vista enquanto saga colonizadora. Segundo Benchimol (1992), nesta década surgiram as seguintes instituições: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA); Companhia de Eletricidade de Manaus (CEM); Companhia de Eletricidade do Pará (CELPA); Banco do Estado do Amazonas (BEA); Banco do Estado do Pará (BEP) e outros Bancos dos Estados e Territórios; Companhia Militar da Amazônia (CMA), a qual teve papel decisivo na construção dos eixos rodoviários de integração nacional da década de 60.

A partir de 1964 os militares, dentre um conjunto de atores nacionais e internacionais, implantaram vários programas de apoio ao avanço do capital nacional e internacional nas regiões amazônicas e com diferentes *corpus* ideológicos e tecno-burocráticos. Mas dentre todos destacava-se o mote do desenvolvimento e integração da Amazônia, constituindo-se num mote para o avanço do Estado sobre suas terras e fronteiras. Nessa estratégia, a abertura de estradas e obras de infra-estrutura levaram, em diferentes momentos – com distintos financiadores e até mesmo organizações estaduais – à abertura de estradas como a Transamazônia, Perimetral Norte, BR-364, BR-163. Nesse processo, seguiram-se a constituição dos projetos de colonização e reforma agrária.

A marcha era para conectar a região amazônica e seus mercados ao Nordeste, Sudeste e o Sul do País. Logo em seguida os militares formulam o I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND, também com objetivo de desenvolver socioeconomicamente a região amazônica, havendo a colonização das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

É importante destacar que é exatamente neste momento de implementação dos grandes projetos que se cristaliza uma política de criação de *unidades de conservação da natureza/UC* e *terras indígenas/TI* como exigência da contrapartida dos empréstimos internacionais contraídos com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, e a United States Agency for International Development/Usaid.

Dentro de um amplo contexto de interesses relacionados aos empreendimentos e acordos internacionais, também acordou-se a implementação de órgãos de ordenamento territorial (fundiário), de âmbito federal. Surgem, no cenário institucional do Estado brasileiro: o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1970; e a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, em 1973. Além do Ministério do Interior – Minter, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social/BNDS.

Esses aparelhos administrativos do Estado ficaram encarregados de executar as políticas de desenvolvimento e conservação ambiental e seus reflexos na produção e reprodução social e espacial dos capitais locais, nacionais e internacionais. E para tanto foram configurados com heranças de órgão extintos como Sudhevea e outras agências governamentais.

Para José de Souza Martins (2001), o Estado brasileiro, após a revolução de 1964, passou a implementar políticas fundiárias visando à reconquista dos “direitos dominiais” da União sobre o território nacional. Uma forma de retomada de domínio do Estado sobre as terras repassadas anteriormente ao direito privado, com base na Lei de Terras de 1850. Exemplo dessas novas estratégias são os atos e ações dirigidos à desapropriação para fins de reforma agrária, regularização de terras indígenas e criação de unidades de conservação.

Barnes (2006) explicita, que no contexto dos intensos conflitos fundiários decorrentes das políticas de integração nacional e regional de desenvolvimento para a Amazônia (I PIN), o Incra foi criado, na década de 70, tendo como algumas de suas metas administrar os conflitos sociais expostos desde o movimento das ligas camponesas, decorrentes da penetração das frentes de expansão agropastoril sobre áreas da Amazônia. Contudo, os processos de criação de projetos de assentamento quase nunca tiveram resultados ou efeitos positivos, contribuindo para a ampliação do complexo quadro de conflitos sociais e ambientais em toda região amazônica.

O plano de desenvolvimento seguinte, POLAMAZÔNIA (de 1975 a 1979), destacou mais claramente a função da Amazônia como fornecedora de matéria-prima. Foi planejada uma série de pólos de desenvolvimento, sendo o maior o Programa Grande Carajás, através do qual foi criada em pouco tempo a maior área de extração de minério de ferro do Brasil. A matéria-prima serviria à geração de divisas. Em relação com este objetivo, às medidas para o desenvolvimento regional ficaram no segundo plano. Os programas de colonização foram reduzidos e a SUDAM e o BASA dirigiram novamente seus instrumentos de fomento para a pecuária empresarial e para os grandes projetos de extração de minério de ferro e bauxita, como também, para a produção de alumínio e celulose.

Nos anos 80, a SUDAM elaborou vários planos quinquenais para a Amazônia, porém, por causa da crise do endividamento, os recursos para sua implantação foram escassos. Por isso, os efeitos negativos das medidas de integração da política de desenvolvimento não podiam mais ser amenizados. As fazendas de gado no Leste e no Sul do Pará se expandiram, especialmente como investimento seguro na época da hiperinflação.

Contudo, conforme Chaves (2007), apesar de haver continuidade nas políticas de desenvolvimento na década de 80, focalizou-se também nas questões de segurança nacional, através de crescente incorporação da questão ambiental ao discurso do governo, devido às pressões regionais e internacionais. Destaca-se como ações desta década a criação: Projeto Calha Norte, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IBAMA), Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Coordenação da Amazônia, Programa Nossa Natureza, Programa Nacional do Meio Ambiente, Programa Piloto para proteção das Florestas Tropicais brasileira (PPG7).

O PPG7 constitui-se como um exemplo das pressões internacionais no que concerne a questão ambiental na Amazônia. Este programa existe desde 1992, iniciado e implementado por sugestão do G7 junto ao governo brasileiro. O objetivo do PPG7 é aumentar as oportunidades para o uso sustentável dos recursos naturais e reduzir as taxas de desmatamento, tal como afirma o GTZ:

Através deste programa, visa-se diminuir a destruição das florestas pluviais brasileiras e fortalecer o uso ecologicamente sustentável destas áreas de floresta. Outros objetivos são a redução das emissões de CO₂ da Amazônia, a proteção da biodiversidade e a introdução de um novo modelo para a cooperação internacional a favor da solução de um problema ambiental global urgente. (GTZ, 2002, p. 23)

Com isso, o PPG7 contribui para a implementação da convenção para a proteção do clima e da biodiversidade. Vale destacar que para alcançar os objetivos supracitados, foram criados vários sub-programas, como por exemplo, para a identificação e

demarcação de áreas de povos indígenas e para o fortalecimento das instituições ambientais locais, a partir de uma cooperação estreita com as secretarias estaduais de meio ambiente, a procuradoria pública e movimentos sociais. (GTZ, 2002).

Nos anos 90, em virtude do Plano Real de 1994, que conseguiu diminuir de forma drástica a inflação e melhorar as condições macroeconômicas para o investimento privado e público, os velhos planos da integração da Amazônia foram reativados e integrados nos planos nacionais de desenvolvimento, tais como *Brasil em Ação* (1994 a 1998) e *Avança Brasil* (1998 a 2002).

A partir de 2003, o governo Luis Inácio Lula da Silva apresentou o novo plano de desenvolvimento para os anos 2004 a 2007, denominado *Brasil para todos*. Este plano representa uma clara continuidade dos planos anteriores e focaliza nitidamente os grandes projetos de infra-estrutura. Os pontos principais deste plano são a construção de linhas de transmissão e hidrelétricas para assegurar o fornecimento de energia no nível nacional e a amplificação da infra-estrutura para o cultivo da soja para gerar divisas.

Dentre os resultados principais dessas políticas de integração da Amazônia destaca-se: 1) o aumento dramático da população amazônica, de 5 milhões em 1960, para 21 milhões em 2000, que incidiu diretamente no agravamento da Questão Social e todas as dimensões inerente a esta; 2) o desmatamento da floresta amazônica, que somente na década de 80 cerca de 10% da área original da floresta primária foi desmatada, tendo como causa principal as intervenções estatais (incentivos fiscais para fazendas de gado, programas públicos de colonização e amplificação da infra-estrutura).

Diante deste quadro, Chaves (2001) preconiza que no bojo deste processo, o papel do Estado na região, representado pela concretização das políticas públicas, apresenta práticas que variam entre a “ausência”, que implica na negação de direitos, e a

“presença” que ordena o processo de ocupação histórica e patrocina o confronto entre a lógica do capital e a das populações locais. Esse processo amplia a pauperização e exclusão das comunidades tradicionais em razão da precariedade ou carência de serviços sociais para atender suas necessidades e interesses.

Segundo a mesma autora, os segmentos sociais que habitam a região amazônica e que vivenciaram e vivenciam os determinantes postos pelas políticas públicas, adotam posições diversas mediante o processo de desenvolvimento que variam desde a adaptação passiva até a constituição de movimentos de resistência, que expressam a luta de autoproteção e/ou a tentativa de avançar na conquista de direitos sociais e políticos por acesso a bens e serviços sociais.

Vianna (2001), ao analisar os impactos sócio-ambientais da política de integração nacional, explicita que tal política mudou radicalmente a cena da Amazônia nas esferas econômica, social, demográfica, cultural e ambiental. Conforme o autor, ao final das ações empreendidas na Amazônia com intuito de integrar, o que se conseguiu foi colocar, na agenda pública nacional e internacional, o questionamento sobre a sobrevivência do grande bioma amazônico.

As políticas públicas avançaram sobre a região amazônica como a última fronteira a ser desbravada, delimitando-a, detalhando-a, conquistando-a. Todavia, é importante frisar que no contexto contemporâneo, no qual a premissa ideológica da sustentabilidade tem ganhado força, principalmente a partir da Eco-92, a Amazônia vem sendo preparada para ocupar um papel de destaque no século XXI na cena mundial na área ambiental, e tem-se repensado as políticas de integração para região.

O agravamento da questão ambiental na Amazônia, decorrente da ação antrópica, traz a tona preocupações quanto à relação sociedade e natureza, o que nos

remete para necessidade de um questionamento do modelo atual de uso e gestão dos recursos naturais, com vistas ao desenvolvimento econômico. Dentre as alternativas pensadas para amenizar os impactos ambientais decorrente do processo histórico de ocupação da região, destaca-se a criação de unidades de conservação, uma vez que as preocupações estão voltadas prioritariamente para a preservação e conservação das florestas úmidas, com a criação de regulação, instrumentos e estratégias para atender aos interesses e necessidades do capital, sem considerar, contudo as populações e o meio ambiente em sua totalidade.

Nesse sentido, a partir da década de 90 a implantação das UC passou a figurar como importantes instrumentos de política de gestão territorial para compensação de usos ambientais industriais, extrativistas e agrícolas. Com isso, novos instrumentos de navegação, identificação e mapeamento, baseados em dados de radar, entre outras técnicas de sensoriamento remoto, passam a ser utilizados em projetos de ocupação territorial do Estado, como o Projeto RadamBrasil, criado para mapear e identificar os recursos naturais e as áreas a serem preservados.

Dentre os Estado que compõem a Amazônia, o Amazonas tem se destacado na implantação de políticas ambientais, principalmente na criação de unidades de conservação, como será abordado no próximo item.

3.2. A configuração atual da Política Ambiental do Estado do Amazonas

O Estado do Amazonas é o maior Estado do Brasil, com mais 155 milhões de hectares de território, possui uma tríplice fronteira internacional (Peru, Colômbia e Venezuela) e limita-se também com cinco outros Estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Roraima). Possui uma área total de 1.570.745,680 km², o que

representa em torno de 24% da área de todo o bioma amazônico, cuja representatividade é maior que a de alguns países como Peru (10%) e Colômbia (7%). (CEUC/SDS, 2009).

O acesso à região é feito principalmente por via fluvial ou aérea. O clima é equatorial úmido, com temperatura média/dia/anual de 26,7 °C, com variações médias entre 23,3 °C e 31,4 °C. A umidade relativa do ar fica em torno de 80% e o Estado possui apenas duas estações bem definidas: chuvosa (inverno) e seca ou menos chuvosa (verão).

O Amazonas possui 62 municípios, os quais são entrecortado pelos maiores rios do mundo em extensão e volume de água - Solimões/Amazonas, Negro, Madeira, Purus, sendo estes rios componentes de um dos ecossistemas aquáticos mais complexos do planeta.

O Amazonas possui também uma rica e exuberante biodiversidade, a qual pode ser encontrada nos vários ecossistemas (aquáticos e terrestres) do Estado. Embora a taxa de desflorestamento no Estado não tenha diminuído significativamente nos últimos anos, o Amazonas ainda não foi afetada por desflorestamento em larga escala. Desse modo, tem-se uma região estratégica para a implementação de políticas ambientais voltadas para a conservação e preservação da biodiversidade. (CEUC/SDS, 2010).

As políticas ambientais no Estado do Amazonas estão sob gestão da Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), que até 2007 atuava em articulação com a SEAGA, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e a AFLORAM. (Cf. Figura 03).

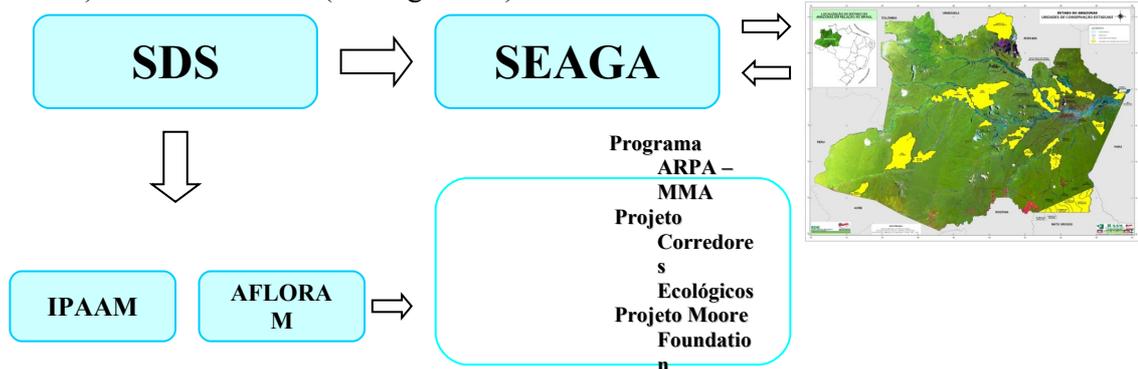


Figura 03: Esquema da Gestão das UC's até 2007 no Estado do Amazonas
 FONTE: Pesquisadora, 2011.

A partir de 2007 a gestão das políticas ambientais, no Estado do Amazonas, passaram por muitas transformações, a AFLORAM foi extinta, e a SDS passou a ter uma melhor articulação com outras secretarias estaduais, bem como outras autarquias como IPAAM, a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), a Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS) e com os conselhos: Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM), Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e Conselho Estadual de Geodiversidade do Amazonas. (Cf. Figura 04).

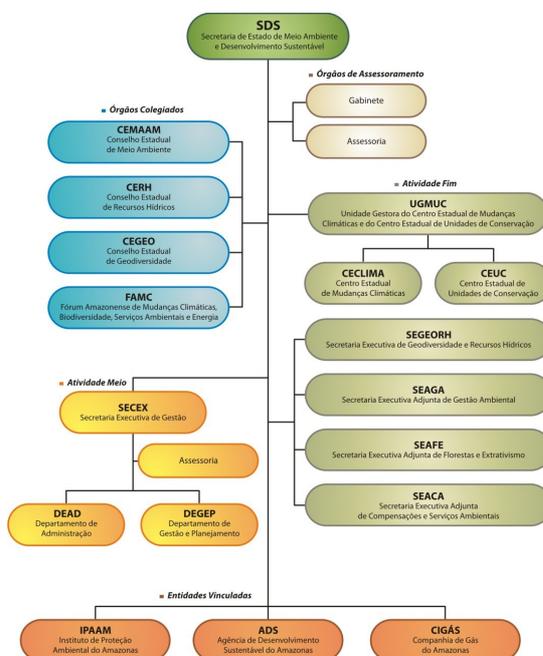


Figura 04: Organograma da SDS.
 FONTE: SDS, 2011.

A SDS tem como missão garantir a proteção da natureza e o uso dos recursos naturais, com valorização socioambiental, visando o desenvolvimento sustentável do Amazonas. E têm como principais princípios a participação e envolvimento continuado

da sociedade e a promoção de ação afirmativa para as populações tradicionais e indígenas.

Em 2007 também foi criado o Centro Estadual de Unidade de Conservação, criado com objetivo de fazer uma melhor gestão das Unidades de Conservação criadas no Estado do Amazonas, uma vez que a grande maioria das UCs criadas até 2007 ainda não possuíam Plano de Gestão elaborados e aprovados. Atualmente, o CEUC, possui 04 departamentos, quais sejam: 1) Departamento de Populações Tradicionais, 2) Departamento de Geração de Renda, 3) Departamento de Vigilância e Proteção e 4) Departamento de Pesquisa e Monitoramento. (Ver Figura 05).

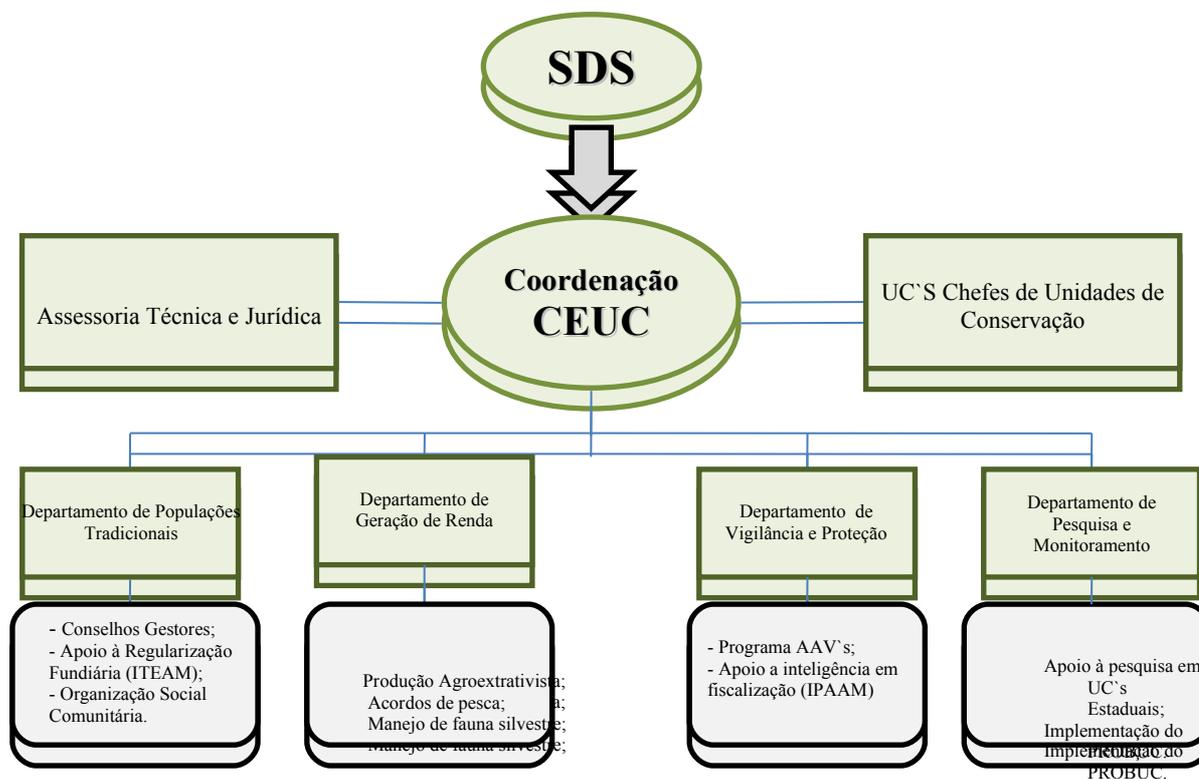


Figura 05: Esquema da Gestão atual das UC's no Estado do Amazonas
 FONTE: Pesquisadora, 2011.

Um dos principais avanços da política ambiental no Estado, segundo a gestora de FLORESTA de Maués, foi à criação e implantação do Sistema Estadual de Unidades

de Conservação do Amazonas (SEUC), instituído pela Lei Complementar 53 de 2007, o qual gerencia atualmente 33 Unidades de Conservação Federal e 41 Unidades de Conservação Estadual, sendo 9 de proteção integral (3.610.513,13 ha) e 32 de uso sustentável (15.396.519,49 ha). Segundo com Jenkins e Joppa (2009) as unidades de conservação do Estado do Amazonas representam 11,6% do total de áreas protegidas criadas no mundo no período 2002-2009. (Cf. Figura 00).

De acordo com dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2009), no Estado do Amazonas estão situadas 179 terras indígenas que se encontram em diferentes etapas no que se refere a situação fundiária: Declarada (16), Delimitada (1), Em estudo (39), Homologada (9), Regularizada (114). Vale destacar que algumas dessas TI abrangem os limites de outros estados da federação. (Cf. Figura 06).

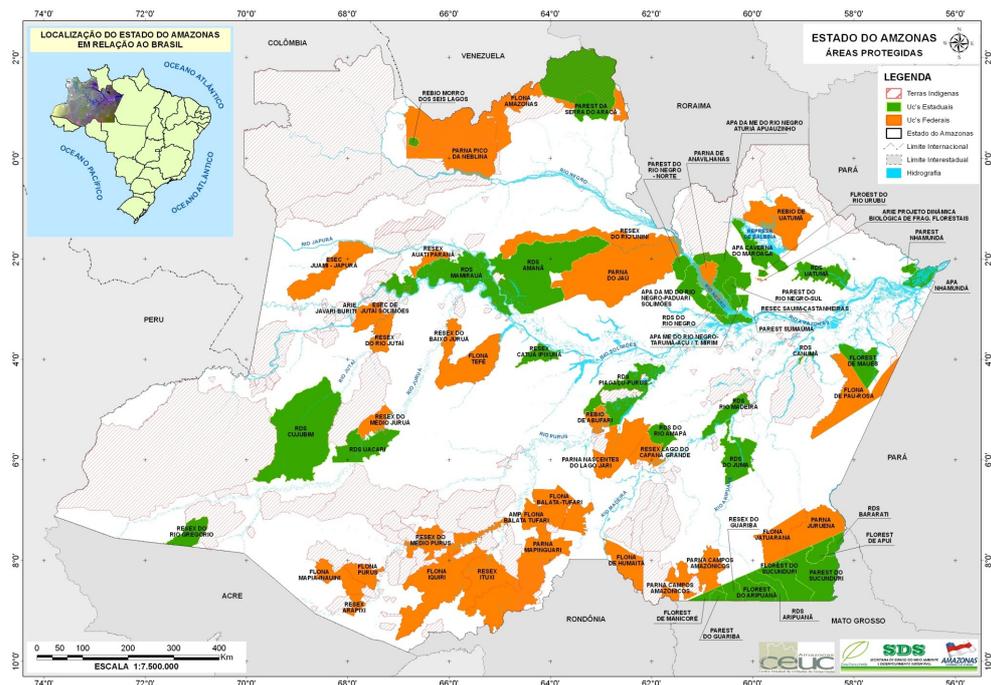


Figura 06: Mapa de Localização das Terras Indígenas, Unidades de Conservação estaduais e Federais no Amazonas (2010).
 FONTE: CEUC/SDS, 2010.

O SEUC, baseado no SNUC, estabelece que as Unidades de Conservação sejam divididas em dois grupos com características específicas:

Unidades de Proteção Integral: nesta primeira categoria encontram-se as Reservas Biológicas (Rebio), os Parques Estaduais (Parest) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Unidades de Uso Sustentável: nesta categoria encontram-se, representadas no SEUC, as Reservas Extrativistas (Resex), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), as Florestas Estaduais (FLORESTA), as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável (RPDS), os Rios Cênicos e a Estrada Parque, que reúne conceito de beleza cênica e uso público nestas duas novas categorias.

A criação de “áreas de preservação ambiental é prevista na legislação ambiental do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 1982), visando à conservação, proteção ou restauração das áreas de reconhecido interesse ecológico, científico, econômico, social e histórico” tem sido um importante mecanismo de proteção da biodiversidade e dos recursos naturais.

A política de criação de Unidades de Conservação está ancorada no Programa Zona Franca Verde. Este programa tem como missão “promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, a partir de sistema de produção florestal, pesqueira, agropecuária e atividades de turismo, feitas em bases ecologicamente saudáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, associados à gestão de unidades de conservação e à promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas”. (AMAZONAS, 2004).

Segundo informações dos gestores da Política Ambiental no Amazonas, nos últimos nove anos a criação das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas foi pautada obrigatoriamente, pelos estudos técnicos e de consulta pública, que permitem identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados e as categorias mais apropriadas para as Unidades, porém esses processos só foram desencadeados a partir da manifestação expressa pelas populações locais.

Contudo, o que se observa na prática é a criação de várias unidades de conservação de “cima para baixo”, sem a consulta prévia das comunidades, sendo estas comunicadas depois do decreto já assinado, demonstrando um profundo desrespeito com essas populações. Segundo a própria gestora da política ambiental, “tiveram UCs com 18 anos de criação e nunca foi dado passos para se criar a parte documental que é o Plano de Gestão, o qual dá um norte para as ações executadas dentro das UCs”. (Gestora da FLORESTA de Maués, 2011).

A Floresta Estadual é uma das seis categorias de unidades de conservação públicas que integram o grupo das unidades de uso sustentável. O objetivo básico de uma Floresta Estadual é a “o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (Lei 9.985/2000 que institui o SNUC e Lei Complementar 53/2007 que institui o SEUC). A criação de UC do tipo Floresta Estadual ocorreu ao longo dos anos de 2003, 2005 e 2009, sumarizando 8 Florestas no Amazonas (AMAZONAS, 2009), dentre as quais se destaca a FLORESTA de Maués, a primeira UC criada nesta categoria.

3.3. Comunidades Tradicionais: formas de adaptações e resistências

Desde o processo de colonização, foi difundida a ideologia que os povos que habitavam a Amazônia eram “selvagens” e “atrasados”. Tal visão, levou a cristalização de uma série de estereótipos que ainda hoje está presente no imaginário da sociedade moderna. Essa visão distorcida, por sua vez, é responsável pela exclusão das comunidades tradicionais do processo de elaboração de políticas públicas, especialmente daquelas que dizem respeito a sua existência.

Chaves (2001; 2011) explicita que as comunidades tradicionais que habitam a hinterlândia são vistas como inoperantes desprovidos de recursos (conhecimentos técnicos e competência política) para superar as situações adversas que enfrentam, mesmo aquelas que se vinculam às peculiaridades regionais.

Na mesma linha de pensamento, Teixeira (1998) explicita que o conjunto de estereótipos que recaem sobre a região como o do clima “inóspito”, do “isolamento”, do “vazio”, da ausência de *know-how*, são absorvidos pela população amazônica e conduzem à perda da auto-estima e do orgulho da identidade. Castro (1997) acrescenta que os preconceitos advindos do processo de colonização fazem com que a sociedade moderna veja as práticas tradicionais como improdutivas, quando na realidade, o seu rico saber é fruto de uma permanente observação e pesquisa dos recursos naturais.

Nesse sentido, entende-se que as comunidades tradicionais amazônicas, por habitarem a região a várias gerações e estabelecerem uma relação de sinergia com a natureza, devem ter direitos sobre seu uso e, por conseguinte, devem participar diretamente das políticas ambientais.

Contudo, até a década de 80 as comunidades tradicionais foram alijadas do processo de criação das UCs no Brasil. Conforme explicita Quaresma (2003), essas comunidades foram excluídas de áreas que habitavam ou cercaram-lhes as atividades que anteriormente lhes garantiam a reprodução social, impondo-lhes transformações

que inviabilizaram a continuidade do modo de vida tradicional e provocaram inúmeros embates entre seus membros e o Poder Público.

Conforme já foi abordado no Capítulo II, a política ambiental brasileira, com a criação de UCs, causou um grande impacto sobre o modo de vida de comunidades tradicionais, uma vez que se importou o modelo de PARNA americanos, nos quais a presença humana era incompatível, o que estabelecia uma dicotomia entre áreas protegidas e os seres humanos (DIEGUES, 2001). A inadequação da transposição desse modelo para a realidade brasileira fez com que as políticas ambientais passassem a ser questionadas, haja vista a existência de um número significativo de moradores que desempenhavam um papel importante na conservação dos recursos locais.

Além disso, a partir da década de 80, as comunidades tradicionais começaram a se organizar politicamente, questionando sua expulsão de áreas que pertenciam aos seus antepassados e que forneciam recursos naturais usados como principal fonte de reprodução social. Segundo Diegues (2001), essas resistências são fruto da reorganização da sociedade civil brasileira por meio dos seguintes elementos: 1) os movimentos sociais; 2) o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo e, 3) a emergência e proliferação de ONG no âmbito nacional e internacional; 4) o reconhecimento em âmbito internacional da importância dessas comunidades para a conservação ambiental.

Um exemplo desse reconhecimento internacional é o documento programático da UICN, PNUMA e WWF, no qual “povos indígenas” aparecem no capítulo intitulado “Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente”. Neste, as comunidades são caracterizadas como

[...] culturalmente diferentes, com direitos à terra e outros direitos baseados no uso e na ocupação histórica. Suas culturas, economias e identidades estão inextricavelmente ligadas às suas terras e recursos tradicionais. [...] Além disso, os índios

transmitem às suas comunidades nativas uma percepção deles próprios como uma continuidade inegável de seu passado e como uma extensão do mundo da natureza. (UICN, PNUMA & WWF, 1991, p. 67).

Esse mesmo documento aponta recomendações para o reconhecimento dessas comunidades: (i) “reconhecer os direitos aborígenes dos povos indígenas às suas terras e recursos”, incluindo a administração dos mesmos e a “participação efetiva na tomada de decisões que afetem seus recursos e terras”; (ii) “assegurar que o prazo, o ritmo e a forma de desenvolvimento minimizem os impactos danosos ao meio ambiente, sociedade ou cultura dos povos indígenas, e que estes tenham uma parcela equitativa dos lucros”; e (iii) assegurar a cooperação da parte de legisladores, planejadores, cientistas e administradores, para com os povos indígenas, “num esforço conjunto para a administração de recursos e desenvolvimento econômico”.

Este documento trouxe vários avanços políticos para o reconhecimento das comunidades indígenas, uma vez que considerou a cultura indígena como um elemento importante para conservação ambiental e participação dessas agentes sociais na tomada de decisões. Tal entendimento norteou várias análises e políticas públicas até a década de 90. Contudo, até a referida década esse reconhecimento se restringia aos povos indígenas, e somente a partir dos anos 2000 essa discussão se ampliou para as comunidades tradicionais não indígenas e ganhou legitimidade no Brasil a partir do Decreto n. 6040, de 07 de fevereiro de 2007, o qual instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais a qual no Art 3 define:

Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica,

utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Tendo por base essa assertiva, reafirma-se o entendimento que os ribeirinhos contituem comunidades tradicionais, uma vez que o próprio movimento dos ribeirinhos se auto-reconhece desta forma, caracterizando um processo de empoderamento, tendo em vista que possuem uma relação particular com a natureza, traduzida num corpo de saberes técnicos e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam.

A emergência do movimento deste segmento ocorreu em cocomitância com vários movimentos sociais com a bandeira socioambiental, não por acaso mas como resultado de uma articulação que resultou em uma aliança de forças, a qual propiciou uma visibilidade nacional e internacional, dentre os principais movimentos sociais que surgiram nesta década destacam-se: o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), os Movimentos dos Pescadores Artesanais (Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Movimento dos Pescadores do Pará – MOPEPA e Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas - MOPEBAM), Movimento de Ribeirinhos e os Movimentos Indígenas.

Dentre os movimentos sociais que surgiram nesse período, destaca-se como expoente o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), que ainda na década de 80 iniciou a luta por reservas extrativistas como forma mais adequada de garantir para a Amazônia uma atividade econômica que respeite a floresta e não expulse sua população (seringueiros, coletores de castanhas, indígenas, ribeirinhos).

O CNS tornou-se um agente relevante através da liderança de Chico Mendes, um dos primeiros dirigentes a fazer a denúncia sobre a situação de pobreza da população amazônica e a violência dos fazendeiros, propondo soluções alternativas de

manejo florestal sustentável. A capacidade de articulação e de resistência cultural e política dos seringueiros na defesa da permanência dos seringais nativos tornou-se um marco na história dos movimentos sociais associados ao meio ambiente. Após o assassinato de Chico Mendes em 22 de dezembro 1988 em Xapuri no Acre as propostas de reservas extrativistas ganham repercussão internacional. Face à repercussão deste ato de barbárie cometido contra os seringueiros, ainda em 1989 o governo elaborou um decreto de criação da primeira reserva extrativista no Acre.

Segundo Almeida (2008), a partir da atuação desses movimentos sociais houve um redirecionamento e em alguns casos a ruptura com as formas de pensamentos vigentes sobre a região, até então tratada apenas como um quadro natural, depositária de paisagens exuberantes e espécies de animais exóticos.

Esta nova forma de ver a Amazônia, segundo Almeida (2008), trouxe em seu bojo a percepção de que os ecossistemas amazônicos são constituídos também por relações sociais e está prenhe de antagonismos, como um campo de lutas em torno do controle do patrimônio genético, do uso de tecnologias e das formas de conhecimento e de apropriação dos recursos naturais, levando a uma politização do saber sobre a natureza e por extensão a uma politização da própria natureza.

Desta forma, de acordo com Almeida (2008), a questão ambiental na Amazônia passou a ser tratada não mais como uma questão sem sujeitos, mas como uma construção coletiva vinculada ao advento dos vários movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu, pescadores, entre outros. À medida que as disputas por territórios e pelo uso dos recursos naturais foram aguçando-se, a atuação e abrangência desses movimentos sociais foram paulatinamente ganhando corpo, redesenhando a sociedade civil na

Amazônia e impondo seu reconhecimento aos centros de poder, principalmente no Estado do Amazonas.

Assim, observa-se empiricamente que cada vez mais, essas comunidades tradicionais buscam participar das decisões que envolvem seus interesses, bem como criar canais de comunicação com o Poder Público. A esse respeito a gestora da Floresta de Maués explicita que:

[...] até pouco tempo não existia a participação da população, do ribeirinho, tudo vinha de cima para baixo, hoje não, já existe esse diálogo com a população ribeirinho, deles falarem o que eles querem e de ter esse entendimento do que realmente essa política ambiental, qual a diferença que isso vai fazer na vida deles e o quê que eles tem que fazer para que essa política funcione.

Nesse sentido, é evidenciado pela gestora, no contexto contemporâneo, a existência de um diálogo entre gestores da política ambiental e comunidades tradicionais ribeirinhas que até pouco tempo não existia, observa-se também na referida citação uma crescente tomada de consciência e participação no processo de elaboração e implementação de políticas ambientais, o que tem aumentado o poder de barganha junto ao Estado.

A utilização do conceito de comunidades tradicionais, justifica-se tendo em vista que o mesmo oferece um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis utilizados por variados grupos sociais.

A incorporação do conceito em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a Constituição de 1988 e diversas Leis, reflete essa sua atual dimensão política. Nesse sentido, acredita-se que são razões suficientes para utilizar o conceito dentro das Ciências Sociais Aplicadas.

O conceito de comunidade tem sido muito debatido nas Ciências Sociais, o qual juntamente com o conceito de sociedade constituem as unidades mais complexas na sociologia. Elas congregam agentes sociais, combinando e absorvendo instituições, grupos e diferentes segmentos. Weber (1994), ao analisar o conceito de ação social, analisa detidamente os significados de “relação social”. O autor explica como uma relação social denomina-se “relação comunitária” e quando se denomina “relação associativa”.

Uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo.

Uma relação denomina-se “relação associativa” quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referencia a valores ou fins). A relação associativa, como no caso típico, pode repousar especialmente (mas não unicamente num acordo racional, por declaração recíproca. Então a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença do compromisso próprio; b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da outra parte. (WEBER, 1994, p. 25).

Esta afirmação de Weber endossa a característica inerente a toda relação social que é a tensão entre valores e idéias opostos que se cruzam e dão a base para a constituição do *ethos e da visão de mundo* de determinado grupo social.

Tonnies (1947) formulou uma teoria que distinguia dois tipos de relações ou dicotomias sociais, quais sejam: *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* – frequentemente traduzidas como comunidade e sociedade. Para Tonnies *Gemeinschaft*, seria a sociedade pré-capitalista¹¹, a qual seria homogênea com conformidade social como norma, e teriam relacionamento local, coeso, duradouro, íntimo e face a face. Por outro lado,

¹¹ Neste trabalho, pensa-se a comunidade de modo diferentes de Tonnies. Conforme o autor, as comunidades são formas de relações sociais pré-capitalistas, que tenderiam inevitavelmente a desaparecerem, tragadas pela sociedade capitalista. Contudo, parte-se do entendimento que as comunidades tradicionais na Amazônia, contitui-se como relações sociais não capitalistas, haja vista que, se observa, de modo empírico na Amazônia, a resistência sócio-cultural dessas comunidades tradicionais.

Gesellschaft, seria a sociedade industrial urbana, a qual se refere a larga escala, impessoal e de prudentes relações, que tendem a serem fracas e baseadas na não-afinidade. As dicotomias da relação social são tipos ideais e Tönnies sugeriu que ambas podem coexistir nas áreas urbanas e rurais. Entretanto, *Gemeinschaft*, foi mais aceita em relação às áreas rurais.

Nesse sentido, para Tönnies (1947), a comunidade é diferente da sociedade. O que essencialmente caracteriza a comunidade é a "vida real e orgânica" que liga os seres humanos fazendo-os se afirmarem reciprocamente. As relações que se estabelecem são pautadas pelos graus de parentesco, vizinhança e amizade. "Tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto, será entendido como a vida em comunidade." (1947, p. 35).

Gusfield (1975), ao analisar o conceito de comunidade, distinguiu dois usos principais, os quais podem ser assim descritos: a) uso no sentido territorial e b) uso no sentido relacional. O autor focaliza pontos de qualidade ou de caráter dos relacionamentos sociais, sem referência à localização. Estas noções são melhor compreendidas, segundo Gusfield, quando vistas como elas são de fato usadas, através de sua história social.

Gusfield (1975) escolhe para sua ênfase o uso relacional de comunidade. Para ele trata-se de um instrumento analítico básico para análise das mudanças sociais em sociedades ocidentais e nas "novas nações". Tendo por base os objetivos do estudo, toma-se como referência os estudos de Gusfield por entender que este autor fornece a melhor ferramenta analítica para se analisar uma comunidade tradicional ribeirinha.

Neste sentido, tendo por base os autores supracitados, parte-se do entendimento que as comunidades tradicionais na Amazônia possuem "um modelo particular de gestão dos recursos naturais e de organização social" (CHAVES, 2001, p. 77), assim

sendo a comunidade se constitui “num espaço de construção de identidades sociais, de projetos comuns, mas também de manifestação da diversidade” (CHAVES, 2001, p. 77). Portanto, a comunidade é o espaço aonde se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos, bem como formas de gestão apropriadas dos recursos locais o que evidencia o importante papel da cultura.

A discussão sobre cultura possui uma centralidade nos estudos antropológicos. Tal assunto tem se mostrado inesgotável uma vez que tem sido alvo constante de estudos científicos nos últimos 100 anos, razão esta que justifica as inúmeras bibliografias que visam aprofundar o conceito. Segundo Laraia (1999), o conceito de cultura foi definido primeiramente por Edward Tylor no final do século XVIII, o qual o autor se utilizou do vocábulo germânico *Kultur* (utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade) e a palavra francesa *Civilization* (referia-se às realizações materiais de um povo) para sintetizar o vocábulo inglês *Culture*, que “tomado em um amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1971 *apud* LARAIA, 1999, p. 25). Laraia (1999) explicita ainda que a definição de cultura formulada por Tylor abrangeu em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos.

Boas (1896 *apud* LARAIA, 1999) acresceu um elemento importante para a ampliação do conceito de cultura que são as *investigações históricas*, em conformidade com este autor, cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrenta. Nesse sentido, Laraia (1999, p. 46) explicita que

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado.
Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que

reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e invenções. Estas não são, pois, o produto de uma ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.

Clifford Geertz (1989) analisa a cultura como sistemas simbólicos, a qual considera não como um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (que os técnicos de computadores chamam de programas) para governar o comportamento. Assim para Geertz (1989), todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura. Tal afirmativa permitiu ao autor a constatação de que todo ser humano nasce com um equipamento para viver mil vidas, mas termina vivendo apenas uma só.

Nesse sentido, para Geertz (1989), o homem pode ser visto e entendido como ser simbólico, desse modo o comportamento humano também aparece como ação simbólica. Para o autor, os códigos peculiares e específicos que regem as ações de determinados grupos e/ou comunidades, as interpretações e leituras da natureza desenvolvidas por estas populações, podem não ser decifráveis por outros grupos ou pela própria sociedade em geral, daí a necessidade da busca do significado, da explicação ou da compreensão, de determinadas expressões sociais a princípio enigmáticas em sua superfície. Na mesma linha de pensamento Ruth Benedict (*apud* LARAIA, 1999) contribui com discussão afirmando que a cultura é comparada a uma lente através da qual o homem pode vê o mundo. Para a autora, homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, tem visões desencontradas das coisas.

Assim, tendo por base a discussão dos autores, parte-se do entendimento de que o modo de vê o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, as diferentes

relações sociais e mesmo posturas comportamentais e corporais são produto de um patrimônio cultural resultado da operação de uma determinada cultura. Nesse sentido, entende-se a necessidade de se analisar a cultura das comunidades tradicionais da Amazônia, tendo em vista que estas possuem um sistema cultural que não dissocia o homem da natureza, o que permitem o manejo do ambiente sem a degradação dos recursos naturais, possibilitando uma gestão sustentável dos recursos naturais a partir do *etnoconhecimento*.

No que concerne a cultura das comunidades amazônicas, Morán (1990 *apud* CHAVES, 2001) afirma que esta representa a síntese dos conhecimentos produzidos e assimilados pela sociedade sobre o meio em que vive, sendo esta mediatizada pela relação dos homens entre si, bem como por suas inter-relações com a natureza. Neste caso, as relações homem-natureza encontram-se mediadas pela cultura.

Para compreender as formas de uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais, interessa não só conhecer as classificações e as taxonomias que refletem o saber florístico e faunístico, mas todo um sistema de crenças e saberes, de mitos e ritos, que conformam o modo de vida a partir da percepção e aproveitamento dos recursos, pois estas formas de significação estão intimamente relacionadas com a organização cultural. Sobre a importância da cultura dos povos tradicionais para a conservação da biodiversidade Posey argumenta que:

[...] os povos tradicionais (índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas etc) possuem vasta experiência na utilização e conservação da diversidade biológica e ecológica, que está atualmente sendo destruída [...]. Os povos tradicionais, em geral, afirmam que, para eles, a 'natureza' não é somente um inventário de recursos naturais, mas representa as forças espirituais e cósmicas que fazem da vida o que ela é. (POSEY, p. 149-150).

Segundo Leff (2000), estas *prática autóctones* de manejo dos recursos continuam reproduzindo-se em diferentes espaços étnicos e geográficos como verdadeiras estratégias de sobrevivência cultural e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, no ambiente das comunidades tradicionais pode-se identificar o forte componente cultural, onde os homens constroem suas representações simbólicas, seus mapas cognitivos que orientam suas ações. Tais representações se constituem enquanto meios pelos quais os homens, no estabelecimento de suas relações, reinventam seu mundo, reforçam ou transformam os mundos de seus antepassados. (GEERTZ, 1989). Tendo em vista o objetivo do estudo, a discussão será afunilada para as comunidades tradicionais ribeirinhas.

3.4. Comunidades Tradicionais Ribeirinhas: saberes e habilidades

A Amazônia é ocupada por uma diversidade de grupos étnicos e por populações tradicionais, historicamente constituídas a partir dos vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias. Tal intercâmbio possibilitou uma herança que se revela nas mais diferentes manifestações socioculturais expressas pelo homem amazônico na vida cotidiana, quais sejam: as relações de trabalho, a educação, a religião, as lendas, os hábitos alimentares e familiares.

Dentre os principais agentes sociais que compõe o mosaico amazônico destacam-se os povos indígenas, as populações ribeirinhas, pescadores, extrativistas, quilombolas, migrantes, entre outras. Segundo Chaves (2011), cada um destes segmentos é constituído por uma identidade sociocultural e política própria, cuja modalidade de sobrevivência e relações político-organizativas estão relacionadas:

- a) a origem étnica por meio da adoção e adaptação de saberes e técnicas de acordo com suas necessidades;
- b) ao padrão complexo de organização da produção e de gestão dos recursos naturais;
- c) a luta pela garantia de sobrevivência e acesso a bens e serviços sociais;
- d) as atividades exercidas, como: agricultura, caça, pesca, coleta e extração, desempenhadas de acordo com suas necessidades e recursos naturais disponíveis.

Neste sentido, considera-se que *modus vivendi* e a organização política das comunidades tradicionais ribeirinhas são marcadas e orientadas por uma identidade pautada nos valores socioculturais e na dinâmica sócio-histórica da região Amazônica.

Na base dos conhecimentos das comunidades tradicionais, predominam os saberes herdados das populações indígenas que habitam a região desde momentos que antecedem ao processo de colonização. A influência destes outros povos, principalmente a portuguesa, fez surgir à cultura regional dos caboclos amazônicos. (MORÁN, 1990 *apud* CHAVES, 2001).

De acordo com Morán (1974), a cultura cabocla¹² iniciou-se com a chegada dos portugueses (1500 a 1850), seguida por uma fase de aculturação e uma economia extrativista baseada no extrativismo da borracha (1850 a 1970). O estudo de Morán (*idem*) evidencia que o caboclo pode ser o ribeirinho, o coletor de seringa ou de castanha, horticultor, canoeiro e pescador, normalmente subsistindo de várias ou algumas dessas atividades.

¹² Expressão que vem do tupi (*kari bora*), na sociedade moderna designa de forma pejorativa as populações que habitam na área rural da Amazônia, tais como: índio bravo, mestiço de índio, matuto, indolente, pessoa desconfiada ou traçoieira. Nesse sentido, neste trabalho não será utilizada nomenclatura caboclo para designar as populações ribeirinhas.

Chaves (2001) afirmar que os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia, a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a natureza. Desde a relação com a água, seus sistemas classificatórios da fauna e flora formam um extenso patrimônio cultural. Para a referida autora, os agentes sociais identificados como ribeirinhos.

[...] vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea¹³, nos barrancos, os saberes sócio-históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas, concorrem para a determinação da identidade sócio-cultural desses atores. (p. 78)

Assim, as comunidades tradicionais ribeirinhas são o *locus* onde os ribeirinhos estabelecem as relações sociais, em que o rio possui um significado muito grande para as mesmas, configurando-se como complemento de suas vidas, ou até mesmo suas próprias vidas, como descreve Masulo (1998, p. 04)

[...] Rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas, o ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem.

O rio influencia, inclusive, a própria construção das casas do ribeirinho, uma vez que são sempre construídas de frente para o rio, as quais podem ser vistas pelas grandes embarcações que navegam os rios amazônicos, evidenciando que o rio possui um alto poder simbólico para ribeirinhos.

¹³ Terras anualmente alagáveis, fato que proporciona o enriquecimento nutricional do solo.

As comunidades ribeirinhas apresentam, ainda, um modo particular de vida em vários aspectos, tais como: uso do território, uso e manejo coletivo dos recursos locais, orientados por seus saberes e em bases comunicativas e cooperativas; no estabelecimento das relações sociais de trabalho, bem como nas relações de compadrio e parentesco. No contexto Amazônico, estes aspectos assumem singularidades regionais próprias (CHAVES, 2001).

Estas comunidades são detentoras de amplo saber sobre o ambiente amazônico e suas diversas formas de uso e manejo. Assim, compreende-se que as comunidades ribeirinhas se apropriam dos recursos florestais, baseado na reciprocidade com a natureza, percebendo o tempo ecológico dos recursos naturais para organizar o trabalho na heterogeneidade das diversas formas de utilização dos recursos naturais, tais como agricultura, criações de pequenos animais, extrativismo animal (pesca e caça) e extrativismo vegetal (madeireiro e não-madeireiro). (SILVA, 2007, apud FREXE, 2009).

Em relação ao uso comunitário da terra, Almeida (1989) enfatiza que as comunidades tradicionais na Amazônia frequentemente ignoram a estrutura agrária brasileira e usam a terra de forma coletiva, nas quais o controle dos recursos básicos não é realizado individualmente por um determinado grupo doméstico ou pequenos produtores, mas coletivamente. Tal controle ocorre através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira concensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõe uma comunidade. Segundo o autor, tanto podem expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas relativas transitórias intrínsecas às regiões ocupadas recentemente.

O aludido autor afirma que atualização destas normas ocorre em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas. Conforme o autor,

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existente. De maneira genérica estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas limdeiras sob aceção corrente de *terra comum*. (ALMEIDA, 1989, p. 163).

Almeida (1989) explicita que neste sistema de uso comum da terra possuem também regras de apropriação privada, como a casa e o quintal com seus jirais que pertecem individualmente a cada grupo familiar, do mesmo modo que o produto da colheita e os demais frutos do roçado.

Vale ressaltar que as comunidades tradicionais ribeirinhas não estão isoladas no tempo e espaço, distanciadas uma das outras, elas estabelecem conexões e vínculos entre si. As sociedades urbanas, por exemplo, necessitam da produção agrícola e extrativista da vida rural para sobreviver, em contrapartida as comunidades tradicionais precisam estabelecer trocas com a sociedade urbano-industrial para adquirirem acesso a bens e serviços que garantam sua reprodução social.

No que tange ao elemento religioso, conforma Fraxe (2009), nas comunidades tradicionais apresentam uma rica variedade de mitos, concepções, crenças e práticas, considerando a influência religiosa indígena, afriicana e portuguesa. Segundo a autora, nas comunidades tradicionais os santos populares católicos assumem uma importância significativa para a determinação da vida cotidiana nessas comunidades, uma vez que esses santos são aqueles de quem se obtêm os “milagres” e “graças” por meio de promessas. Por outro lado, a referida autora acrescenta que no contexto amazônico, há uma efetiva ascensão da religião evangélica presente em muitas comunidades, o que tem enfraquecido as igrejas católicas na região e causado vários conflitos e divisões no âmbito comunitário.

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de trabalho dos ribeirinhos, Chaves (2001) ressalta que estas se fundamentam no desenvolvimento de técnicas simples e apropriadas ao atendimento de suas necessidades prioritárias, ao mesmo tempo em que observam o ritmo da natureza. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: o acesso aos recursos pesqueiros e a produção agrícola para subsistência.

A pesca é uma prática que vem sendo desenvolvida por séculos na Amazônia, primeiramente pelos indígenas e logo após pelos ribeirinhos, todavia sempre tomando como referência os hábitos da pesca indígena, aprimorando os utensílios e adequando-os às suas necessidades de maior produção por tempo disponível à atividade. Dentre os utensílios utilizados na pesca, destacam-se: o arco e flecha, a zagaia e arpão (haste) e a malhadeira. (NODA *et al*, 2001)

De acordo com Noda (2001), a pesca tem grande representatividade, principalmente, porque o peixe é a principal fonte de proteína das famílias ribeirinhas. A prática da pesca é intensa, e é executada nos lagos, igapós, igarapés e rios, sendo utilizados como meios de transporte, normalmente, a canoa movida a remo e/ou motor de rabeta. Executada, quando para o consumo, pelos adultos e jovens do sexo masculino e pelas crianças, como mecanismo de liberação dos outros membros da família para outras atividades e como processo educativo sobre o manejo do ambiente aquático.

Conforme a autora, a pesca é praticada tanto na cheia como na vazante dos rios, ao passo que a caça é mais importante na composição alimentar das famílias produtoras na época da cheia.

No que se refere à produção agrícola, o cultivo de mandioca é a mais comum. As cultivares venenosas são denominadas mandiocas e as não venenosas macaxeira, ambas da espécie *Manibot esculenta Crantz*. A mandioca é o componente básico do

sistema de produção agrícola na Amazônia quer seja em regiões de terra-firme ou em regiões de várzea, devido a sua dupla finalidade: subsistência e comercialização. O pequeno produtor transforma quase toda a sua produção de raízes da mandioca, rica em amido, em farinha utilizando-se de processos inteiramente artesanais. (NODA *et al*, 2001)

Ainda com relação à produção, Fraxe (2004) argumenta que esta é efetivada através dos ciclos mercadoria-mercadoria e mercadoria-dinheiro-mercadoria. Trata-se basicamente de dois tipos de transação: relação não monetarizadas (mercadoria-mercadoria) e a relação que ocorre entre a troca de um valor de uso pela moeda, para se adquirir outro valor de uso (mercadoria-dinheiro-mercadoria). Nesse sentido, embora se verifique a presença do dinheiro, a troca se caracteriza por uma economia mercantil de troca simples, bem diferente da sociedade capitalista, a qual visa o lucro.

Neste sentido, as modalidades de organização sócio-cultural das comunidades na Amazônia, em suas singularidades, criam mecanismos e práticas que objetivam a construção coletiva de alternativas e soluções para atender suas necessidades básicas, tendo como fundamento os conhecimentos tradicionais, sobretudo de base indígena (CHAVES, 2001).

Em relação à organização política, Barroso (2010), explicita que as formas de organização das comunidades tradicionais denotam a existência de identidades políticas diferenciadas que, por sua vez, produzem condições propícias para os mais diversos processos sociais, dentre os quais se destacam as ações comunitárias como meio para a organização sociopolítica. No que diz respeito às estratégias utilizadas para a organização, a referida autora destaca: a solidariedade interna aos grupos, as alianças políticas com interlocutores externos, as reivindicações feitas nas manifestações públicas e nas campanhas, segundo o grau de politização e conscientização do grupo

social. De certa forma, pode-se afirmar que a principal finalidade da organização sociopolítica destes grupos está na busca pela conquista de seus direitos e na constituição de meios para atendimento das necessidades básicas de seus protagonistas.

Em consonância com Chaves, (2011), no âmbito comunitário é possível identificar algumas configurações que marcam a associação entre organização política e produtiva, são elas:

- a) as associações comunitárias que adotam como referência organizacional as representações e representatividade que os atores possuem para formar seus quadros;
- b) os *mutirões* nos quais o trabalho é compartilhado por todos os membros da comunidade e se constituem como serviços para coletividade, para melhoria de bens e/ou prestação de serviços comunitários;
- c) os *ajuris* são modalidades de organização do trabalho realizadas pelos comunitários de maneira coletiva, cujos resultados são partilhados pelos participantes da atividade;
- d) os *puxiruns* são atividades desenvolvidas em grupos para troca de serviços, na qual todos se reúnem para beneficiar um membro, que em momento posterior presta serviço equivalente àqueles que o ajudaram.

Dessa forma, as comunidades tradicionais têm sua reprodução social e física garantida a partir do manejo dos recursos locais, desenvolvendo estratégias de organização comunitária para superar as dificuldades decorrentes da carência de bens e serviços sociais, o que se configura como uma potencialidade dessas comunidades. Tais estratégias se estabelecem por meio de solidariedade e ajuda mútua entre os comunitários, práticas alicerçadas em conhecimentos tradicionais que possibilitam superar a doença por intermédio do uso de plantas medicinais, a ausência de um médico

por uma parteira, a falta de um equipamento para fazer farinha através da construção coletiva de uma casa de farinha comunitária e muitas outras.

Nesse sentido, compreende-se que as comunidades tradicionais, podem colaborar significativamente para a elaboração de políticas ambientais que sejam compatíveis com realidade amazônica, haja vista a importância do conhecimento tradicional produzido e transmitido oralmente, os quais contribuem para uma gestão sustentável dos recursos naturais. A partir desse entendimento será analisado no próximo capítulo o processo de constituição e ordenamento da Floresta Estadual de Maués.

CAPÍTULO IV

COMUNIDADE VILA DARCY: PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E ORDENAMENTO DA FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS

Introdução

Neste capítulo buscar-se-á, tendo como alicerce o arcabouço teórico apresentado nos capítulos anteriores, analisar os elementos socioculturais e a participação política das comunidades tradicionais ribeirinhas no processo de implantação de uma UC. Assim, na discussão buscar-se-á apresentar o processo de constituição e ordenamento da FLORESTA de Maués, e seus rebatimentos no *modus vivendi* na comunidade ribeirinha Vila Darcy, na qual serão analisadas as transformações socioculturais e participação social no processo de implantação dessa UC.

Para efetuar uma exposição didática do capítulo o mesmo está subdividido em 4 partes, quais sejam: na primeira será apresentada uma breve caracterização do município de Maués, para subsidiar a análise do *locus* de pesquisa, a comunidade ribeirinha Vila Darcy. No segundo ponto será abordado o processo de constituição e implementação da FLORESTA, em seguida será apresentada a caracterização sociocultural e organização política da comunidade Vila Darcy e, por fim, será

apresentada a análise das transformações que incidiram sobre o *modus vivendi* da comunidade Vila Darcy no processo de implementação da FLORESTA.

4.1. Caracterização histórica e sociocultural de Maués

Segundo Uggé (1994), o município de Maués até a metade do século XVIII era denominado região da mundurucânia, neste mesmo século esta região foi visitada pela primeira vez, pelos colonizadores em busca de drogas do sertão. Antes da chegada dos colonizadores esta região era habitada por povos indígenas Mundurucus e Saterê-Mawé. Estes foram atraídos ao convívio social dos brancos pela política de colonização do governador da Capitania do Rio Negro e Grão Pará, Lobo D'Almada, com o fim de promover o rápido desenvolvimento da região.

Conforme o aludido autor, no ano de 1798, foram fundados vários povoados, tais como: Canuama, Juriti e Luséa. No lugar onde foi fundado o povoado de Luséa, à margem direita do rio Maués-Açú, existia uma aldeia mundurucu denominada Uiacituba, cujo significado é terra grande, terra fértil. Tal povoado originou o atual município de Maués, cujo fundadores denominam-se Luís Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto, ambos portugueses.

Em 25 de junho de 1833, o governador do Pará, substituindo a Comarca do Rio Negro pela Alto Amazonas, elevou Luséa à categoria de Vila, termo judiciário de freguesia, sob a denominação de Nossa Senhora da Conceição de Luséa. No dia 5 de setembro de 1850, o Amazonas foi elevado a categoria de Província, e, Luséa era um dos quatro municípios existentes, porém, desmembrada, pela Lei nº 02 de 15 de

outubro de 1952, dando origem ao município de Vila Bela da Imperatriz, atual Parintins. (CERQUA, 1980)

No ano seguinte, segundo Uggé (1994), a Vila de Luséa passou a ser denominada Vila de Maués e foi elevada à categoria de cidade, com o nome de São Marcos de Mundurucami. Em 11 de setembro de 1865, a Vila de Maués mudou o nome outra vez e passou a ser denominada Vila Conceição. Após a proclamação da República, o governo provisório do Amazonas dissolveu a Câmara Municipal da Vila de Maués e, somente em 1895, a Vila de Maués foi elevado à categoria de Comarca e, posteriormente, em maio de 1896, à cidade.

O nome Maués foi dado em homenagem aos povos indígenas que habitaram a localidade. O nome Maués é originário de dois vocábulos da língua tupi, quais sejam: Máu – adjetivo que se traduz por curioso, inteligente, abelhudo; e Uêu – ave trepadora, da casta dos papagaios. Com estas palavras formou-se o termo Mau-uêu, Mauuêu, que se contraiu em Mauê ou Maué, nome usado para designar a nação indígena que habitava a região e quer dizer papagaio curioso e inteligente. O S final da palavra, não pertence à língua, e, é apenas a característica do plural, no português, referindo-se ao número de índios Maués. Nesse sentido, o nome da cidade Maués traduz-se como cidade dos papagaios inteligentes, ou melhor, cidade dos papagaios faladores. (UGGÉ, 1994)

Quanto à delimitação geográfica, o município de Maués está localizado na 8ª sub-região do Médio Amazonas, possui uma área de 40.163,8 Km² correspondentes a 2,5% do Estado, situando-se a 3° 32' 44" de latitude sul e a 57° 4 r 30" de longitude a oeste de Greenwich. A sede do município dista 267 Km da capital em linha reta, ou 356 Km por via fluvial. O tempo de deslocamento, via transporte fluvial, de Manaus para a sede do município de Maués, é de aproximadamente 18 horas.

O município de Maués é constituído pelos distritos de Maués, Osório da Fonseca e Repartimento, limita-se: ao norte com os municípios de Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Itacoatiara; ao sul com o município de Apuí; a leste com o Estado do Pará; a oeste com os município de Borba e Nova Olinda do Norte. (Cf. Figura 07)

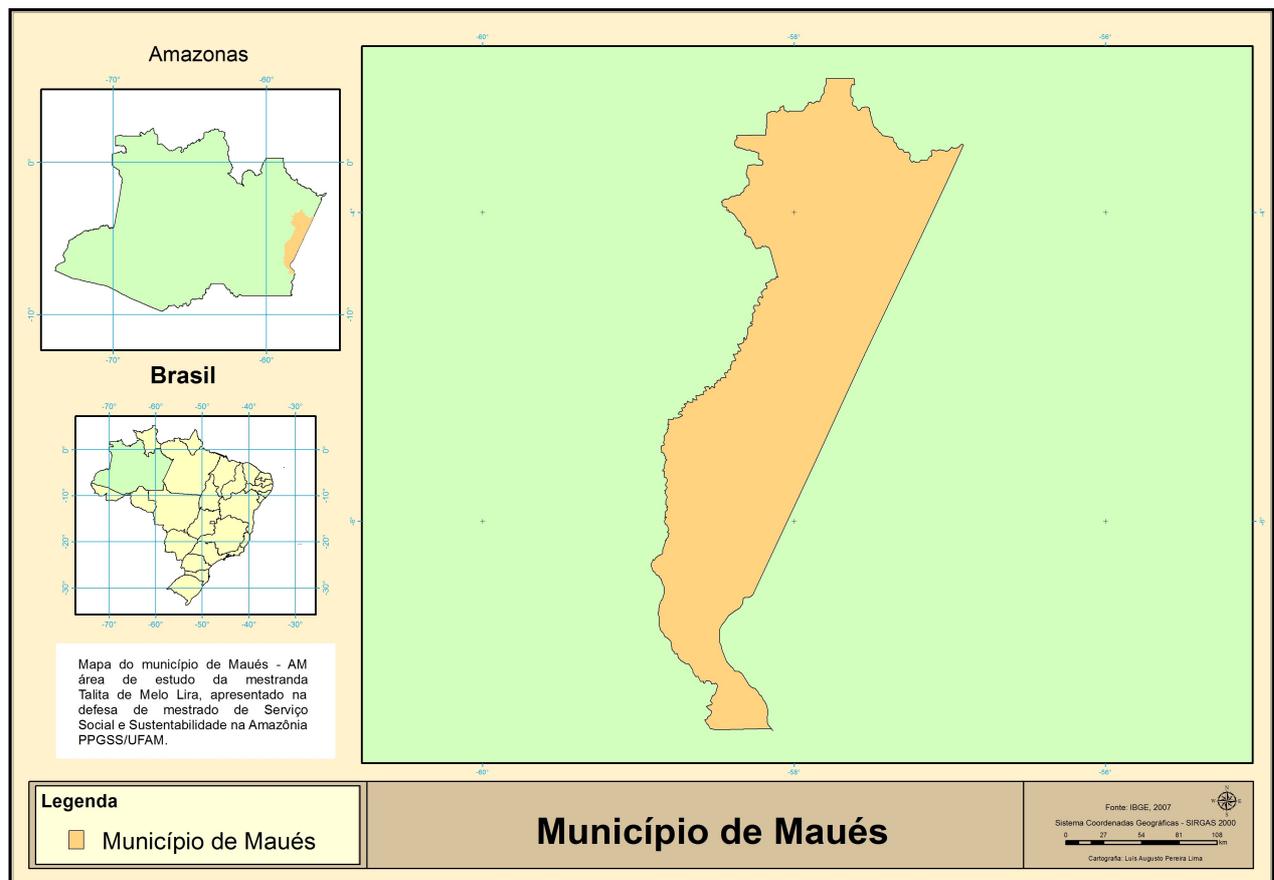


Figura 07. Mapa do município de Maués.
FONTE: Pesquisadora/2011.

De acordo com o Censo do IBGE (2006), Maués possui uma população total de 46.873, com 60% dos habitantes concentram-se na zona urbana e 40 % na zona rural, distribuídos em 165 comunidades rurais.

Infra-estrutura de Bens e Serviços Sociais

O atendimento das necessidades básicas dos cidadãos pelo Estado tem sido objeto de reflexões e crítica por diversos estudiosos de políticas públicas. Conforme explicita Pereira (2002), o Brasil apresenta um panorama inconciliável no que tange ao acesso a bens e serviços sociais pelos segmentos empobrecidos da sociedade, tendo em vista que não se define o parâmetro a respeito dos mínimos necessários que o Estado deve prover aos seus cidadãos e o que se pode considerar necessidades básicas a serem atendidas. Entende-se por bens e serviços sociais: saneamento básico, energia elétrica, transportes, saúde, educação, entre outros.

Nesse sentido, neste item será apresentado os principais Bens e Serviços Sociais disponíveis no município de Maués.

No que diz respeito ao saneamento, as principais atividades do saneamento são o abastecimento de água, sistema de esgoto, coleta, remoção e destinação final do lixo, drenagem de águas pluvias, controle de poluição ambiental, entre outros. Em relação ao abastecimento de água, este é realizado pelo órgão denominado Serviços Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), cobrindo 95% dos domicílios urbanos. Todavia, nas comunidades rurais, o abastecimento de água tratada e saneamento básico é inexistente. Nesse sentido, em decorrência da ausência de tais serviços ocorre a proliferação de várias doenças entre os comunitários.

Quanto à energia elétrica, o fornecimento de energia elétrica no município está sob a responsabilidade da Companhia Energética do Amazonas (CEAM), a qual

mantém uma usina a diesel com 5 grupos geradores na sede do município, o qual atende aproximadamente 60% dos domicílios urbanos, e nas comunidades rurais 80% possuem grupo gerador doados pelo poder público. Todavia, não há uma continuidade do serviço oferecido para comunidade, tendo em vista alguns fatores: 1) não são feitas as devidas manutenções técnicas nos motores; 2) a CEAM não subsidia o diesel para as comunidades, ficando este a cargo dos próprios comunitários comprarem; 3) quando algum motor é danificado há uma demora muito grande para concertá-lo, ficando este inutilizado por meses e até mesmo anos.

No que concerne a saúde, de acordo com o censo do IBGE (2007), Maués conta com uma Secretaria Municipal de Saúde, a qual gerencia o Sistema Único de Saúde (SUS), prestando atendimento através da Unidade Mista de Maués. O município possui 05 estabelecimentos públicos de saúde, sendo 01 hospital com 58 leitos e 04 postos de saúde, 40 postos rurais de saúde, bem como uma equipe de profissionais composta por 31 médicos, sendo 09 odontólogos, 10 enfermeiros, 61 auxiliar de enfermagem e 92 profissionais de nível técnico/auxiliar. A Fundação Nacional de Saúde presta atendimento básico de saúde, combate à malária, controle do saneamento básico, rede de abastecimento de água, através de poços artesianos nas áreas rural e urbana; o atendimento à população indígena fica a cargo do Departamento de Saúde Indígena (DSI).

É importante destacar que este sistema de saúde não abrange, de modo efetivo, as comunidades ribeirinhas em decorrência da insuficiência de bens e serviços disponíveis (medicamentos, equipamentos, profissionais de saúde, entre outros) com a demanda apresentada pela população local, assim como a dificuldade de deslocamento dos comunitários devido à falta de recurso financeiro e de meios de transportes.

No que tange a educação, conforme o censo do IBGE (2007), o município possui 216 escolas, incluindo as escolas localizadas nas comunidades rurais, assim distribuídas:

- a) No Pré-Escolar, há 78 escolas municipais, compostas por 104 professores e 484 alunos matriculados.
- b) No Ensino Fundamental, o município possui 177 escolas, com 14.158 alunos matriculados, sendo 8 escolas estaduais, compostas por 125 professores e 3.733 alunos matriculados, e 169 escolas municipais, compostas por 638 professores e 12.855 alunos matriculados;
- c) No Ensino Médio, há 3 escolas estaduais compostas por 70 professores e 2.186 alunos matriculados;
- d) No ensino superior, no ano de 2010, 289 alunos estavam matriculados na Universidade Estadual do Amazonas e na Universidade Federal do Amazonas, 195 alunos.

Analisa-se que houve um crescimento significativo do município na área da educação, se comparado com os dados de 2004, sobretudo quanto ao ensino pré-escolar e universitário. No entanto, Chaves (2001) afirma que apesar do número de escolas no município, elas não atendem, de modo adequado em face, ao número de entraves para o acesso da população à escola, as quais se destacam:

- a) A dificuldade de deslocamento dos comunitários para chegar às escolas, principalmente das crianças, no período da vazante;
- b) Alterações climáticas, ocorrência de chuvas torrenciais que impossibilita o deslocamento de canoas, rabetas e barcos pequenos, sendo estes os principais meios de transporte local;

- c) A precariedade da infra-estrutura escolar, como a escassez de material didático, equipamentos, bem como o número reduzido de profissionais qualificados disponíveis para atuar como docentes no meio rural;
- d) A incompatibilidade do horário escolar com o regime de trabalho do produtor rural;
- e) A adoção de temas desvinculados da realidade local pela reprodução de conhecimentos descontextualizados, isolados e desarticulados da realidade social, econômica e cultural.

O município de Maués possui ainda serviços diversificados como: telefonia, com linhas comerciais, residenciais, telefones públicos e celulares. A comunicação também se efetiva através do serviço via satélite de várias emissoras de televisão, de rádio difusão, jornais, revistas e livros diversos que circulam pela cidade e internet. Além de uma agência dos Correios, que além de seu serviço de distribuição de correspondências, executa outros serviços, e uma diversificada rede bancária (Banco do Brasil, Banco Bradesco, BASA).

- ***Característica socioeconômicas***

No que se refere à caracterização socioeconômica do município, a produção agrícola corresponde a 20% da economia do município, destacando-se não só as culturas temporárias de mandioca, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, juta, malta, melancia, milho, tomate, mas também os permanentes como o guaraná, abacate, banana, limão e tangerina.

Importa ressaltar a importância do guaraná como maior fonte de renda dos produtores do município, cultivado originalmente pelos índios Sateré-Mawé, e depois pelos outros habitantes da região. O guaraná, atualmente, é a base da economia do município que conta com aproximadamente 6.000 ha de área plantada, além de uma moderna estrutura de industrialização implantada e administrada pela *American Beverage Company* (AMBEV).

De acordo com Almeida (2007), os Sateré-Mawé são os produtores precursores da cultura do guaraná. O guaraná (*Paullinia cupana*, Família Sapindaceae) é uma planta nativa da região das terras altas da bacia hidrográfica do rio Maués-açu, que coincide precisamente com o território tradicional das aldeias Sateré-Mawé. Eles domesticaram a trepadeira silvestre em arbusto cultivado, introduzindo seu plantio e desenvolvendo técnicas de beneficiamento, possibilitando que hoje o guaraná seja conhecido e consumido no mundo inteiro (ISA, 2009). De acordo com Almeida (2007), há duas versões fantásticas que circulam em Maués sobre a origem do guaraná: a lenda da Cereçaporanga, que parece ter sido criada por um poeta local, e o mito, segundo o qual o fruto se originou do olho de um curumim.

O extrativismo, no município, está representado pela extração de madeira, por alguns empresários e empreendimentos como marcenarias, serrarias e movelarias que atuam no mercado local (CHAVES, 2005; SDS, 2005; FERREIRA, 2006). Madeiras como a itaúba, louro, muracatiara e massaranduba são as espécies mais representativas da região. O extrativismo da castanha, óleo de copaíba, borracha, cumaru e essência de pau-rosa também são praticados neste município. No extrativismo mineral, destacam-se atividades como a exploração do ouro, areia, argila, cascalho, entre outras.

A pecuária também é destaque no setor primário da economia de Maués, sendo representada por rebanhos bovinos, com 11.857 cabeças, suínos, com 5.574 cabeças,

além de bubalinos, equinos, caprinos e asininos. A produção de carne e leite destina-se ao consumo local e à exportação para outros municípios, incluindo Manaus.

O município de Maués destaca-se, ainda, como um dos grandes centros produtores de pescado, tanto para o consumo local, como para a exportação. O peixe, como em todos os municípios amazonenses, é a principal fonte de alimentação da população em geral.

Neste sentido, pode-se afirmar que as atividades econômicas desenvolvidas no município são diversas, contudo a produção de renda encontra-se centrada na agricultura e no extrativismo.

- ***Características sócio-culturais***

A região de Maués é considerada uma das áreas sócio-histórica, mística, cultural e ecológica das mais expressivas da Amazônia brasileira, na qual os mitos e lendas possuem uma força importante no delineamento da identidade cultural. (CHAVES, 2005, RODRIGUES, 2009).

Michiles *et al* (1998), ao estudar a cultura no município de Maués, explicita que somente a etnia Sateré-Mawé possui uma variedade de histórias, lendas e mitos que conformam o imaginário da população que reside no município¹⁴.

Assim, entende-se que na base dos conhecimentos das comunidades tradicionais que residem em Maués predomina os saberes herdados pelos povos indígenas, os quais influenciaram a alimentação, a linguagem, os costumes, habitações, modo de produção e instrumentos de trabalhos, entre outros. Nesse sentido, Chaves (2001) assinala que a cultura das populações amazônicas compreende a síntese dos conhecimentos

¹⁴ Dentre as principais lendas e mitos da etnia supracitada destacam-se: História da Nossa Origem; A origem da Tucandeira; Watyama Sa'awy; A História do Inambú-relógio; O Primeiro Fogo; O Sapo Mağka'i; História da Mulher de Parto; O Homem e os Dois Cachorros; História da Raposa; A Mulher que Tinha um Filho Sanguessuga; História da Ariramba e a Mucura; A Lenda do Puratiğ; A Lenda da Mandioca, História do Gavião Real; História da Origem do Campo da Dança da Tucandeira e História do Honorato Cobra-Grande.

produzidos e assimilados pela sociedade sobre o meio em que vive, sendo esta mediatizada pela relação dos homens entre si, bem como por suas inter-relações com a natureza.

Tendo em vista a manutenção e resgate da cultura e tradição mauense, foi criado no município o Centro de Preservação - Conservação da Cultura, Arte e Ciências de Maués – CULTUAM. Este Centro é responsável pelo Museu do Homem de Maués. Seu acervo é formado em grande parte por objetos em cerâmica e pedra e urnas funerárias da etnia Sateré-Mawé.

A sede do município também apresenta uma série de acontecimentos programados e festas, tais como: o Festival de Verão _ é considerado um evento de grande importância para o município, por gerar renda e elevar o fluxo de visitantes; a Festa do Guaraná _ uma das mais tradicionais comemorações da região, que acontece desde 1979, cujo objetivo é não só de promover o guaraná, principal produto da região, mas também atrair turistas. Ambas as festas acontecem em setembro e outubro respectivamente.

- ***Características ambientais***

No âmbito ambiental, parte do território do município de Maués está sob a proteção federal, estadual e municipal. O município possui duas Unidades de Conservação em nível federal que são a Floresta Nacional do Pau-Rosa e o Parque Nacional da Amazônia (994 mil ha), parte de uma reserva indígena: a Reserva Indígena Andirá-Marau, da tribo Saterê-Mawé.

Sob gestão Estadual destaca-se a Floresta Estadual de Maués, localizada no centro-oeste do município. Sob gestão municipal destacam-se as seguintes unidades de conservação: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Urariá, localizada na região do Lago Grande, acima do Paraná do Urariá, extremo norte do Município e Área de

Proteção Ambiental Lago do Santana ou Lago Elias - criada sob decreto municipal em 1993. Tendo em vista o objeto de Estudo será abordado especificamente a Floresta Estadual de Maués.

4.2. O processo de constituição e ordenamento da Floresta Estadual de Maués

Em 29 de novembro de 2001, a Prefeitura Municipal de Maués criou o Sistema Municipal de Unidades de Conservação - SIMUC (MAUÉS, 2001). A partir da criação do SIMUC, foi iniciado em 2002 os estudos para subsidiar a criação de uma Floresta Municipal. Todavia, em decorrência de acordos políticos, em 2003 a responsabilidade da condução do processo de criação dessa UC em Maués foi transferida para a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), gestora estadual das políticas ambientais, a qual repassou a uma de suas agências, neste caso a AFLORAM, por essa ter como atribuição gerir apenas Florestas Estaduais.

Em 19 de julho do mesmo ano por meio do Decreto nº 23.540 foi criada a FLORESTA de Maués (AMAZONAS, 2003)¹⁵. Segundo informações do CEUC/SDS (2010), em novembro de 2003 foi iniciada a elaboração da 1ª versão do Plano de Gestão (PG) com a contratação de consultoria pela AFLORAM para consolidar as informações disponíveis sobre a FLORESTA de Maués na região. Um levantamento Socioeconômico foi realizado entre os meses de outubro de novembro 2003 pelo ITEAM (ITEAM, 2003) que visava à abertura de processos para emissão de CDRU e a promoção da regularização fundiária na FLORESTA de Maués e entorno.

No mesmo período supracitado foi realizado um levantamento da fauna pela DEAS/AFLORAM (AFLORAM, 2003). Também consta nos arquivos institucionais

¹⁵ Ver o Decreto nº 23.540 na Íntegra no Anexo A.

que houve um Mapeamento Participativo no período de 28/10 a 04/11/2003 pela SDS e CI Brasil (SDS e CI Brasil, 2004), bem como quatro Oficinas de Planejamento. A primeira em abril de 2004 (AFLORAM, 2004) na sede do município e a segunda em 2004, a qual abrangeu as comunidades (AFLORAM, 2004). Uma reunião ampliada sobre o PG da FLORESTA de Maués foi realizada em junho de 2004, com objetivo de aprimorar esse documento fazendo uso de discussões com representantes de diversas instituições (AFLORAM, IPAAM, ITEAM, CI Brasil, Universidade Federal do Amazonas - UFAM, SDS, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Fundação Vitória Amazônica - FVA, Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo – SEAE/SDS, Departamento de Programas Especiais – DPE/SDS e Comunidades da FLORESTA de Maués).

Em junho de 2004 foi instituído pela AFLORAM, um Grupo de Trabalho (GT) para acompanhar e avaliar a elaboração do PG da FLORESTA de Maués. A terceira e quarta Oficina de Planejamento (AFLORAM, 2004) foram realizadas no mês de julho nas comunidades. O objetivo das oficinas realizadas foi discutir uma proposta preliminar de Zoneamento. Neste mesmo período foi realizado o “Diagnóstico preliminar dos principais produtos não madeireiros de origem vegetal explorados na FLORESTA de Maués”, mais tarde substituído por um “Diagnóstico dos principais produtos não madeireiros de origem vegetal explorados”. Com a extinção da AFLORAM, parte de suas atribuições foram incorporadas a DITEF/IDAM, instituto ligado à Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas.

Em maio de 2007, o Governo Estadual realizou uma reforma institucional e no âmbito da SDS foi criado o Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC destinado ao estabelecimento de políticas e programas de gestão de UCs do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2007). Estando o CEUC a frente da gestão das UC estaduais

e da captação de recursos junto a Fundação Moore as unidades que não possuíam PG passaram a ser prioridade do centro, assim como a revisão dos planos para aquelas que já estavam defasados, como é o caso da FLORESTA de Maués elaborado em 2003. (Cf. Figura 08)

- ***Floresta Estadual de Maués***

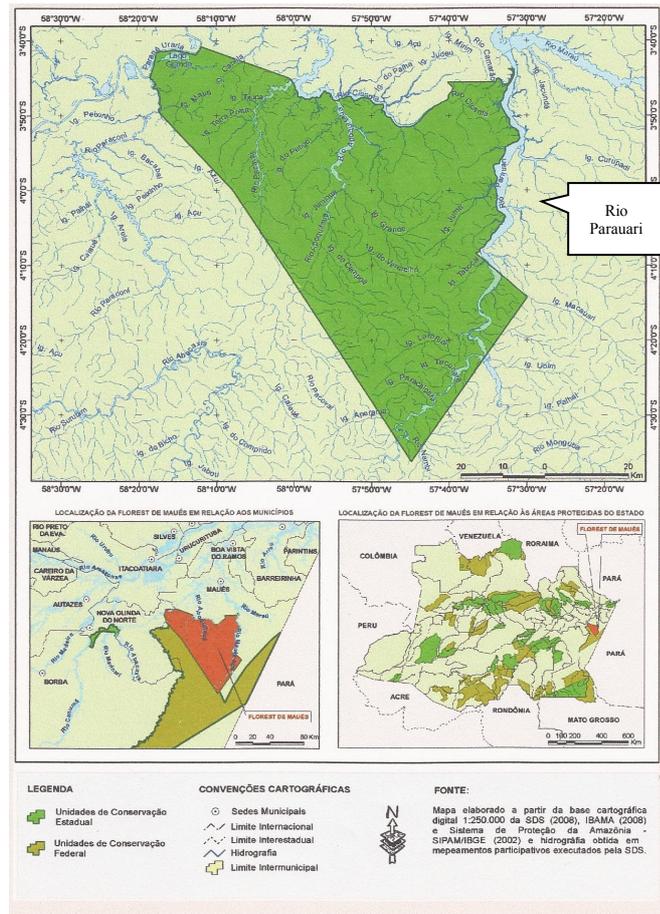


Figura 08: Mapa da Floresta Estadual de Maués.
 FONTE: CEUC/SDS, 2010.

A FLORESTA de Maués foi criada pelo Decreto Estadual nº. 23.540 de 19 de julho de 2003, com os objetivos de promover o manejo de uso dos múltiplos recursos naturais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais limítrofes (AMAZONAS, 2003).

A FLORESTA de Maués empresta seu nome do próprio município onde está situada. A mesma localiza-se no médio Amazonas, que dista da capital, Manaus, cerca de 268 km em linha reta e 356 km por via fluvial. A partir da sede é possível acessar a UC utilizando-se de uma voadeira ou barco regional que navegam pelos principais rios (Parauari, Apocuitaua, Paraná do Urariá e Paraconi) que banham a UC. O tempo de deslocamento é variável em função da força/potência do motor, podendo levar entre 2 a 12 horas.

A FLORESTA de Maués faz limite a nordeste com a margem direita do Paraná do Urariá e a sudoeste com FLONA do Pau-rosa, cuja UC federal está em fase de elaboração de seu Plano de Manejo sob responsabilidade do ICMBio. Ao norte da FLORESTA de Maués a cerca de 20 km está uma UC municipal de uso sustentável a RDS Urariá, e a nordeste distante cerca de 30 km da Terra Indígena (TI) Andirá-Marau habitada por índios da etnia Sateré-Maué.

A regularização fundiária na UC é realizada pelo ITEAM com apoio dos técnicos do DPT/CEUC. As atividades de regularização fundiária na FLORESTA foram iniciadas em 2003 com a realização de vistorias e cadastro das famílias. Outras investidas do ITEAM foram empreendidos nos anos de 2005, 2007, 2008, 2009 e 2010. Até junho/2010, 179 Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) haviam sido entregues pelo ITEAM, sendo formalizados outras 177 solicitações CDRU, as quais já foram encaminhadas ao ITEAM.

Segundo dados do ITEAM, a FLORESTA de Maués está inserida na Gleba Alfredo Guimarães, de domínio do Estado do Amazonas. Na área, na primeira delimitação da FLORESTA, existiam 55 títulos definitivos, os quais remetem às décadas de 20, 30 e 40 do século XIX, correspondendo a 25.555,40 ha ou 5,83% de área

oficial. Desse total de títulos, 4 não apresentavam o valor da área e o ano de expedição (ITEAM 2009).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, as áreas privadas localizadas em UCs da Categoria Florestas devem ser desapropriadas (BRASIL, 2000). O ônus gerado por esse processo e o atraso na implementação das unidades em função deste critério, levou o Governo do Estado, por intermédio do ITEAM a buscar uma alternativa de redelimitação dessa UC. Para tanto foi elaborada uma proposta para exclusão da porção da UC que abrangem as terras que possuem os títulos definitivos maiores. Na proposta de nova delimitação da UC estas áreas seriam excluídas e compensadas pela inclusão de outros 200.000 hectares pertencentes à Gleba Alfredo Guimarães. No entanto, os aspectos fundiários, demográficos e socioeconômicos ainda precisam ser diagnosticados e em seguida devem ser realizadas as consultas públicas necessárias. Essa proposta de redelimitação da FLORESTA de Maués também contempla a exclusão da faixa de sobreposição existente ao sudoeste com a FLONA do Pau-rosa.

No que concerne a área de sobreposição, na FLORESTA há sobreposição entre as unidades de conservação estadual e federal, quais sejam: a FLORESTA de Maués e a FLONA Pau-Rosa, que caracteriza o interesse de ambos os níveis governamentais pela conservação e uso de recursos florestais. Esta faixa de sobreposição territorial situada a oeste da FLORESTA de Maués representa 8% (35.987,11 ha) do total de sua área.

Para esta área está sendo proposta a elaboração de um plano entre as instituições responsáveis pelas referidas Unidades de Conservação, conforme o Plano de Gestão (PG) da FLORESTA de Maués (AMAZONAS, 2010). De acordo com que está proposto no PG, será importante promover o planejamento integrado e a implementação de ações específicas de gestão para a área de sobreposição de comum acordo entre as

entidades CEUC e ICMBio e as associações representativas das comunidades da FLORESTA e da FLONA, assim como também a FUNAI, pela proximidade com a TI Coata Laranjeira.

A FLORESTA de Maués possui 24 comunidades residentes e 19 comunidades no entorno, divididas em três bacias hidrográficas distintas: Rio Parauari, Rio Apocuitaua (Rio Cicantá, Ig. Canela), Rio Paraconi (Paraná Urariá, Lago Grande do Elias). O CEUC (2010) identifica a existência de 952 famílias entre moradoras e usuárias da Floresta Estadual de Maués. Destas, 574 famílias residem no interior da Unidade de Conservação e 378 na área do entorno. Cabe ressaltar ainda que 604 famílias de 22 comunidades do interior e do entorno são beneficiadas pelo Programa Bolsa Floresta.

A FLORESTA de Maués foi criada via decreto por decisão do poder público sem uma consulta prévia às comunidades que estão na área delimitada pela UC. As comunidades que estão no interior e no entor da UC foram informadas somente no momento de elaboração da 1ª versão do PG sendo estas notificadas que a partir daquele momento, precisavam seguir uma série de regras instituídas pelo órgão gestor da FLORESTA, bem como receberiam uma série de benefícios compensatórios, como teiam acesso aos benefícios inerentes ao Programa Bolsa Floresta.

Vale destacar que várias comunidades da região do Paraná do Urariá, Lago Grande do Elias, Rio Paraconi e Igarapé do Canela só souberam que estavam dentro da FLORESTA de Maués na revisão do PG, em 2010. Nesse sentido, o processo de concepção da FLORESTA de Maués foi marcado por contradições. Contudo, deve-se considerar um esforço da atual gestão da FLORESTA de Maués em abranger o máximo de comunidades na discussão para revisão da PG, e em este propósito foram realizadas 03 expedições para as comunidades ribeirinhas com o intuito de informá-las sobre a

gestão da FLORESTA de Maués, bem como foram realizadas 2 Oficinas Participativas, 01 no rio Parauari e 01 no rio Apocuitaua, para a escolha dos conselheiros.

4.3. **Modus Vivendi da Comunidade ribeirinha Vila Darcy: permanências e transformações**

No decorrer da pesquisa, buscou-se compreender os elementos significativos que caracterizam o modo de vida da comunidade ribeirinha Vila Darcy, a partir da análise das relações sociais que os ribeirinhos estabelecem no âmbito inter e intra comunitário, da relação de sinergia que os mesmos estabelecem com a natureza, bem como em relação às formas de acesso a bens e serviços sociais. Na pesquisa procurou-se entender, principalmente, os impactos da criação e implementação da FLORESTA de Maués que incidiram sobre o *modus vivendi* e organização política na comunidade ribeirinha Vila Darcy. (Cf Figura 09)



Figura 09: Vista de Frente da comunidade ribeirinha Vila Darcy.

FONTE: Pesquisa de Campo/2010

A comunidade Vila Darcy está localizada à margem esquerda do Rio Parauari a 04°04.539' de latitude sul e 57°33.299' a oeste de Greenwich. O tempo para percorrer a distância entre a sede do município e as comunidades leva em torno de 10 horas de rabeta (canoa provida de motores de 3 a 5 HP), que é o principal veículo utilizado como meio de transporte, ou em barco regional que demora em torno de 07 horas. O único acesso à comunidade é pela via fluvial.

Vila Darcy trata-se de uma comunidade ribeirinha, na qual a existência de moradores remonta muitas gerações, todavia o marco de fundação da comunidade ocorreu em 1970, com a chegada do político Darcy Michiles, um dos maiores incentivadores para que se formasse uma comunidade no local, que antes de torna-se comunidade era denominada a localidade Caracaráí. Segundo depoimento do Líder de Vila Darcy, a adoção desse nome, representa exatamente uma homenagem ao aludido político, conforme seu depoimento:

Nessa comunidade no início só morava meu tio Simeão Marques dos Santos e o meu pai Paulino Marques dos Santos, daí o seu Darcy Michiles passou por aí e se agradou bastante dessa área e perguntou a eles se não tinham interesse em formar uma comunidade para melhorar a vida deles, aí eles disseram que estavam interessados mas não sabiam como fazer, só eram essas duas famílias que tinha lá [...]. Aí ele falou: se vocês acham que tem condição eu ajudo, aí foi que ele ajudou com machado com teçado com arroz, ele deu uma manutenção para fazerem, aí foi que reuniram o pessoal que estava ali e fizeram um roçado grande e desse roçado grande foi dividido em lotes pequenos que foram dados para quem já estava aí e para aqueles camaradas que estava nas redondezas, aí plantaram milho, feijão tudo que dava pra gente comer. Então foi por intermédio de Darcy Michiles que a comunidade foi formada e é por isso que a comunidade tem o nome de Vila Darcy, e nós comemoramos o seu aniversário dia 9 de fevereiro, porque esse data foi o dia que o seu Darcy Michiles nasceu. (Sr. Onézimo, 49 anos)

Dos moradores que fundaram a comunidade a única viva é a a Sra. Valmira Vasconcelos, que é a esposa do Fundador Simeão Marques dos Santos.

A instituição de uma “comunidade” – o ato de “sentar uma comunidade”, conforme afirmam os comunitários - demanda um esforço de organização prévio e implica no estabelecimento de rotinas de trabalho ligadas a essa dimensão da existência social, notadamente, a organização para realização de trabalhos coletivos como os “mutirões” que são praticados para alcançar diversos fins: roçar o barranco, roçar e limpar o terreiro das áreas comuns - escolas, igrejas, centros sociais, postos de saúde, casas dos motores de luz, etc. Em Vila Darcy, conforme relato do depoimento apresentado, foi realizado um grande mutirão para fazer o roçado na comunidade.

O ato de fundação da comunidade foi marcado pela presença externa de um político do município de Maués, o qual incentivou a organização da comunidade, tendo em vista que as populações ribeirinhas somente tem acesso a acesso a bens e serviços sociais, que são de direito de todo cidadão brasileiro, se forem reconhecida pela prefeitura como uma comunidade com um número aceitável de famílias residindo na mesma, como por exemplo, a escola, uma comunidade ribeirinha só tem direito, se tiver no mínimo 20 pessoas em idade escolar. Outrossim, precisam se conduzir a outra comunidade ou até mesmo a sede para ter acesso a educação.

Na comunidade habitam 211 pessoas pertencentes a 45 famílias, distribuídas em 08 casas na sede e 32 casas em sítios próximos ao núcleo da comunidade, todas feitas de madeira e cobertas de palha ou telha de zinco. (Ver Figura 10).



Figura 10: Mapa cognitivo da infra-estrutura da comunidade Vila Darcy.
FONTE: Grupo Inter-Ação/ UFAM – 2010

No mapa cognitivo, desenhado pelos próprios comunitários de Vila Darcy, houve um destaque para os recursos naturais que circundam a comunidade, tais como o rio, e os sítios dos comunitários. Nesse sentido, Chaves (2001) argumenta que as populações tradicionais da Amazônia possuem uma intrínseca relação com a natureza, a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas. A relação com a água, seus sistemas classificatórios da fauna e flora, formam um extenso patrimônio cultural.

No mapa cognitivo, o rio teve uma centralidade simbólica, o que reforça a tese de Masulo (1998) e Chaves (2001), os quais afirmam que o rio possui uma grande influência simbólica para os ribeirinhos, uma vez utilizam o rio para obterem o alimento, fazer a higiene pessoal, para o lazer, para cozinhar, para se transportar até outras comunidades ou até a sede, entre outros.

De acordo com informações do Sr. Onézimo da Silva Vasconcelos, presidente da comunidade, “[...] essa terra sempre foi devoluta, nunca ninguém foi dono não”. A

maioria dos terrenos na comunidade não é próprio, ou seja, foi cedido pelos comunitários ou familiares dos moradores, adquirido por compra ou doação, ou ainda ocupado espontaneamente.

No âmbito comunitário em Vila Darcy, existem algumas regras que estabelecem o uso de espaços públicos e privados. Como espaços públicos foram destacados pelos comunitários a floresta, o rio e a sede da comunidade onde fica a escola e a igreja, os quais “é dever de todos zelar”. (Dona Maria, 39 anos).

No que diz respeito ao espaço privado, destaca-se a casa, o quintal com seus jiraus e o roçado, os quais pertencem individualmente a cada grupo familiar.

No que se refere à infra-estrutura da comunidade, os comunitários através do mapa cognitivo destacaram: 01 campo de futebol, 01 centro social, 01 igreja adventista, 01 escola, 02 antenas parabólicas, 01 gerador de energia, 01 poço artesiano, 4 motores rabetas, sendo 01 transporte escolar. (Cf. Figura 11).



Figura 11: Infra-estrutura da comunidade Vila Darcy.
FONTE: Banco de Dados do Grupo Inter-Ação, 2011.

No que se refere ao atendimento às suas necessidades por bens e serviços sociais, os comunitários indicam que ainda falta construir 01 posto de saúde, 01 porto e 01 transporte comunitário para chegar até a sede do município.

- ***Acesso a bens e serviços sociais***

As condições de acesso a bens e serviços sociais em Vila Darcy segue o padrão de muitas comunidades amazônicas, onde prevalece a precariedade de serviços básicos como educação, energia, água, habitação e transporte, ou até mesmo a falta destes.

No que concerne a educação, a comunidade possui somente 01 escola que vai até a 8ª série do Ensino Fundamental, tendo como responsável 06 professores, sendo a forma de ensino multisseriada.

A estrutura física da escola é de alvenaria, a qual dispõe de 02 salas de aula, 01 uma cozinha para preparar a merenda escolar e 01 depósito. Contudo, a mesma encontra-se em condições precárias além de não comportar o número de alunos, tendo que transferir algumas turmas para o centro social, onde não possui uma estrutura apropriada para as crianças. Falta também um transporte escolar adequado para transportar as crianças dos sítios para a sede da comunidade, uma vez que a comunidade só dispõe de um motor rabetá, o que dificulta o acesso dos alunos em período de chuva e de seca. A esse respeito a Sra. Ivanete (46 anos), moradora de um dos sítios próximos à comunidade, afirmou que no tempo da seca a dificuldade é grande para as crianças estudarem, “[...] quando chega o tempo da seca é muito difícil pois a escola fica do lado de lá do rio, e os meninos tem que andar todo este estirão aí pra poder pegar o barco e chegar aqui em casa todos sujos de lama, é um sofrimento, eles chegavam duas horas da tarde aqui pra casa”.

A escola recebe a merenda escolar da prefeitura, com alimentos exógenos à cultura local. Foi enfatizado pelas lideranças locais que tem períodos em que não vem merenda o suficiente, tendo mês que não é disponibilizado aos alunos.

Um dos objetivos estabelecidos pela liderança é conseguir levar o Ensino Médio para a comunidade. Os moradores enfrentam inúmeros problemas por falta de acesso à educação, pois os que querem continuar a estudar são obrigados a se mudarem para outras comunidades que possuem Ensino Médio ou para a sede do município de Maués. No entanto, eles não possuem recursos financeiros para manterem os custos dos filhos na sede do município. Além disso, os moradores da comunidade Vila Darcy preferem permanecer na comunidade e, assim os jovens não conseguem continuar seus estudos.

Estas informações representam indicativo importante das condições de acesso à educação pela população local. Segundo Chaves (2004 *apud* LIRA, 2007), nas comunidades ribeirinhas da Amazônia o acesso à escola é marcado por limites e dificuldades oriundos da precariedade de políticas públicas na área educacional voltadas à realidade local. Dentre os limites e dificuldades postos a esta população para o acesso a educação, Lira (2007) destaca:

- ✓ A ausência de escolas nas comunidades, quando há só possuem até a 4ª série;
- ✓ O difícil acesso às demais séries do ensino fundamental, devido à necessidade deslocamento para a sede do município ou para outro município que possua escolas com ensino médio para continuação dos estudos;
- ✓ A incompatibilidade entre calendário escolar e a necessidade de desenvolvimento das atividades produtivas;
- ✓ Distanciamento entre a realidade local e os conhecimentos difundidos na escola, bem como dos materiais didáticos, cujo conteúdo não está voltado para a realidade local.

Dentre as inúmeras problemáticas identificadas no acesso à escola pelos ribeirinhos, destaca-se o fato desta oferecer somente formação até o nível fundamental, pois a oferta de nível médio é muito reduzida para atender à demanda existente.

Não obstante a isso, os comunitários de Vila Darcy vêem a escola como uma condição essencial para a cidadania. Segundo Chaves (2001, p. 143), a escola, “[...] é um valor reconhecido pelos representantes dos grupos domésticos e defendido como de maior importância”. Nesse sentido, apesar da extensa lista de dificuldade não diminui o nível de interesse dos comunitários pela continuação dos estudos. Para isto os grupos domésticos adotam inúmeras estratégias que muitas vezes geram prejuízos e desagregação familiar. Dentre estas, está a ida para a sede do município para que as crianças, adolescentes e jovens possam frequentar a escola. As famílias não possuem condições financeiras adequadas para manter seus filhos em outra localidade e, além disso, têm seus laços afrouxados pela distância geográfica.

Em Vila Darcy a assistência médica é precária, não há posto de saúde, os remédios são adquiridos pelos próprios moradores, sem qualquer indicação médica. Apesar de haver uma agente de saúde, falta material, equipamento e pessoal qualificado para prestar socorro ou cuidar dos casos mais simples de doença. Em casos de doenças graves, a grande dificuldade é o deslocamento para a sede do município de Maués, como relatam os comunitários.

[...] a saúde para nós é muito difícil, nós não temos como nos destacar rápido daqui, a condição que nós temos aqui é esse rabetazinho, que nem gasolina tem. (Sr. Onézimo, 49 anos)

Aqui na comunidade nós passamos por uma dificuldade na saúde, quando acontece algum caso de doença grave aqui, nós não temos recursos para levar os nossos doentes até a cidade, pois precisa de um barquinho ou de rabeta para chegar até a cidade, tem um posto lá no Mucajá, mas é lá e não aqui na comunidade. (Sra. Ivanete, 46 anos)

Uma alternativa encontrada para substituir os remédios industrializados é o saber tradicional daquela população. As plantas medicinais, muito usadas nessa região e somente para o consumo dos comunitários, são indicadas pelos que as conhecem bem, sendo utilizadas para problemas de saúde acidentais, até doenças tropicais como a malária, por exemplo. As plantas medicinais mais utilizadas pelos grupos domésticos da comunidade são o capim-cidreira, elixir, hortelã, sabugueiro, capim-santo, boldo, corama, jambu, jucá, mucura-caá, sacaca, salsinha, trevo roxo, urubu-caá, entre outras.

Vale destacar que na comunidade não existe nenhuma estrutura de saneamento. O banheiro, em geral, é externo à casa, apenas um buraco no chão, e como não há água encanada, as condições de higiene desse cômodo em especial, são precárias, o que por vezes agravam as condições de saúde.

No que tange a energia, a comunidade é servida por um gerador que a prefeitura de Maués concedeu há aproximadamente 20 anos. A manutenção do motor é por conta dos comunitários e a prefeitura fornece 80 litros de diesel quando a escola está em funcionamento, ao término do período escolar, o diesel fica a cargo dos comunitários. Os próprios moradores rateiam os custos do combustível, o que implica no pagamento de uma taxa de oito reais (R\$ 8,00) por mês por cada grupo doméstico e determinam o tempo de iluminação entre 18:00h às 22:00h. O custo dessa energia é muito elevado para estas populações, o que configura uma situação muito contraditória tendo em vista que a Amazônia possui um grande parque de produção de energia hidrelétrica. Vale ressaltar que durante o período da pesquisa de campo o gerador de energia encontrava-se danificado. Segundo o relato do líder tal problema é recorrente na comunidade, “[...] todo tempo a gente fica com o problema de luz, o motor vem, aí escangalha de novo e quando vai pra lá custa vim demais, agora nós estamos quase com seis meses que o motor não vem e é essa a dificuldade”.

Em relação a água, a sede da comunidade dispõe de um poço artesiano, todavia esse também se encontra danificado. A água utilizada pelos comunitários para uso diário e para consumo é retirada/captada sem nenhum tratamento diretamente do rio. A comunidade não possui água encanada e, segundo relatos dos moradores, a única forma de tratamento da água é via uso de hipoclorito, que é recusado por muitos dos comunitários, pelo sabor que causa no líquido. Os comunitários enfatizaram que no tempo da seca não é possível utilizar a água na frente da comunidade, pois esta transforma-se em lama, os moradores precisam andar cerca de uma hora até o igarapé que passa por detrás da comunidade para ter acesso a uma água mais limpa para o consumo diário.

No que se refere a habitação, a moradia na comunidade é composta por casas simples, de madeira, mistas ou taipa (estrutura de madeira e barro), cobertas de zinco ou palha (Ver Figuras 12 e 13). Há uma predominância de casas cobertas de palha, geralmente divididas em 02 ou 03 cômodos, sala, quarto e cozinha. Em geral, é comum a utilização de redes por toda a casa, sendo retiradas pela manhã para permitir um melhor deslocamento.



Figuras 12 e 13: Habitações da comunidade Vila Darcy.
FONTE: Banco de Dados do Grupo Inter-Ação/2011.

Segundo Chaves (2001, p. 137), “[...] as características da moradia e seu entorno são indicativos importantes para a percepção da trajetória de vida, da posição política, das relações comunitárias e das relações internas ao próprio grupo”. Conforme a mesma autora, o padrão habitacional possui determinantes históricos, sócio-culturais e econômicos, tais como: 1) a disponibilidade do material necessário para construção – recursos encontrados no local como palha, madeira, barro, são bastante utilizados; 2) a necessidade de abrigo adequado às condições do ambiente em que vivem – alta pluviosidade, elevada umidade do ar e temperatura; 3) o conhecimento tradicional herdado de gerações passadas, possibilitando o uso da palha, cipós, madeiras, entre outros; e, 4) a diferença entre os custos dos recursos locais, disponíveis a essas populações, e os das construções de alvenaria, por exemplo.

No espaço comunitário, os grupos domésticos também possuem outros equipamentos que compõem a unidade produtiva. Cada grupo doméstico possui uma canoa para o deslocamento e o transporte da produção. A casa de farinha também é bastante comum, aqueles que não a possuem utilizam a estrutura do vizinho, que geralmente é um parente. Ressalta-se que, em geral, o estado de conservação das canoas ou casas de farinha é bom, mesmo porque, no que diz respeito às canoas, é o meio de transporte mais utilizado por todos os membros dos grupos domésticos familiares locais, servindo para transportar desde a produção até para atender as necessidades de prestação de socorro quando se faz necessário conduzir algum doente para atendimento médico-hospitalar.

Durante o período da pesquisa foi observado a existência de 15 casas inacabadas na sede comunidade, feitas de madeiras, cobertas de zinco. A construção dessas casas fazem parte do projeto do INCRA voltado para as comunidades localizadas em UCs (Ver Figura 14 e 15). Em consonância com os relatos dos comunitários o recurso para a

construção das casas estava sob administração da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Floresta de Maués (ASPAFEMP), todavia o referido foi mal administrado dificultando a conclusão da obra, ficando a maioria das casas inacabadas, resultando na deteriorização do material das casas.



Figura 14 e 15: Casas construídas pelo INCRA.
FONTE: Pesquisa de Campo/2011.

Conforme relato da Gestora da Floresta Estadual de Maués, esse projeto consta no INCRA como “fase I concluída com êxito”, todavia a realidade é bem diferente não só em Vila Darcy, mais também em outras comunidades ribeirinhas abrangidas pelo projeto do INCRA. Vale enfatizar que está previsto para 2ª semestre de 2011 o início de uma segunda fase do projeto, mesmo que a primeira ainda não tenha sido concluída.

Quanto ao transporte, o principal meio de transporte na comunidades são as rabetas (canoa com o motor a gasolina na ponta), que são embarcações de pequenos porte, as quais transportam as famílias para as comunidades e sítios vizinhos, transportam as crianças de outros sítios para a escola, e transportam os homens para pescarem nos lagos próximos à comunidade. Para chegar até a sede do município, os comunitários pegam um barco maior, da associação ASPAFEMP, que faz o transporte das famílias regularmente uma vez por semana. Conforme o relatos dos comunitários é cobrada uma taxa de R\$ 20,00 por pessoa para cada trecho. Tal valor, é considerado alto

para os comunitários, os quais, na maioria das vezes, vão somente de dois em dois meses para sede para receber os benefícios (Bolsa Família e Bolsa Floresta) e para realizar compras de rancho e outros utensílios necessários.

Diante do quadro apresentado em relação as condições de acesso a bens serviços sociais, uma das principais problemáticas enfrentadas na comunidade Vila Darcy é a prestação desses serviços ou, não rara, a total ausência deles. Assim, o papel do trabalho coletivo comunitário nas comunidades ribeirinhas ganha uma importância maior em face da condição de precariedade das políticas públicas implementadas na comunidade, agravada pela distancia geográfica, pela falta ou limitação dos meios de transporte. Vale ressaltar que com a criação da FLORESTA de Maués, esse quadro não se alterou, apesar de na Política Ambiental constar entre seus objetivos o desenvolvimento sustentável das comunidades abrangidas nas UC's. A esse respeito, a fala do Seu Eli é esclarecedora:

[...] Eu participei de uma reunião em que o indivíduo falava que após a criação da floresta seria implantado vários projetos que vinham melhorar o custo de vida dos moradores, e hoje se tem muito pouco disso ainda, hoje nós temos somente o Bolsa Floresta que nem todas as famílias recebem, temos também o projeto do INCRA que praticamente na nossa comunidade está tudo parado. [...] Então se for relacionar o ontem com o hoje não tem muita coisa não que seja surpresa, a minha vida continua a mesma. (Seu Eli, 42 anos).

Observa-se na fala do Seu Eli uma certa indignação com os gestores da Floresta, haja vista que está cansado de discursos que prometem a melhoria das condições de vida da comunidade, e deixa implícito que gostaria de ver ações concretas do CEUC na FLORESTA de Maués.

Outrossim, os comunitários reconhecem alguns benefícios que a criação da FLORESTA de Maués trouxe para a comunidade, esta deve-se em parte aos programas

de habitação do INCRA, de captação de água da chuva (ProChuva), de formação de Agentes Voluntários Ambientais (AVA), contratados pelo IBAMA. Contudo, dentre os programas apontados pelos comunitários, o mais citado foi o programa Bolsa Floresta. Um outro destaque feito é em relação à inibição de invasores e predadores de recursos naturais, tendo em vista a possibilidade de serem flagrados cometendo crime ambiental.

Quando perguntado ao entrevistado se possuem vontade de sair da comunidade, dos oito entrevistados 07 disseram que não, enquanto 01 afirmou que sim. A vontade de alguns grupos em mudar-se da comunidade, ocorre, exatamente, pela dificuldade de atendimento médico, falta de escola para os filhos ou a busca por um trabalho assalariado em Maués. Em contrapartida, 07 entrevistados justificam que não pensam em sair da comunidade pelo fato de estarem próximos dos familiares; pelas facilidades de se viver nessa área rural; ter boas relações com a vizinhança; não ter violência; não ter poluição:

[...] Eu me sinto feliz por está aqui, por que eu sinto que eu estou em um paraíso, porque aqui eu trabalho juntamente com a minha família, juntamente com meus irmãos, com meus vizinhos e aqui nós temos uma parceria, graças a Deus, uma parceria bem elevada, então eu não tenho queixa dos meus vizinhos aqui da minha comunidade e nem do meu rio, porque aqui eu estou me dando bem, [...] aqui fica mais fácil para eu conseguir o alimento para casa, pra manter meus filhos, aqui eu tenho o peixe, a caça, aqui eu tenho terra pra plantar a minha plantação pra eu me alimentar com a minha família e mais os irmãos que chegam na porta, graça a Deus eu fico muito satisfeito com isso. (Sr. Onézimo, 49 anos).

Eu acredito que esse lugar é um paraíso, eu não posso reclamar [...] aqui nós não temos poluição e a expectativa que nós temos é que continue esse paraíso que nós temos aqui e vamos lutar pra que isso continue. [...] Aqui nós vivemos em paz por mais que agente passe, às vezes, por necessidades financeiras, nós dormimos em ar livre, não temos problema de sermos assaltados, nem vemos as pessoas atirando nas outras, então eu acredito diante de um mundo que nós vivemos hoje, nós vivemos aqui praticamente no paraíso, aqui se tem espaço pra conversar pra ficar junto com a família e a poluição é mínima não tem aquele fumaceira, então eu acredito assim que seja um paraíso, e eu não penso em sair daqui. (Seu Eli, 42 anos).

A comunidade é muito boa, a minha mãe e meus filhos vivem aqui, [...] aqui eu tenho o meu terreno a minha igreja que eu frequento e eu já estou acostumada aqui na comunidade[...]. Eu até aqui não tenho vontade de sair da comunidade, tem água avontade e é muito farto de peixe [...]. Aqui é bem diferente da cidade, aquilo que eu não tenho o vizinho me ajuda, me empresta, me vende ou me dá, lá na cidade se eu não tiver dinheiro eu não vivo, ninguém me conhece lá. (Dona Ivanete, 46 anos).

A partir dos relatos, é possível inferir que mesmo com a falta de acesso a uma saúde de qualidade, educação, assistência técnica ou mediante a precariedade da infraestrutura local, os ribeirinhos ainda assim pretendem permanecer na comunidade e na região. Por outro lado há de certa forma, fartura de alimento para ser consumido pelos ribeirinhos e familiares.

Diante de todas as condições desfavoráveis, esses grupos domésticos vêm se utilizando de seus saberes tradicionais há gerações, o que lhes permite criar novas formas de apropriação dos recursos locais, seja na instituição das práticas coletivas ou nas atividades produtivas centradas no trabalho familiar.

- ***A caracterização das atividades produtivas***

Na comunidade Vila Darcy a principal atividade produtiva para o sustento da família é a agricultura, apesar dos ribeirinhos serem polivalentes (caçarem, pescarem e coletarem). Os grupos domésticos de Vila Darcy utilizam mais de uma área para o manejo dos recursos, a floresta, os rios, igapós e igarapés. No mapa cognitivo do mapeamento dos recursos naturais, foram apontadas duas áreas de terras firmes onde estão localizados os roçados, os guaranzais e outros, uma em frente à comunidade, distante aproximadamente 45 minutos de rabeta da sede da comunidade, ou 2 horas de canoa a remo, para ir e para voltar, e a outra localizada atrás da comunidade, estando o roçado mais perto certa de 30 minutos de rabeta, ou 1 hora e 30 minutos de canoa a remo.

A produção é, principalmente, de subsistência, atendendo às necessidades de consumo das famílias desses pequenos produtores. Há uma distinção entre os produtos destinados à comercialização e àqueles para a subsistência dos membros do grupo. Os produtos frequentemente comercializados são a farinha e guaraná.

As culturas permanentes, como o cacau, cupuaçu, abacaxi, milho, feijão, manga, laranja, coco, melancia, jerimum, caju, banana, maracujá, cana-de-açúcar, café, mamão, tucumã, açaí, entre outras, são para o consumo do grupo doméstico, podendo ser encontradas nas áreas mais afastadas, próprias para as plantações ou nos quintais dos comunitários. Alguns produtores afirmam que podem vender o que excede ao consumo do grupo, mas não gostam de fazê-lo por representar um percentual muito pequeno: “[...] se tiver alguém querendo comprar a gente vende, mas eu não gosto de vender de pouco [...]”. O que implica numa fraca dependência do mercado e limitada relação comercial.

As principais hortaliças, legumes e verduras encontradas na Vila Darcy são: cebolinha, chicória, coentro, couve, maxixe, pimentão e tomate, ressaltando que todas são destinadas apenas para o consumo dos grupos domésticos e melhor exploradas no verão ou na vazante-seca, que ocorre entre os meses de agosto a dezembro.

A utilização do adubo orgânico é comum entre os agricultores, dentre os quais se destacam: o paú, espécie de madeira apodrecida muito usada como adubo, estrume de boi, terra preta, além do estrume de galinha, casca da mandioca e folhas de árvores, cascas de frutas. A utilização desses adubos naturais possibilita a compreensão de que os saberes tradicionais são importantes para as comunidades ribeirinhas, uma vez que há inúmeras dificuldades (distância, falta de recursos financeiros, falta de assistência técnica), utiliza-se uma outra alternativa e que resultará certamente em bons resultados nas plantações.

Ao se analisar a opinião dos entrevistados quanto às condições necessárias para o trabalho agrícola, os entrevistados afirmam que falta incentivo do poder público na região, dentre as principais dificuldades apontadas destacam-se: falta de crédito para os produtores, falta de ferramentas adequadas, falta de mão-de-obra, falta de transporte adequado para escoar a produção, as pragas que atacam as plantações e a falta de sementes para o plantio. Sobre essa questão é ilustrativo o depoimento a seguir apresentado

[...] eu acho que deveria ter mais apoio do governo com uma visão voltada pra zona rural, eu acho que um programa diretamente voltado para o incentivo da agricultura iria desenvolver muito a zona rural.[...] Aqui na comunidade a gente trabalha, mas infelizmente não tem um apoio um alicerce bem forte que dê sustentabilidade pra isso. (Seu Eli, 42 anos).

O Seu Eli explicita em sua fala que o poder público não tem incentivado e apoiado os pequenos produtores nas comunidades, tendo em vista que os mesmos não possuem assessoria técnica dos órgãos competentes, crédito para aumentar a produção e apoio nos escoamento da produção.

Dentre os equipamentos mais utilizados para estas atividades, destacam-se o motor de cevar mandioca, a rabeta e o motor-serra, o que representa um uso limitado desses equipamentos e instrumentos nas práticas produtivas. Equipamentos ou técnicas mais modernos, tração animal para a agricultura não são utilizados pelos grupos, por esse motivo a produção é em baixa escala. Para ajudar no trabalho nos roçados, compensando de certa forma tantas dificuldades, os grupos instituem as práticas de trabalho coletivo.

Desta forma, as habilidades e a força de trabalho dos agentes sociais dos grupos domésticos, bem como o número deles em cada grupo, são fatores fundamentais para a instituição das atividades agrícolas. O plantio de mandioca, por exemplo, segundo

alguns entrevistados, pode ser efetuado em qualquer mês, outros agricultores plantam principalmente nos meses de outubro e novembro. Uma referência importante para a realização do trabalho é a interpretação dos signos da natureza, pois, são orientados de acordo com as fases da lua. A produção ocorre, em geral, entre os meses de agosto e setembro: [...] no quarto crescente eu planto e quando dá o quarto minguante eu paro, aí só na próxima fase eu faço o plantio. Assim que meu pai trabalhava, ele me ensinou a trabalhar dessa maneira [...].

Esse conhecimento, como pode ser observado, é (re)passado de pai para filho e permanece em vigor até os dias atuais como uma forma importante de orientar o manejo dos recursos locais. Há um planejamento complexo por parte dos produtores para realizar o plantio e a colheita dos produtos. Esse planejamento envolve tanto a escolha da melhor época para o plantio quanto a seleção das plantas e a divisão do trabalho no interior do grupo doméstico para a execução das atividades. O feijão e a melancia, de acordo com os saberes desses grupos, não podem ser plantados na época das chuvas, pois várias pragas atacam, matando a planta. A colheita da melancia ocorre entre os meses de agosto e novembro. O arroz é plantado no mês de fevereiro, o feijão nos meses de abril e maio e o milho nos meses de setembro a novembro. Alguns agricultores entrevistados não fazem rotação nessas terras, alegando não possuírem equipamentos para revolver a terra, as culturas são plantadas sucessivamente e no início do verão.

A roça pode ser colhida a partir dos nove meses de plantio até um ano aproximadamente, a mandioca plantada pode ter um tom de amarelo mais forte (brava) ou uma cor mais clara (mansa), aproximado do branco, então os agricultores escolhem aquela planta que apresenta uma estrutura menor, mais baixa, pois segundo os ribeirinhos são as que apresentam um tubérculo maior, estando presente nesse

fenômeno a qualidade da mandioca. A farinha tradicionalmente é comercializada na sede do município ou vendida para Associação AGUAMÃ, raramente faz-se algum tipo de troca, no entanto, o preço oferecido pelos produtos é determinado quase sempre pelo comprador.

No que concerne a renda familiar, esta advém, sobretudo, da venda de farinha e do guaraná, sendo este último, um dos produtos geradores de bons rendimentos para os agricultores a cada ano, de acordo com a produção individual. No município, a produção do guaraná possui um significado importante para os agricultores ribeirinhos, simbolicamente todos se identificam como *produtores de guaraná*.

Essa condição de produtores de guaraná, no entanto, não é suficiente para que eles tenham acesso a bens e serviços sociais, e complementam suas rendas com os benefícios sociais que auxiliam na subsistência, entre eles destacam-se: 1) o Bolsa Família _ benefício da Assistência Social, no qual as famílias recebem até R\$ 140 reais; 2) Bolsa Floresta _ benefício compensatório dado pela Fundação Amazônia Sustentável (FAZ), via SDS para famílias que residem dentro de UC's ou no entorno pela prestação de serviços ambientais, no qual as famílias recebem R\$ 50,00.

Os ganhos obtidos com a venda da produção e com os benefícios sociais permitem a compra do rancho (café, açúcar, bolacha, leite, sabão, óleo, entre outros produtos), remédios, utensílios domésticos, material escolar, roupas, entre outros bens.

A manutenção de pequenas criações é comum em todos os grupos domésticos entrevistados (criação de galinhas, patos, perus e carneiros em menor número). Estes animais são destinados ao consumo dos grupos e somente são vendidos se houver necessidade para complementar a renda.

Na Vila Darcy as pequenas criações funcionam como uma espécie de reserva econômica para casos de maior necessidade, sendo a agricultura a forma de produção

principal, com grande destaque para a prática do trabalho comunitário coletivo, refletindo na organização sócio-política dos grupos.

Quanto à pesca na comunidade Vila Darcy, esta é realizada somente para o consumo dos grupos domésticos, a qual fica sob responsabilidade dos adultos e jovens do gênero masculino. De certo modo, esta divisão do trabalho atua como mecanismo de liberação dos outros membros da família para outras atividades e como processo formativo para o manejo dos rios. A pesca para o consumo dos grupos domésticos é praticada em todos os períodos do ano, ao passo que a caça é mais importante na composição alimentar das famílias na época em que os rios estão com seu volume de águas elevado.

No que diz respeito aos utensílios utilizados na pesca, destacam-se: a malhadeira e a linha comprida um recurso muito usado por estes ribeirinhos. As áreas de pesca são os rios, igarapés e lagos, mas principalmente os igarapés e lagos do entorno, cuja distância da comunidade é aproximadamente 1 a 2 horas de canoa a remo para ir e voltar, e, os peixes mais comuns da região são: aracú (*Anostomidae*), acaratinga (*Cichlidae*), tucunaré (*Cichlidae*), jaraqui (*Hypophthalmidae*), pescado (*Sciaenidae*), pacu (*Serrasalminidae*) e bodó (*Loricariidae*). Não é possível comercializar o pescado pela distância dos mercados consumidores, falta de transporte para escoar a produção e falta de gelo para a conservação dos peixes, por estes motivos ele é direcionado somente para a subsistência dos grupos. Há trocas do resultado da pesca entre os grupos domésticos e divisão entre os comunitários.

A caça é realizada em todos os períodos do ano, mas possui papel importante na composição alimentar das famílias na época em que os rios estão com o volume de água elevados. Os bichos mais comuns que são capturados pelos comunitários para o consumo dos grupos domésticos são aqueles caçados nas margens dos rios ou em terra

firme. Há ainda aqueles animais que vivem distante da comunidade, aproximadamente 1 a 2 horas de canoa a remo para ir e voltar. Dentre eles destacam-se a paca, inhambu, veado, tatu, macaco, anta, cutia e pato. Há moradores que também se alimentam de bichos de casco, como o tracajá. O resultado da caçada geralmente é dividido com a família e o restante do alimento é conservado, salgando a carne para refeições posteriores.

A atividade de caça não se constitui em atividade econômica, a carne não é comercializada, só é vendida em casos de extrema necessidade, ela destina-se ao consumo em ocasiões especiais ou ainda à celebração da sociabilidade masculina, tornando-se um momento de confraternização entre os homens, não orientada pela lógica do trabalho produtivo. O padrão de consumo alimentar dos ribeirinhos valoriza a ingestão diária de farinha e peixe, podendo ser complementada por verduras e frutas, esta última especialmente pelas crianças.

Quanto ao extrativismo vegetal, é comum a coleta de frutos de açaí e tucumã. Os moradores também coletam cipó para a fabricação de utensílios como cestos, madeira itaúba para construção e venda, além da castanha, copaíba e andiroba para consumo dos grupos domésticos e lenha para a cocção dos alimentos.

Vale destacar o desenvolvimento da pecuária na comunidade Vila Darcy, observou-se em 02 sítios da comunidade a criação de gado, contudo em pequena escala. A prática da pecuária não é comum entre os pequenos produtores ribeirinhos, mas entre os médios e grandes produtores.

A dinâmica produtiva na comunidade ribeirinha Vila Darcy guia-se pela relação homem-natureza. Nessa região os agentes sociais utilizam seus saberes tradicionais, acumulados de geração em geração, instituindo múltiplas relações com o ambiente natural e os recursos locais, por exemplo, os ciclos naturais, a reprodução e migração da

fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, roçado, os sistemas de manejo dos recursos naturais, utilizando tais informações no seu dia-a-dia. Entende-se também que as práticas produtivas encontram-se pautada por uma dinâmica peculiar, e não em função das relações de produção para atender as demandas do mercado. São relações de respeito ao meio ambiente e de manutenção da subsistência de seus grupos.

Quanto às simbologias que ordenam suas vidas produtiva e organizativa, os comunitários acreditam na cobra grande, saci, curupira, jurupari e mapingari, as quais se constituem como lendas do imaginário das populações tradicionais da Amazônia. Quando pergunda se acreditava em algum mito ou lenda, o Seu Dedé afirmou de forma veemente que sim, como pode ser observado na citação a seguir:

Eu acredito sim, eu acredito em cobra grande, eu acredito em saci [...]. Eu gostava de andar muito de noite para pegar tracajá na praia, e aí contaram pra mim que tinha um camarada que andava aí na praia e aí uma noite eu sair pra pegar tracajá e ataquei a minha canoa na praia e não tinha ninguém, quando eu vinha voltando eu vi o camarada na minha frente, aí eu andei bem rápido, e percebi que ele vinha atrás até que eu cheguei perto da canoa, quando eu olhei para trás ele tinha sumido, aí depois foi arrepiando meu corpo todinho, aí eu vim embora rápido. Mas, deu pra vê que ele só tinha uma perna, e muita gente viu aqui na comunidade, viu esse saci. Eu também vi uma cobra grande uma vez quando eu vinha viajando no meu batelão com a minha família, aí no meio da noite deu um temporal, nós tivemos que parar o barco para prosseguir no outro dia. Quando amanheceu o dia eu vi aquele grande nó na água, eu pensei que fosse um tronco de árvore que tivesse caído com o temporal, mas meu filho que estava comigo, que tem uma visão melhor que a minha, viu aquele negócio se mexendo e me disse para a agente entrar no igarapé que não era nada de tronco era um grande bicho, era a cobra grande, nós desviamos o caminho e passamos bem longe dela, mas dava pra gente ver uns três pedaços dela no estirão do rio. Eu também acredito no curupira, no jurupari e no mapinguari, eu acredito que exista isso porque meu pai que viu me contou. (Seu Dedé, 71 anos)

A convivência com o sobrenatural é um dos traços comuns na vida amazônica. Charles Wagley (1988, p. 118) em seu estudo sobre a comunidade de Itá explicita esta convivência: “Santo Antônio e São Benedito, cujas imagens ocupam o altar-mor da igreja matriz, chegaram mesmo a ser vistos à noite caminhando pelas ruas”.

Nas comunidades ribeirinhas os rios e as florestas são as matrizes dos principais mitos narrados pelos ribeirinhos. Segundo Fraxe (2004), a paisagem amazônica, composta de rios, igapós e florestas, é contemplada pelo ribeirinho como uma dupla realidade: imediata e mediata. A imediata possui a função material, lógica e objetiva. Em contrapartida, a mediata possui a função mágica, mítica e imaginária. Segundo a autora na percepção do ribeirinho sobre o lugar onde vive, há uma superposição dessas duas realidades (material e imaginária). Por vezes, esse mito serve como mecanismo de proteção aos recursos deste local, limitando a entrada de estranhos e disciplinando e criando regras para os próprios comunitários.

Entende-se que as habilidades, saberes e valores que resultam das práticas produtivas, incidem diretamente na dinâmica sócio-cultural e política dos ribeirinhos, bem como estes estão em constante transformação, uma vez que essas comunidades se comunicam entre si e com o contexto externo, havendo trocas culturais. Todavia, analisa-se que a partir do processo de implantação da FLORESTA de Maués essas transformações se acentuaram, causando um grande impacto sobre o *modus vivendi* dos ribeirinhos, conforme o relato do seu Eli e seu Dedé:

Com a criação da Floresta foram criadas algumas leis que chamamos de regimento interno, que foram criados para a gestão aqui pra dentro da floresta e isso travou um pouco os costume que nós tínhamos antes [...] por exemplo, eu pescava muito tracajá para comer, mas agora eu fico com medo de pescar porque é proibido, aí para pegar o peixe tem um determinado limite. Então eu acredito que isso foi uma coisa

que travou um pouco a gente fazer o que fazia antes, mas com o tempo a gente vai se acostumando. (Seu Eli, 42 anos).

Por um lado a criação da floresta foi boa, por que a gente recebe o Bolsa Floresta, mais por outro foi ruim que ninguém pode mais fazer o roçado com 5 quadras, 6 quadras com nós fazíamos antigamente. Só é permitido fazer um roçado maior um pouquinho na área de capoeira. Já veio gente aqui na comunidade proibindo a gente de caçar, de pescar. Proibiram a gente pescar de caniço, de malhadeira, também foi proibido a espingarda para caçar, desse jeito como a gente vai viver? O governo não vai nos sustentar. Se eles dessem um recurso maior para gente passar bem o mês, tudo bem, mas para gente viver bem aqui tem que trabalhar. Eu mesmo continuo usando minha malhadeira, a gente não pega o peixe para vender é só para o consumo da família. Eu acho que deve proibir só aqueles que entram aí no rio para pescar em grande quantidade, o que não é o nosso caso. (Seu Dedé, 71 anos)

Conforme relatos de Seu Eli e Seu Dedé, a Floresta gerou impactos sobre o *modus vivendi* dos ribeirinhos, haja vista que foram estabelecidas novas regras para as relações com a natureza, tais como: a delimitação das áreas de caça, a restrição da pesca nos rios, a indicação dos instrumentos que são permitidos utilizar, a redução de área agricultáveis, entre outros.

Enfatiza-se que esses impactos sócio-culturais, em que os ribeirinhos são restringidos em suas atividades habituais nas comunidades, como caça, a coleta, a pesca e a agricultura, dificilmente são avaliados pelo poder público. Contudo, entende-se que se fazem necessários estudos mais aprofundados das alterações da relação tradicional desses povos com a natureza, tanto no plano material quanto no imaginário e simbólico.

- ***Práticas de Atividade Coletiva***

A sociabilidade entre os membros da comunidade ribeirinha Vila Darcy concretiza-se a partir de interações recíprocas, solidárias e reguladas pela vivência grupal, por formas variadas de ajuda mútua. Esta manifesta-se de diversas formas,

principalmente na agricultura. O trabalho coletivo é o que compensa, de certa forma, a deficiência no que diz respeito à quantidade de mão-de-obra disponibilizada por cada grupo doméstico. Os sistemas mais utilizados de coletivização do trabalho na Vila Darcy são o *mutirão* e o *puxirum*. (Ver Figura 16).



Figuras 16: Comunitários realizando mutirão para descascar a mandioca para fazer farinha.

FONTE: Banco de Dados do Grupo Inter-Ação/2011.

Conforme o Sr Eli, morador da comunidade o mutirão na comunidade acontece da seguinte forma:

[...] aqui o mutirão é feito assim, a pessoa vai e convida o cidadão, olha tal dia você vem me ajudar, aí quando você precisar você me avisa que eu retorno a mesma ajuda que você vai me dar tal dia, então é dessa forma no dia marcado todos se reúnem, aí o proprietário do mutirão arca com todas as despesas e assim acontece sucessivamente o retorno. (Seu Eli, 42 anos)

Chaves (2001) identifica que nas comunidades ribeirinhas, em geral, há três formas de trabalho comunitário coletivo, quais sejam: *mutirões*, *ajuris*, *puxiruns*, que além de significarem o momento de realização de atividades produtivas, configuram-se em momento de lazer, pois se reúnem velhos amigos, conhecidos e parentes para trabalharem em conjunto em prol de um deles.

Na comunidade também realizam atividades coletivas na preparação das festas, na limpeza da comunidade e nas reuniões para o lazer na comunidade, tais atividades

ficam sob responsabilidade dos coordenadores da comunidade no que concerne a organização e distribuição das tarefas. Contudo, a alimentação fica por conta de cada família que participa da atividade.

O *puxirum* caracteriza a realização de atividades em grupo para troca de serviços, no qual todos se unem para beneficiar um membro, que em um outro momento, pode prestar serviço equivalente àqueles que o ajudaram. No dizer de Wagley (1988), no trabalho agrícola, em conjunto, o anfitrião se responsabiliza por todas as despesas, serve café e o almoço de todos aqueles que se dispuseram a ajudá-lo e da mesma forma os demais irão fazê-lo assim que tenham oportunidade de retribuir com os que colaboraram com o trabalho, mesmo que haja um longo período entre as ocasiões.

O *mutirão* é um serviço destinado a toda coletividade, em que escolas, centros comunitários, áreas em comum serão beneficiadas e o *ajuri* configura-se como um trabalho também realizado em conjunto e em áreas coletivas, cujos resultados são partilhados de acordo com as necessidades dos grupos domésticos.

As modalidades de trabalho comunitário nesses espaços, geralmente caracterizam-se como: a) formas de cooperação laboral praticadas pelos comunitários; b) padrão de divisão dos frutos do trabalho cooperativo de acordo com as necessidades dos grupos; c) estratégia de ação coletiva para potencializar a força de trabalho do grupo doméstico; d) formas diversificadas de produção realizadas de acordo com os ciclos dos produtos (plantio, colheita) e da natureza (inverno, verão); e) esforço coletivo requerido por determinadas práticas produtivas e comunitárias (construção de equipamentos, de hortas). (CHAVES, 2001, p. 9-10).

As atividades coletivas praticadas na comunidade Vila Darcy representam a solidificação dos laços de parentescos e compadrios, característica marcante nas comunidades tradicionais, estas práticas objetivam e fortificam a organização social,

política e cultural das populações tradicionais. Contudo, os espaços coletivos na comunidade Vila Darcy não podem ser percebidos somente sob ótica da solidariedade e da convergência, visto que os agrupamentos coletivos abrigam também uma série de divergências e tensões internas e externas, uma vez que os conflitos acontecem tanto entre os comunitários como entre as comunidades, embora em última instância os agentes se unam para constituir uma identidade coletiva.

- *Atividades de esporte e lazer*

O maior entretenimento da comunidade fica por conta do futebol, o qual consegue unir todas as famílias e faixas-etárias. Vila Darcy atualmente possui 4 times de futebol, o Atlético masculino A, o Atlético masculino B, o Atlético feminino A e o Atlético feminino B. Aos domingos e quintas-feiras há treinamento, e, a partir das 16 horas todos os agentes sociais, homens, mulheres e crianças, deixam suas casas e reúnem-se no campo de futebol, localizado no centro da comunidade, para jogar futebol. Os times vencedores da comunidade representam a comunidade em campeonatos em outras comunidades.

Há também também outras formas de lazer na comunidade, como o festejo de algumas datas comemorativas, no qual se destaca o aniversário da comunidade (nove de fevereiro), que é comemorado com festa: torneios de futebol masculino e feminino, com a participação dos moradores das comunidades vizinhas (São João, Campo-Grande, Mucajá, Acãoera, Ebenezer, Juma, Laranjal, Boca do Amaro, entre outras). Cada visitante comparece à festa trazendo a comida que será dividida para todos.

Outras datas em que os comunitários reúnem-se para comemorar são o Dia das Mães, Dia dos Pais, término das aulas, Natal e Ano Novo. Quando algum festejo acontece em outra comunidade nas proximidades, eles também se deslocam para as comemorações levando alimentos, destacando-se então o compromisso de participação

dos grupos domésticos. Nesse sentido, em relação as datas comemorativas, pode-se afirmar que a comunidade acompanha o ritmo da sociedade envolvente.

Vale destacar ainda a forma de diversão das crianças da comunidade, as quais se reúnem alguns dias, no final da tarde para brincarem de roda ou futebol. Um momento especial do dia é a hora de “pular no rio”, no qual é sempre uma diversão para as crianças.

- ***Relações intra e inter comunitária***

As relações intracomunitárias em Vila Darcy são constituídas em bases de solidariedade grupal. Os grupos domésticos mantêm um conjunto de relações de vizinhança que conformam redes de ajuda mútua com outros grupos. Essas relações extrapolam a mera realização de atividades e/ou de troca de produtos, pois servem para promover a cooperação para implementar atividades demasiadamente complexas e/ou árduas para um número restrito de pessoas. Além do mais elas expressam o apoio em diferentes situações como no caso de doenças, de problemas familiares ou em função da necessidade de obter abrigo (moradia).

Essa relação entre os grupos familiares tende a fortalecer os laços de amizade e solidariedade, o que certamente não aconteceria caso houvesse uma mudança para o meio urbano, pois se presenciaria o distanciamento de hábitos e costumes tradicionais.

Assim, as relações intracomunitárias afirmam a coesão social no interior da comunidade, mas de nenhuma forma fazem desaparecer os conflitos que por inúmeras vezes constituem-se em entraves para a caminhada constitutiva e organizativa no âmbito sócio-comunitários.

As relações intercomunitárias ocorre principalmente nas festas comemorativas, comercialização/trocas de produtos e nos torneios de futebol. Sempre que uma comunidade visita a outra, esta tem a obrigação de retribuir a visita. Tais trocas são de

fundamental importância, uma vez que representam a consolidação das relações de vizinhança entre as comunidades.

- ***Práticas Religiosas***

A comunidade Vila Darcy é considerada uma comunidade cristã Evangélica, uma vez que a única igreja presente na comunidade é a Igreja Adventistas. Dos 08 entrevistados, 07 consideram-se evangélicos, apenas 01 considera-se católico, que apesar de estar no território da comunidade Vila Darcy, não se identifica com a mesma, mas considera-se da comunidade Menino Deus do Acaoera, o qual se desloca todos os domingos com a família para participar da missa na comunidade, conforme citação a seguir.

Essa comunidade aí é Adventista, mas eu não gosto dessa religião, eu pertencço à outra comunidade, a comunidade Menino Deus do Acaoera, lá eles são católicos, por isso que eu gosto de lá. Eu sou católico porque meu pai era muito católico, ele dizia pra mim que ele ia morrer, mas não queria que ninguém se batizasse em outra religião. Eu sou batizado na igreja católica e a minha família todinha também. Eu só vou lá na comunidade Vila Darcy quando tem algum torneio de futebol, pra outra coisa eu não vou não. (Seu Dedé, 71 anos).

Pode-se inferir na fala do Seu Dedé que na comunidade Vila Darcy há um evidente conflito de ordem religiosa entre evangélicos e católicos. A igreja evangélica tem uma atuação grande no rio Parauri, dentre as quais destacam-se as seguintes denominações: Adventista, Presbiteriana e Assembléia de Deus, foi relatado pelos comunitários a presença de missionários cristãos em algumas comunidades, o que corrobora para uma efetiva ascensão das igrejas evangélica e por sua vez tem enfraquecido as igrejas católicas na região, causado vários conflitos e divisões no âmbito sócio-comunitário.

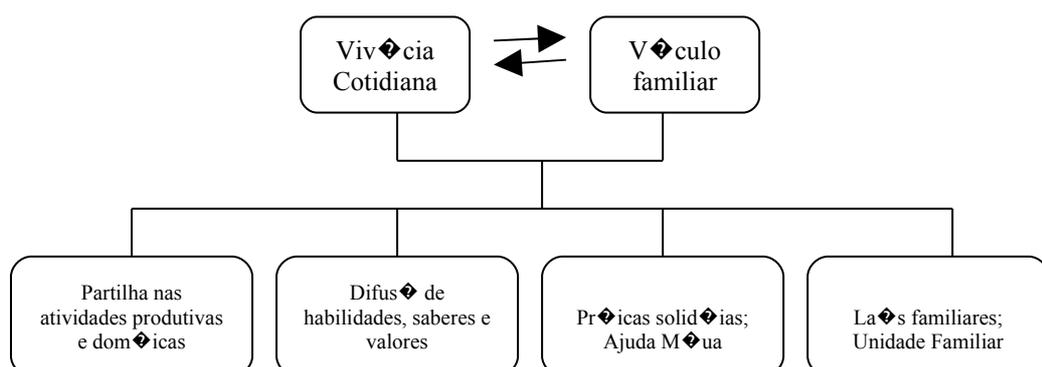
- ***Vínculos Familiares***

As famílias fazem várias atividades em conjunto, contudo com responsabilidades distintas. Na vivência cotidiana na comunidade, cabe ao homem, como chefe da família, a responsabilidade de suprir as necessidades da família, ele responsabiliza-se pela produção e comercialização. No entanto, as esposas e crianças também acompanham na maioria das atividades.

As mulheres ajudam seus esposos no roçado, complementando a força de trabalho e a renda familiar, além de colaborar nas atividades domésticas “[...] eu trabalho com roça, quando eu posso ir pra lá eu vou, ajudo na roça e trabalho em casa”. Além disso, participam ativamente da organização sócio-política: estão sempre presentes nas reuniões, nos mutirões.

As crianças, principalmente as do gênero masculino, também integram a força de trabalho na agricultura a partir dos 8 anos de idade, o trabalho desses atores sociais atende a necessidade de braços para o trabalho agrícola, uma vez que não há participação de atores externos ao grupo para auxiliar nessas tarefas. As crianças gênero feminino ajudam a mãe nos trabalhos domésticos e as maiores ajudam a cuidar dos menores.

A participação nas atividades produtivas e domésticas não se constitui como trabalho infantil, uma vez que é na realização dessas atividades que as habilidades, saberes e valores são repassados de pais para filhos, bem como, essas crianças não deixam de frequentar a escola, devido à educação ser considerada de maior importância pelos pais. (Cf. Figura 17).



Figuras 17: Esquema dos vínculos familiares na comunidade Vila Darcy
FONTE: Pesquisadora/2011.

Nesse sentido, observou-se que as famílias em Vila Darcy possuem laços familiares fortes. Cada família atua como uma unidade produtiva a partir da prática da ajuda mútua o que garante a reprodução social e física da família e da comunidade.

- ***Organização Política na Comunidade Vila Darcy***

Na comunidade Vila Darcy as lideranças formais são compostas por 01 coordenador, 01 vice-coordenador, 01 tesoureiro, 01 secretário e 01 coordenador de esporte. Todas as quintas-feiras os comunitários reúnem-se no Centro Social para discutir os problemas que dizem respeito à comunidade, buscam soluções para eles e discutem onde serão realizados os mutirões. É importante ressaltar que este dia é dedicado exclusivamente aos trabalhos coletivos da comunidade, em que se realizam as seguintes atividades: limpa-se os espaços públicos na comunidade, cuida-se da escola, os moradores ajudam na reforma da casa dos demais comunitários, o que não pode haver é o comprometimento de trabalho com moradores de outras comunidades. Na comunidade Vila Darcy, além da organização formal, os comunitários também possuem 01 clube de mães e participam de 02 associações de produtores (ASPAFEMP E AGUAMÃ).

Em relação às mulheres, a expressão mais importante da participação sócio-política nesta comunidade foi a criação de um Clube de Mães que aos poucos vem se destacando como fator de organização e mobilização comunitária. É importante ressaltar que em 2001, quando o Grupo *Inter-Ação* iniciou seus trabalhos na comunidade, as mulheres apresentaram a proposta da criação de um Clube de Mães para

que elas pudessem exercitar suas habilidades e saberes de artes manuais, de modo a servir para a produção de renda e, conseqüentemente, para melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

O apoio do Grupo *Inter-Ação* com a realização de atividades sócio-educativas, possibilitou a fundação do Clube de Mães. Na atualidade, 15 mulheres participam do Clube, comercializam seus produtos na comunidade, em outras comunidades e na sede de Maués, cuja renda tem proporcionado o fortalecimento da organização política local e a expressão da capacidade criativa das mesmas. Portanto, o Clube se tornou um marco na organização sócio-política da comunidade e cidadania não apenas das mulheres, mas do conjunto da comunidade. (Ver Figura 18)



Figura 18: Mulheres do Clube de Mães de Vila Darcy com as Pesquisadoras do Grupo Inter-Ação.

FONTE: Banco de Dados do Grupo Inter-Ação/2010.

Em relação às associações de produtores, a maioria dos produtores não só de Vila Darcy, mas também de outras comunidades são associados à ASPAFEMP, haja vista que é a única associação que possui legitimidade junto a FLORESTA de Maués e a única que recebe os benefícios advindos dos programas sociais dos órgãos competentes, como por exemplo a SDS e o INCRA. Nesse sentido, o Seu Eli afirma que a ASPAFEMP,

[...] tem um papel muito importante dentro da floresta, ela inclusive se responsabilizou por alguns negócios que as outras associações não estavam organizadas [...] como a atividade do INCRA e outros projetos que já vieram. Então, é a única aqui que está atuando na nossa região da floresta de forma organizada. (Seu Eli, 42 anos)

Nas entrevistas também foi citada a associação AGUAMÃ, a qual é formada por 05 produtores da própria comunidade, contudo não tem credibilidade das outras famílias que residem na comunidade, por não estar organizada de maneira formal.

Nesse sentido, atualmente existem 02 associações e 01 clube de mães atuando na comunidade Vila Darcy. Todavia, vale ressaltar que antes da criação da Floresta haviam vários grupos de produção e associações em Vila Darcy.

Nesse sentido, entende-se que a criação da Floresta Estadual de Maués trouxe um grande impacto na organização política da comunidade visto que houve uma redução do número de associações comunitárias presentes na comunidade. As associações comunitárias possuem uma forma de se organizar que difere dos padrões oficiais, cada associação tem uma liderança que é escolhida via eleição e legitimada por todos os membros. Contudo, o que se reconhece como associação no CEUC são organizações que possuem um padrão organizacional urbano-industrial, incluindo um CNPJ, na ausência desse padrão, não se reconhece outras formas de organização.

Face a determinação externa imposta para a comunidade sobre o entendimento do que é uma “verdadeira” associação, várias organizações comunitárias se desfizeram, uma vez que não eram reconhecidas pelo poder público, ocasionando um profundo impacto político na comunidade.

- ***Participação Social no processo de gestão da FLORESTA de Maués***

A participação no processo de gestão em Unidades de Conservação pode ocorrer de duas formas: 1) consulta pública para a criação da Unidade, a qual objetiva subsidiar a definição da localização, os limites mais adequados da Unidade; 2) instituição de Conselho para auxiliar na gestão da Unidade.

A participação da sociedade no processo de gestão através dos Conselhos de Unidades de Conservação para Rios & Irigaray (2006) é uma forma de democratização da gestão. Em oficina realizada pelo MMA sobre gestão participativa do SNUC, em agosto de 2004, foi abordado o tema da consulta pública, a qual geralmente é entendida pelos órgãos gestores como à realização de uma ou duas Audiências Públicas, em que são expostos os motivos para a criação da nova unidade, mas sem que haja reuniões preliminares, e sem que o material preparatório seja encaminhado com antecedência aos grupos interessados. Além disso, também não há especificação das formas e dos mecanismos de formalização de críticas e sugestões. Nesse sentido, esta oficina apontou ainda que não existiam critérios para a convocação de representantes da sociedade às audiências, bem como havia uma insuficiência, ou inexistência, de prévios estudos sócio-econômicos e fundiários em campo. Em decorrência desses fatores, a consulta pública finda sendo uma mera exposição técnica de argumentos para a criação de nova área protegida em que a perplexidade e a falta de entendimento ou de reação por parte dos presentes são geralmente interpretadas como concordância da sociedade. A argumentação mais frequente utilizada por representantes dos órgãos gestores para essa

forma de atuação é de que o conhecimento prévio, por parte da sociedade, sobre a intenção de criar uma Unidade de Conservação determina que setores que, porventura, tenham seus interesses contrariados, promovam a descaracterização ambiental da área ou acirrem a exploração de seus recursos naturais (MMA, 2004).

Para criação da Floresta Estadual de Maués, houve de fato uma Audiência Pública, tendo em vista que um pré-requisito para criação da mesma. Contudo, não houve uma participação efetiva da comunidade Vila Darcy nesta Audiência Pública, uma vez que para haver participação, a comunidade precisa estar informada sobre o que é uma Unidade de Conservação e as consequências de sua criação, o que não aconteceu, o que ocorreu foi um levantamento das potencialidades locais nas comunidades abrangidas pela FLORESTA de Maués, como relata Seu Eli:

Primeiramente veio um pessoal aí e conversou com a comunidade e teve início na gestão do prefeito Sidnéi Leite [...] depois veio um pessoal fazendo perguntas e foram perguntando de nós qual era o potencial da floresta, só depois veio a conscientização das comunidades explicando o que significava a FLORESTA, e foi assim que começou. (Seu Eli, 42 anos).

Nesse sentido, a grande maioria das comunidades ribeirinhas, como é o caso de Vila Darcy, só ficaram sabendo que estavam dentro de uma UC ou no entorno, no processo de elaboração do Plano de Gestão, e teve casos de comunidades que só ficaram sabendo que estavam inseridas em uma UC na revisão do PG em 2010, como já foi abordado no item 4.2.

Os Conselhos de Unidades de Conservação, segundo Irving (*et al.*, 2006), são espaços institucionalizados para as tomadas de decisão pela sociedade, considerado também como um mecanismo de participação, controle social, espaço do exercício da cidadania, o qual possui certas atribuições, tais como: acompanhar a elaboração do

plano de manejo, avaliar o orçamento da UC, e o relatório financeiro anual do órgão executor e manifestar-se sobre obra ou atividade causadora de impacto sobre a UC.

Segundo Bartholo (*et al.*, 2003), os Conselhos, a partir da década de 90, passam a ter o caráter de conselhos gestores, em que estes apresentam a função de mediação entre sociedade e Estado e estão inscritos na constituição de 1988. Para o referido autor os Conselhos gestores são considerados como novas formas de políticas sociais, uma forma que a sociedade se encontra para discutir, participar, reivindicar, negociar.

A Lei do SNUC traça, em linhas gerais, a composição dos Conselhos Gestores, determinando que os mesmos sejam presididos pelo órgão responsável pela administração das unidades de conservação e constituídos por representantes dos Órgãos Públicos, de organizações da Sociedade Civil e, quando for o caso, de populações tradicionais residentes e de proprietários de terra, conforme se dispuser no regulamento e no ato de criação das unidades. (MMA, 2004).

Em geral, um Conselho de gestão pode nascer de duas maneiras: uma por iniciativa da própria UC visando cumprir o SNUC outra é a partir da mobilização de atores sociais interessados em participar da gestão da UC. O entendimento deste processo, tanto em sua gênese quanto no seu desenvolvimento, a partir de experiências concretas realizadas no país é fundamental para compreender a própria estrutura e funcionamento atual dos Conselhos e as ações que deles decorrem.

A primeira proposta de Conselho Consultivo para a FLORESTA de Maués foi fomentada pela gestora da unidade que na época era subordinada a AFLORAM. Diversas reuniões foram promovidas com a finalidade de compô-lo. Os conselheiros chegaram a ser escolhidos, mas nenhuma portaria foi publicada oficializando as suas atividades (informação pessoal). Com a extinção da AFLORAM, a criação do Conselho da FLORESTA de Maués foi esquecida, sendo esta retomada pela SDS e IPAAM em

2009. O CEUC possui pouquíssima informação sobre a composição do primeiro conselho, por conta disso o considerou extinto, e reiniciou, em 2009, a mobilização para (re)criação de um novo conselho tendo a frente integrantes do DPT/CEUC.

O Conselho Gestor da Floresta Estadual é de caráter consultivo, sendo presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e por representantes das populações tradicionais residentes, como forma de fortalecer a gestão participativa. (AMAZONAS, 2004). Analisa-se que o mesmo cumpre as exigências legais estabelecidas no SNUC. O novo Conselho Gestor da FLORESTA de Maués - COGEF¹⁶ se concretizou com a publicação da Portaria SDS nº. 002 de 12 de janeiro de 2010. De acordo com SDS (2010), o COGEF é formado por 25 representantes titulares e suplentes. (Cf. Tabela 03).

<i>INTEGRANTES DO COGEF</i>	
1. CEUC	13. COOPERFLORA
2. SEMED	14. AGUAMAN
3. SEMSA	15. ASCALBA
4. SEDEMA	16. ASPAFEMP
5. Unidade do IDAM/Maués	17. Setor Apucuitaua 1
6. Unidade da EMBRAPA/Maués	18. Setor Apucuitaua 2
7. ADS	19. Setor Apucuitaua 3
8. UFAM	20. Setor Apucuitaua 4
9. IBAMA	21. Setor Parauari 1
10. IPAAM	22. Setor Parauari 2
11. ITEAM	23. Setor Parauari 3
12. Z-16	24. Setor Parauari 4
TOTAL: 24 INTEGRANTES	

Tabela 03: Formação atual do Conselho Gestor da FLORESTA de Maués
 FONTE: SDS, 2010.

De acordo com CEUC (2009) a setorização dos rios Apucuitaua e Parauari apresenta na Tabela 01 é resultado da I Oficina de Sensibilização para Formação do COGEF. Segundo o mesmo autor uma das deliberações dessa oficina foi a de que a representação no COGEF também envolveria representantes das comunidades e das principais associações atuantes na UC. Nesse sentido, foi deliberado a divisão das comunidades por setores para facilitar a escolha dos representantes junto ao COGEF, conforme a Figura 19.

¹⁶ Sigla proposta durante a revisão do PG da FLORESTA de Maués.

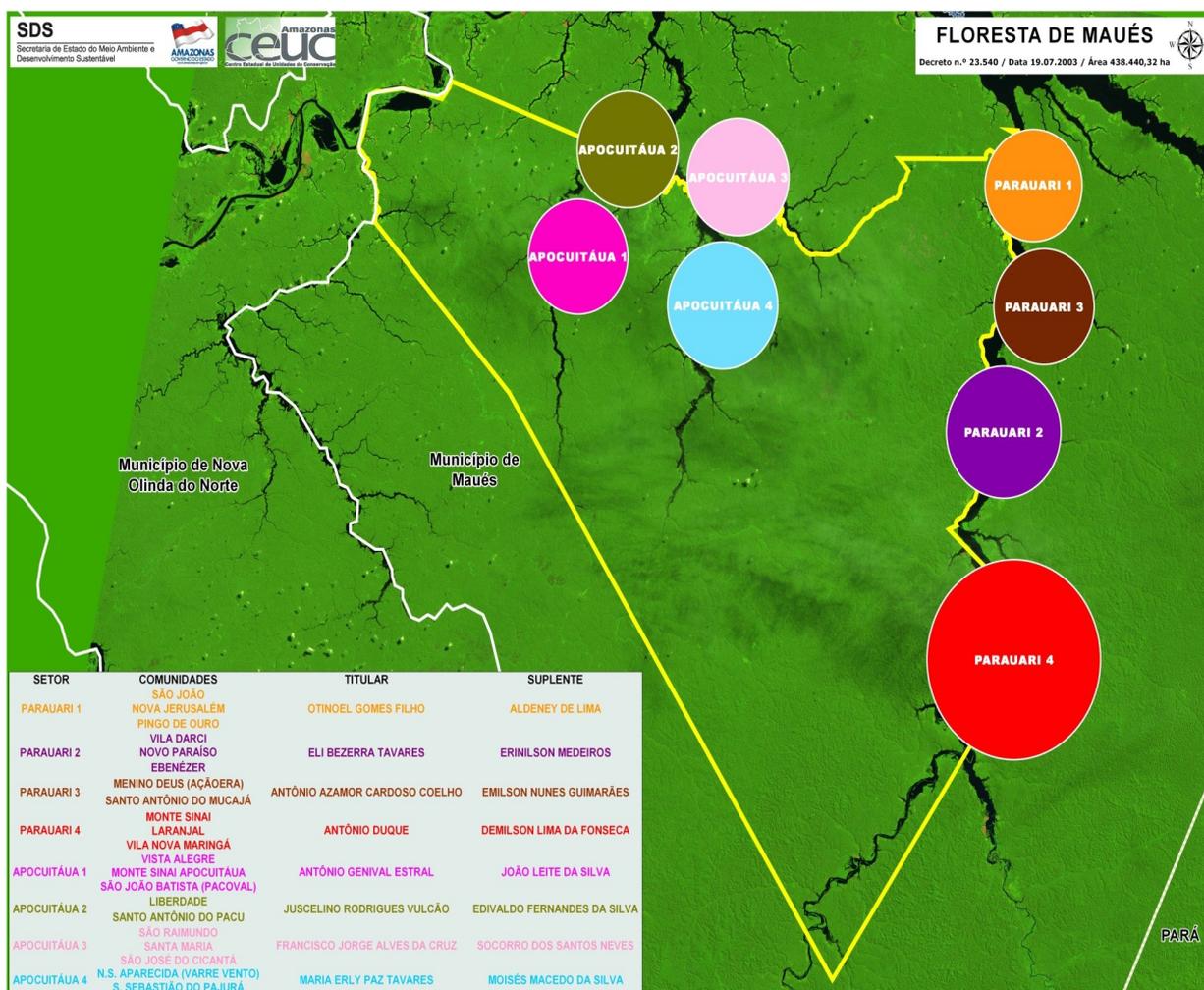


Figura 19: Mapa da FLORESTA de Maués com destaque para divisão dos setores da COGEF
FONTE: CEUC, 2009.

Vale destacar que a configuração atual do COGEF não abrange as comunidades do Igarapé do Canela, Lago Grande do Elias, rio Paraconi e Paraná do Urariá. Contudo ações específicas serão empreendidas pelo CEUC na intenção de reverter esse quadro detectado após a realização de duas OPP em abril de 2010, ou seja, após a publicação da portaria que nomeou os integrantes do referido conselho.

A comunidade de Vila Darcy faz parte do Setor Parauari 2, e é representada no COGEF pelo senhor Eli Bezerra Tavares, como titular, morador da comunidade Vila

Darcy e pelo senhor Erenilson Medeiros, suplente, representante da comunidade Ebenezer. Nas entrevistas, os comunitários ressaltaram a importância da comunidade estar representada junto ao Conselho.

Vale destacar que quando perguntado aos entrevistados se eles conheciam o que é uma UC, dos 08 entrevistados somente 01 soube responder, que é o representante da comunidade junto ao Conselho. O restante dos comunitários não sabiam o que é uma UC. Entende-se que esta falta de conhecimento sobre a UC prejudica a participação social da comunidade nos espaços institucionais.

Nesse sentido, observa-se que a participação social da comunidade no processo de implementação da FLORESTA de Maués de certa forma foi muito limitada, uma vez que não houve a instrumentalização dos comunitários para a participação na consulta pública e em relação ao Conselho, sendo este de iniciativa do próprio Estado, configurando-se no dizer de Turner (1990) como uma “cidadania passiva”.

Tendo por base autores como Gramsci (2004) e Lefebvre (2008), Souza (2004), entende-se que para haver a participação dos agentes sociais é necessário que seja despertada uma consciência crítica, em que esta é precedida de um processo de difusão do conhecimento e de aprendizagem. Vale resgatar a concepção de participação de Chaves (2004), a qual entende que se efetiva a partir da conscientização, da organização social e da capacitação contínua e crescente dos agentes sociais.

Observa-se que na comunidade Vila Darcy, esse processo de sensibilização/conscientização ainda está no início, mas os comunitários entendem a necessidade de se organizarem mais para que suas reivindicações sejam ouvidas pelo poder público. Nesse sentido, entende-se que a participação social ativa da comunidade

é importante para consolidar e ampliar os direitos sociais na Floresta Estadual de Maués.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar o objetivo proposto no estudo de analisar as transformações sócio-culturais e políticas de Vila Darcy com a implementação da Floresta Estadual de Maués, seguiu-se uma caminhada analítica que possibilitou captar tais transformações *in loco*.

Nesta caminhada abordou-se várias discussões, tais como: a concepção de Estado capitalista, o qual repousa sobre uma relação social contraditória; a natureza das políticas públicas na sociedade capitalista, permeada de conflitos e interesses. (MARX, 2005; GRAMSCI, 2004; O'DONNELL, 1881). Nesse sentido, entende-se que as políticas públicas configuram-se, historicamente, como uma arena de lutas políticas, posto que envolvem a disputa no interior das diferentes esferas de formulação e a viabilização das políticas entre os diferentes atores e os diferentes poderes constituídos.

No que tange a Política Ambiental, dentre as alternativas propostas pelo Estado para amenizar o processo de degradação ambiental, destaca-se a criação de Unidades de Conservação, que no Brasil surgiram na década de 30. A formulação das políticas públicas resulta das reivindicações, participação social demandas e sócio-históricas dos segmentos sociais as quais se constituem como direitos conquistados. No estudo constatou-se que questão sócio-ambiental, tal como está configurada, somente adentrou a agenda pública quando emergiu, na cena política, os movimentos ambientalistas, os quais suscitam questionamentos e críticas, contribuindo para que fossem repensadas as bases da relação homem-natureza, configuradas sob o prisma dos paradigmas desse modelo societário.

Entende-se que no Estado do Amazonas, as políticas na área ambiental tiveram grandes avanços nos últimos anos. Contudo, percebe-se que grandes desafios

permanecem como pensar alternativas de construção de uma política de desenvolvimento viável, que incorpore as demandas das comunidades tradicionais existentes na região.

Na comunidade Vila Darcy prevalece uma relação de respeito entre homem-natureza, tendo em vista que os ribeirinhos não dissociam o homem da natureza, o que permitem o manejo do ambiente sem a degradação dos recursos naturais, possibilitando uma gestão sustentável dos recursos naturais a partir do *etnoconhecimento*. Pode-se afirmar que o sistema cultural dos ribeirinhos possui uma lógica e coerência particular que deve ser melhor investigada e entendida em outros trabalhos, uma vez que possui uma imensurável riqueza subjacente a mesma. Cada formação social expressa a emergência do caráter próprio de sua cultura, que não pode ser atribuível a nenhum determinismo geográfico, genético ou ecológico, que não é uma simples resposta adaptativa às condições do meio, mas que imprime a marca de sistemas simbólicos, dos significados e modos de apropriação que cada comunidade constrói de forma sócio-histórica.

Vale ressaltar que as observações realizadas nesta análise em momento algum compartilham da visão romântica do “bom selvagem” que coloca esses agentes na posição de vítimas sem advogados, ou que estes, são exímios conservadores da natureza e que não causam impacto algum a mesma, a posição tomada refere-se a questão de que, não se deve proteger a natureza em detrimento das comunidades que habitam as unidades de conservação, pois, assim como o meio ambiente, os saberes das populações tradicionais também devem ser valorizados. Tal consideração baseia-se na preocupação dos processos de mudanças sócio-culturais e políticas que podem ser inseridos a partir da criação de uma UC.

No caso específico de Vila Darcy, contatou-se a partir de um esforço analítico, que a comunidade vem passando por várias transformações no âmbito sócio-comunitário. Entende-se que tais transformações não decorrem somente do processo de implementação da Floresta Estadual de Maués, mas de um conjunto de fatores tanto externos quanto internos a própria comunidade, uma vez que as mudanças são inerentes a cada cultura. Todavia, reafirma-se, com base nos resultados da pesquisa, que a implementação da referida UC foi um agente externo que gerou mais impacto sobre o *modus vivendi* dos ribeirinhos em Vila Darcy.

A questão sócio-cultural e a organização política constitutivos do *modus vivendi* dos ribeirinhos da comunidade Vila Darcy, incorpora um conjunto de elementos complexos, num fluxo dinâmico de intercâmbio os quais podem ser visualizados no esquema analítico. (Cf. Figura 20).

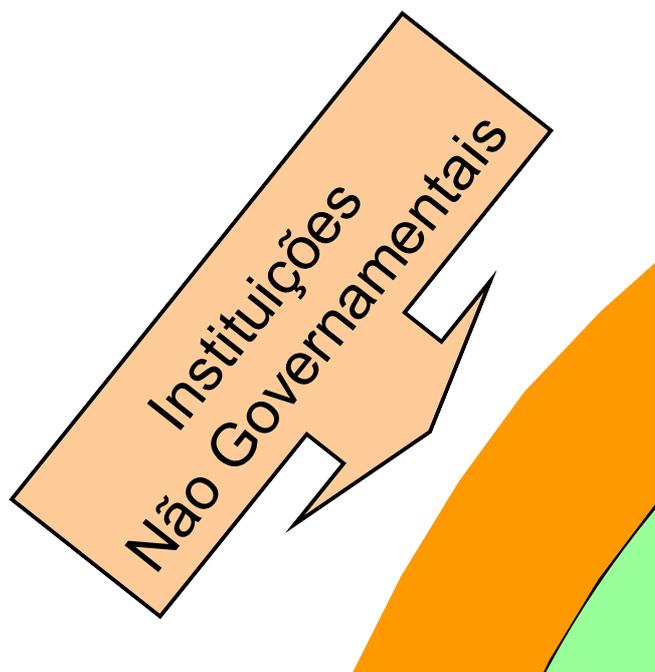


Figura 20: Esquema analítico do *modus vivendi* da comunidade Vila Darcy
FONTE: Pesquisadora, 2011.

Em relação à questão sócio-cultural, a partir da pesquisa constatou-se várias mudanças na comunidade Vila Darcy, dentre as quais se destacam:

- 1) *Inserção de novos papéis sociais*: ao observar a presença de novos agentes sociais, antes inexistentes, tais como: professor, missionário, diretor de esportes, agente de saúde, agente ambiental, conselheiro, entre outros;
 - 2) *Acesso a bens e serviços*: na comunidade Vila Darcy observou-se uma mudança na disponibilização de um conjunto de serviços e recursos da modernidade - tais como, escola formal, centro social e representação política formal – bem como “equipamentos de uso coletivo”, para usar os termos de Castells (1983). Dentre os equipamentos destacam-se: motor de luz, moto-serras, rabetas, televisores, antenas parabólicas, entre outros;
 - 3) *Limitação das áreas de utilização dos recursos naturais*: a delimitação das áreas de caça, a restrição da pesca nos rios, a indicação dos instrumentos que são permitidos utilizar, a redução de área agricultáveis, entre outros.

No que concerne as duas primeiras mudanças, entende-se que os novos papéis, recursos e equipamentos na comunidade, não se configuram apenas como ícones e símbolos das mudanças que esses grupos vêm atravessando. São também instrumentos de integração sócio-cultural pelos quais eles vão se enredando em circuitos e fluxos cada vez mais abrangentes e, desse modo, se reconfigurando e redefinindo o seu acesso a outros tipos de recursos.

Quanto a limitação das áreas de utilização dos recursos naturais, ao mesmo tempo que é interpretado pelos ribeirinhos como algo negativo, eles também identificam fatores positivos dessa restrição.

No que diz respeito aos fatores negativos, os ribeirinhos são restringidos em suas atividades habituais nas comunidades, como caça, a coleta, a pesca e a agricultura, o que gera impactos na relação tradicional desses povos com a natureza, tanto no plano material quanto no imaginário e simbólico.

No que tange aos fatores positivos, é possível perceber que os ribeirinhos têm consciência de que já houve mais fartura na comunidade nas décadas passadas, principalmente, em termos de caça e pesca, mas com o aumento do número de habitantes na região e a entrada de madeireiros e barcos geleiros que adentravam o rio de forma ilegal, ocorreu no âmbito da caça uma migração de várias espécies de animais para o interior da mata e no âmbito da pesca uma diminuição considerável de peixes:

[...] logo de primeira, a gente caçava e topava com facilidade na beira do rio com vários animais, agora a gente não topa mais, é muito difícil, agora agente tem que ir mais bem longe, onde já é o buritizal, o açazal. (Seu Onézimo, 45 anos).

Seu Onézimo, na sua fala evidencia uma preocupação com a contínua redução dos recursos naturais na comunidade, tendo em vista que são tais recursos que garantem a reprodução física e sócio-cultural das comunidades ribeirinhas.

Nesse sentido os comunitários reconhecem que Floresta Estadual de Maués trouxe alguns benefícios para a comunidade, dentre os quais se destacam: a implantação do programa Bolsa Floresta, e o controle da invasão da área, uma vez que a região era alvo constante de exploradores dos recursos naturais, sobre esta questão é ilustrativa a fala do Seu Eli:

Os benefícios que floresta trouxe foi o controle do que poderia acontecer como, por exemplo, extração de madeira ilegal, e extração de pesca ilegal nos nossos rios, então isso aí foi o que

eu vejo que a Floresta trouxe de bom para essa comunidade.
(Seu Eli, 42 anos).

Em relação às mudanças ocorridas no âmbito da organização política, destaca-se:

- *Redução considerável do número de associações comunitárias:* conforme relatos dos comunitários em Vila Darcy tinham vários grupos de produção funcionando. No contexto atual, essas organizações se resumem a 01 Clube de Mães e 02 associações.

Analisa-se que a implementação da Floresta Estadual de Maués foi a responsável pela redução desses grupos, uma vez que o Conselho Gestor só reconhece as organizações que estão formalmente organizadas, e a comunidade interpretou que não haveria razão para a organização de tantos grupos, sendo que somente um é reconhecido (ASPAFEMP), por isso que todos os produtores rurais entrevistados em Vila Darcy são associados a ASPAFEMP.

No que diz respeito à gestão da Floresta Estadual de Maués, verifica-se, uma ambivalência de atuação, qual seja: de um lado, reconhece-se os direitos das comunidades tradicionais locais à autodeterminação social, econômica, cultural e espiritual, efetua-se consultas para obter consentimento ou acordo dos mesmos e assegura-se sua participação no Conselho Gestor; e, de outro, verifica-se que o empenho em conhecer melhor as comunidades é para poder convencê-las, persuadi-las, mudar o seu modo de produzir e viver para que evoluam, subordinando e instrumentalizando seus sistemas de manejo ao interesse prático de administrar a UC, fazendo-os aceitar uma agenda que em boa parte não atendem às necessidades dos comunitários. Esta ambivalência reflete a ambiguidade intrínseca às políticas públicas.

A participação social é condição e instrumento indispensável à construção da cidadania, compreendida como processo dialético em construção porque não se entende o direito estritamente como garantia constitucional, formalização jurídica em si mesma definida, mas como práticas de sociabilidade política. Partindo desse pressuposto, entende-se que cidadania não é concedida aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é o resultado de uma luta permanente de baixo para cima.

Assim, a luta por direitos está longe de se esgotar, e entende-se que a participação social ativa da comunidade Vila Darcy é importante para consolidar e ampliar os direitos sociais. É no exercício da cidadania e participação social que se busca o acesso a direitos, como a redução das desigualdades sociais e a satisfação de necessidades básicas, representadas sob três eixos: material (como por exemplo, o acesso a bens e serviços); cultural (valores, crenças, maneira de pensar, agir e interpretar o mundo, legitimidade da identidade cultural); e social (relações de poder igualitárias, superação da exploração).

A competência deste trabalho, em que pese seus limites, objetivou contribuir para debate acadêmico científico sobre políticas públicas e comunidades tradicionais, através da produção de novos conhecimentos sobre comunidades ribeirinhas objetivando fornecer subsídios para formulação de Políticas Ambientais futuras voltadas que abranjam esse segmento. Vale ressaltar que o estudo configurou-se como pioneiro nas Ciências Sociais Aplicadas, tendo em vista que há um número muito reduzido de estudos produzidos nessas áreas sobre as questões sócio-ambientais e, mais especificamente, na área do Serviço Social.

Ao tomar por referência o exposto no estudo realizado, e ainda com o reforço de outros estudos¹⁷, entende-se que o desenvolvimento com sustentabilidade para os povos da região requer a implementação de um conjunto de medidas de cunho político-institucional e de caráter prático que possam possibilitar uma melhor gestão das UC's, tais como:

- a democratização do acesso aos fóruns de tomada de decisão para superação do processo de exclusão à participação a que estão relegadas as comunidades ribeirinhas;
- a criação de alternativas econômicas viáveis e compatíveis e direcionadas para a valorização das habilidades e competências regionais para combater as disparidades econômicas e políticas existentes;
- o estabelecimento de um efetivo compromisso da sociedade amazônica, em todos os seus segmentos, pela conservação da vida (espécies vegetais e animais);
- a formulação de questionamentos aos fundamentos da ciência moderna, às práticas políticas e às políticas públicas;
- a constituição, instituição e viabilização de políticas públicas integradas que possam promover a distribuição equitativa de recursos e renda para combater a pobreza e atender às necessidades humanas básicas;
- o fomento de uma ciência e tecnologia sintonizadas e organicamente vinculadas com as políticas de desenvolvimento social;
- o fortalecimento e ampliação da capacidade interna de inovação e invenção;
- a ampliação e o aprofundamento da relação cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e comunitários (programas voltados para apoiar e contribuir com projetos de desenvolvimento local);
- o incentivo à participação da população na tarefa de propor e trabalhar na

¹⁷ Chaves (2009; 2006).

construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Tendo por base a concepção de Chaves (2009), entende-se que o desenvolvimento ecologicamente viável só é possível quando socialmente justo. No caso das populações tradicionais que vivem na Amazônia identifica-se a necessidade de ampliar os estudos que privilegiem a busca pelo conhecimento do *modus vivendi* desses povos e que as interpretações possam resultar na implementação de políticas públicas visando a sustentabilidade socioambiental, respeitando o direito dessas populações de permanecerem em seus territórios com autonomia sócio-cultural e política no âmbito das UC's.

REFERENCIAS

AMAZONAS (Estado). Coletânea de Unidades de Conservação: Leis, Decretos e Portarias. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2009.

AMAZONAS (Estado). Governo do Estado. Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués (1ª. Revisão) /Domingos S. M. dos S. Macedo, Geise de G. Canalez e Rômulo F. Batista (supervisão e coordenação). Manaus: CEUC/SDS, 2010.

AMAZONAS (Estado). Plano de Gestão da FLORESTA de Maués / Malvino Salvador e Marcelo Marquesini (coord.). Manaus: SDS/AFLORAM, outubro de 2004.

AMAZONAS (Estado). Decreto no 23.540, de 19 de julho de 2003. Cria e delimita a Floresta Estadual de Maués localizada no município de Maués no Estado do Amazonas e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, 21 de julho de 2003.

AMAZONAS (Estado). Lei Complementar no 53, de 05 de junho de 2007. Governo do Estado do Amazonas. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas – SEUC, dispondo sobre infrações e penalidades e estabelecendo outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, 05 de jun. de 2007.

AMAZONAS (Estado). Lei Delegada no 66, de 06 de maio de 2007. Governo do Estado do Amazonas. Dispõe sobre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, definindo suas finalidades, competências e estrutura organizacional, provendo seus recursos humanos e estabelecendo outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, Poder Executivo, Manaus, AM, 18 de mai. de 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia. Edna Maria Ramos de Castro & Jean Hébette (Org.). Belém: NAEA/UFPA, 1989.

AMANN. Safira Bezerra. Participação Social. 2ª ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: Experiências nacionais. Leonardo Avritzer (Org.). São Paulo: Cortez, 2009.

BARNES, Eduardo Vieira. O conselho do parque nacional da serra do divisor: rituais políticos, (sobre)posições e representações territoriais. 2006. Dissertação de Mestrado, UNB/Programa de Pós-Graduação e Antropologia, Brasília.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: a guerra na floresta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

BOBBIO, N. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992)

_____. A teoria das formas de governo. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

BOMFIM, Manoel. A América Latina: males de origem. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil, 2000.

BRASIL. Lei nº. 9.985 de 2000. Institui o Sistema nacional de unidades de conservação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>>.

BRASIL, 2002. Decreto 4.340. Regulamenta artigos da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. 22 de agosto de 2002.

BRESSAN, Delmar. Gestão Racional da Natureza. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. *In*: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e natureza: Estados para sociedade sustentável. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. Raízes do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1969.

CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 3. ed. Campinas: Papirus, 1990.

CERQUA, Dom Arcângelo. Clarões de fé no Médio Amazonas: A Prelazia de Parintins no seu jubileu de prata. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas: Manaus, 1980. 335p.

CEUC - Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas. Downloads/Shapes/Unidades de Conservação Estaduais. 2009. Disponível em: <<http://www.ceuc.sds.am.gov.br/downloads/category/2009>>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2011.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues *et all*. Políticas públicas: natureza política e viabilização da pesca. *In*: O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendência do desenvolvimento a indústria da pesca/Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Manaus: Ibama/PróVárzea, 2007.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. *In*: INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v.8, p.99-106.set, 2006.

CHAVES, M. do P. Socorro Rodrigues. Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIRED, Campinas.

CHESNEAUX, Jean. Modernidade-mundo. Petrópolis: Vozes, 1995.

CAPRA, F. O ponto de mutação. São Paulo: CULTRIX, 1997.

CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. Cadernos NAEA, Belém, v. 2, n. 1, p.31-50, Jun. 1999.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. *In*: Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Edna Castro (Org). Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

CAVALCANTI, C. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica Vol. 1: 1-10, 2004.

COSTA, Lúcia Cortes da. Reflexão sobre o estado moderno. *In*: Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG: São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. *In*: Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. v. 22, n. 22, São Paulo: Editora UNEP, 1999.

_____. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTO, Barenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CUNHA, S. e COELHO, M. C. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. & GUERRA, A. (Orgs). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 248 p.

CUNHA, Euclides da. À Margem da História. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DAGNINO, Evelina. Qual Cidadania? A noção de cidadania precisa da concepção de um direito a ter direitos. Jornal da ABONG, mimeo.

DALTON, Russel. *The Green Rainbow: environmental groups in Western Europe*. New Heaven & London: Yale University Press, 1994.

DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania. Campinas: São Paulo: Papirus, 1994.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DINIZ, Eli. Crise, reforma do estado e governabilidade. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1985, 215 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. 5ª ed. São Paulo: ed. Brasiliense, 1991.

FÁTIMA E SILVA, M. S. A Revitalização do local como espaço de constituição de uma nova cidadania. In: SILVA, Mª do Rosário de Fátima *et all.* (orgs). Cidadania e Subjetividade. Rio de Janeiro: Editora Imaginário, 1997.

FERNANDES, Florestan. “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina”, 3ª edição, Rio de Janeiro - RJ: Ed. Zahar, 1981.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1975.

FRAXE, Therezinha J. P. *et al.* Os povos amazônicos: identidades e práticas culturais. In: Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente. Henrique dos Santos Pereira (Org.). Manaus: EDUA, 2009.

_____. Therezinha J. P. Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Therezinha J. P. Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Ceará, 2000.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, IPEA, n. 21, jun. de 2000, p. 212-256.

- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989.
- GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. *In*: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejusp/UFPA-NAEA, 1997.
- GODELIER, Maurice. Godelier: Antropologia. Organizado por Edgar Assis de Carvalho. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção grandes cientista sociais, 21).
- GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. Vol. 2, edição traduzida, Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha. Culturas brasileiras da participação democrática. *In*: Experiências nacionais. Leonardo Avritzer (Org.). São Paulo: Cortez, 2009.
- HOBBSAWM, Eric J. A era do capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- IANNI, Octavio. A questão social. *In*: São Paulo em Perspectiva jan/mar. vol. 5 n° 01, 1991.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Documentação Territorial do Brasil: Monografia Municipal - Notas Históricas do município de Maués/AM, sem data. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/dtbs_detalhes.php?id=122>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2011.
- ITEAM - Instituto de Terras do Amazonas. Relatório técnico da FLORESTA de Maués: característica das comunidades do Apocuitaua e Parauari. Manaus. 2003.
- JACOBI, Pedro. Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo: Cortez, 1989.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEFF, Enrique. Saber Ambiental. 2 ed. São Paulo: Vozes, 2001.
- LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela: revisão técnica de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2000.
- LEIS, Héctor. O labirinto: Ensaio sobre o ambientalismo e globalização. Blumenau: Editora da Furb e Gaia, 1999.
- LIRA, Talita de Melo. Análise das condições de acesso aos programas de assistência social pelas populações ribeirinhas de Maués/AM. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social/UFAM, Manaus.
- MACHADO, Maria Helena Ferreira. Os novos movimentos sociais e a emergência da cidadania ambiental. *In*: PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini *et al* (Orgs.). Ciências Sociais, complexidade e meio ambiente: interfaces e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- MAIMON, Dália. Política ambiental no Brasil: Estocolmo 72 a Rio 92. *In*: MAIMON, Dália (Org.). Ecologia e desenvolvimento. Rio de Janeiro: APED, 1992. p. 59-77.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosófico. Tradução Alex Martins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. O manifesto comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. A Ideologia alemã. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MC CORMICK, John. Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Editora Relume/Dumará, 1992.

MICHILES, Adail Barroso [et al]. Org. de Clóvis Fernando Palmeira Oliveira. Histórias, Lendas e Mitos Sateré-Mawé. Manaus: SEDUC/IER/AM, 1998. 46 p.

MONOSOWSKI, Elizabeth. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. In: Cadernos Fundap. São Paulo. Ano 9. nº 16. pg 15-24. jun. 1989.

MOREIRA, Eidorfe. Amazônia: o conceito e a paisagem. Agência da SPEVEA, 1960. (Coleção Araújo Lima)

MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado: ciência da ecologia, pensamento ecológico e movimento ecológico. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org). Face do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP/NAEA, 1997.

MOURA, Alexandria S. de. O Estado e as Políticas Públicas na transição democrática. São Paulo: Vértice, 1989.

NETO. J. P. CARVALHO, M. C. Brant. Cotidiano: conhecimento e crítica. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NODA, Sandra N *et al*. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzea. In: Espaços e recursos naturais de uso comum. Carlos Antônio Diegues, André de Castro C. Moreira (Org). São Paulo: Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Cidadania, crise e reforma democrática do estado. In: Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. v. 22, n. 22, São Paulo: Editora UNEP, 1999.

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. Revista de Cultura & Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (3), nov. 1980./jul. 1981.

OFFE, Claus. Algumas contradições do Estado Social Moderno. Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho, vol. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Tradução Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. Poder político e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1978, 354 p.

- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento econômico).
- RAFFESTIN, Claude. A Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RATTNER, Henrique. Tecnologia e desenvolvimento sustentável: In: HOYOS, Huan L. B. (Org.). Desenvolvimento sustentável: um novo caminho? Belém: UFPA, 1992. p. 32-40.
- REIS, Arthur César Ferreira. **O Seringal e o Seringueiro**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- ROBERTS, B. R. A dimensão social da cidadania. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 12, n.33, p. 5-22, 1997.
- RODRIGUES, Débora C. B. A Relação homem – natureza nas formas de uso e propriedade da Terra na Amazônia. Dissertação de Mestrado, PPGSCA, Amazonas, 2001.
- RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Conhecimentos das populações tradicionais: das práticas sócio-culturais na região amazônica ao contexto das comunidades de Maués/AM. In: Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenezer e Mucajá em Maués/AM. 2008. Tese (Doutorado em Biotecnologia). Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia – PPGBIOTEC. Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM.
- RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA e CARVALHO (Orgs.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Wanderley G. 1979, Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Campus.
- SDS - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Portaria SDS no 002, de 12 de janeiro de 2010. Aprova a criação do Conselho Consultivo da FLORESTA de Maués. 2010a. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, 26 de jan. de 2010.
- SILVA, Marilene Corrêa da. O Paiz do Amazonas. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.
- _____. Metamorfoses da Amazônia. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.
- SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil: São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP e Annablume, 2000.
- SIMONETTI, Susy Rodrigues. A dinâmica sócio-ambiental das comunidades ribeirinhas do rio Parauari em Maués: um estudo de caso das comunidades Vila Darcy e Açoera. 2004. Dissertação (Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Centro de Ciências do Ambiente – CCA. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-AM.
- SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1982. p. 345-390.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da burguesia brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. A República: uma revisão histórica. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de comunidade e participação. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Márcio. A Expressão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e natureza: Estados para sociedade sustentável. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos de. O grande salto para o caos: a política econômica e a economia política do milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A assistência social na Amazônia. In: Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XIX. nº 56. Ed. Cortez, Março 1998.

TOURAINÉ, Alain. O Que é Democracia? Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

TURNER, Bryan. Cidadania e estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

UGGÉ, Henrique. As bonitas histórias Sateré-Maué. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1994.

VIEIRA, Evaldo. Democracia e política social. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção polêmica do nosso tempo; v, 49).

VIOLA, E. O regime internacional de mudança climática. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 50, 2002.

VIOLA, Eduardo e LEIS, Héctor. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. Anais do 13º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1989.

_____. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel J. e VIEIRA, Paulo F. (Orgs.). Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1992.

_____. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além do Rio 92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor; SCHERER-WARREN, Ise *et al.* (Orgs.). Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. Florianópolis: Cortez, 1995.

_____. O movimento ecológico no Brasil: do ambientalismo à economia política. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1986.

ZAKRZEWSKI, Sônia *et al* (Org.). Diversidade na educação ambiental: olhares e cores. In: I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação

Ambiental, XIV Semana Alto Uruguaí do Meio Ambiente. Anais. Erechim: EdiFAPES, 2002. p. 127-144.